

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-UNIOESTE

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES CECA

CURSO DE MESTRADO EM LETRAS

Campus de Cascavel

VILAS RURAIS: ESPAÇO DE RESSIGNIFICAÇÃO DO IDEÁRIO LIBERAL

Acadêmica:

Diuslene Rodrigues Fabris

Orientadora:

Dr^a Eliane C. Brenneisen

CASCADEL, FEVEREIRO DE 2006

Diuslene Rodrigues Fabris

VILAS RURAIS: ESPAÇO DE RESSIGNIFICAÇÃO DO IDEÁRIO LIBERAL

Dissertação de Mestrado elaborada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras, curso de pós-graduação *Stricto Sensu* área de concentração em Linguagem e Sociedade, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Cardoso Brenneisen

CASCAVEL, FEVEREIRO DE 2006

TERMO DE APROVAÇÃO

DIUSLENE RODRIGUES FABRIS

VILAS RURAIS: ESPAÇO DE RESSIGNIFICAÇÃO DO IDEÁRIO LIBERAL

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado em Letras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Eliane C. Brenneisen
Sociologia/UNIOESTE

Prof^ª. Dr^ª. Maristela Dal Moro (1º Titular)
Serviço Social/UFRJ/UFES

Prof^ª. Dr^ª. Regina Coeli Machado e Silva (2º Titular)
Sociologia/UNIOESTE

Prof^ª. Dr^ª. Maria Antonia de Souza (1º Suplente)
Educação – UEPG/Tuiuti

Prof^ª. Dr. Gustavo Biasoli Alves (2º Suplente)
Ciências Sociais/UNIOESTE

Cascavel, 23 de fevereiro de 2006

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Alaíce Luiza e Ângelo Afonso, crianças maravilhosas, que na inocência de suas infâncias tiveram que comigo assumir este Projeto, abrindo mão de ter a mãe sempre por perto, para que esta etapa pudesse ser cumprida.

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as formas de manifestação de apoio e contribuições para a construção deste trabalho, fica difícil saber o quanto cada qual fez para que eu chegasse ao final deste Projeto. Acreditando que tudo que sou e sei fazer parte da coletividade agradeço a todas as pessoas que se sentem parte deste trabalho, de maneira especial:

À Prof^a Dr^a Eliane Cardoso Brenneisen, profissional exemplar, modelo de simplicidade e competência, pelo respeito e amparo durante a construção desta pesquisa.

Às Prof^{as} Dr^a Regina Coeli Machado e Silva e Rita das Graças Félix Fortes que além de mestres foram fundamentais no estímulo para o desenvolvimento deste estudo.

A todos os professores do colegiado do Curso de Mestrado em Letras, pela persistência, dedicação e competência com que conduzem este curso.

À amiga Carmem Lúcia Zeni, pelo interesse demonstrado em todas as etapas deste estudo.

A todos os moradores da Vila Salto São Francisco, pela disposição em contribuir com este trabalho, deixando muitas vezes de seus afazeres para dar atenção e acolhida.

Ao Luis e todos os meus familiares, por aceitarem a maternidade provisória, muito obrigada.

“É nos limites, nos extremos da realidade social que a indagação do cientista se torna fecunda. A explicação sociológica é incompleta e pobre se não passa pela mediação do insignificante. É nessas situações de protagonismo oculto e mutilado do simples, do homem sem qualidade, que a sociedade propõe ao sociólogo suas indagações mais complexas, seus problemas mais ricos, sua diversidade teoricamente mais desafiadora. São os simples que nos libertam dos simplismos. O relevante está também no ínfimo, na vida cotidiana fragmentária e aparentemente sem sentido”.

(MARTINS, 2000. p. 13)

SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS	viii
LISTA DE SIGLAS	ix
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO	1
1 ESTADO LIBERAL: VALORES E CONCEITOS ALICERÇANDO O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	10
1.1 CONTEXTUALIZANDO AS ORIGENS DO IDEÁRIO LIBERAL.....	11
1.1.1 O Individualismo e o Liberalismo.....	21
1.2 O ESTADO LIBERAL E O GOVERNO ATRAVÉS DAS FAMÍLIAS.....	34
2 POLÍTICAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA	41
2.1 POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL.....	44
2.2 O PROJETO DE VILAS RURAIS.....	50
3 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: UMA NOVA REALIDADE	56
3.1 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: O CAPITALISMO NO CAMPO.....	56
3.2 DÉCADAS DE 60 E 70.....	59
3.3 TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E AS MUDANÇAS NO COTIDIANO DO HOMEM DA ROÇA.....	62
3.4 A REALIDADE PARANAENSE NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	67
4 O TRABALHADOR RURAL VOLANTE E A PERSPECTIVA DE RECONSTRUIR SUA HISTÓRIA DE VIDA	72
4.1 MIGRAÇÕES: O DESENRAIZAMENTO DO TRABALHADOR RURAL E O PROCESSO DE REINCLUSÃO SOCIAL.....	74
4.2 A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA VILA RURAL.....	79

4.3 RETOMANDO VELHAS PRÁTICAS: A EXTENSÃO RURAL REEDITADA.....	90
---	----

4.4 O ESPAÇO DA VILA RURAL E O PROJETO DE UMA NOVA RURALIDADE.....	99
4.5 A INSERÇÃO DA PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR...	101
4.6 PROJETOS DE FOMENTO E GERAÇÃO DE RENDA NA VILA RURAL SALTO SÃO FRANCISCO.....	107
4.7 A PRESENÇA FEMININA NO ESPAÇO DA VILA RURAL.....	112
4.8 O ACESSO A TERRA: PRIORIDADE MASCULINA.....	120
4.9 PROPRIEDADE, LIBERDADE E AUTONOMIA.....	127
4.10 O SIGNIFICADO DA TERRA PARA O TRABALHADOR RURAL DA VILA RURAL.....	132
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS.....	142
ANEXOS.....	152

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - DADOS IBGE 2000

ANEXO B - DECRETOS QUE CONSTITUEM AS COMISSÕES MUNICIPAIS DE
VILAS RURAIS

ANEXO C - ARQUIVO FOTOGRÁFICO E RECORTES DE JORNAIS

ANEXO D - FOTOS DA VILA RURAL SALTO SÃO FRANCISCO NA
ATUALIDADE

LISTA DE SIGLAS

ABC	- Santo André, São Bernardo e São Caetano
ACAR	- Associações de Crédito e Assistência Rural
AI5	- Ato Institucional
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
BNDE	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CEAD	- Centro de Educação à Distância
CECA	- Centro de Educação, Comunicação e Artes
CEME	- Central de Medicamentos
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina
COHAPAR	- Companhia de Habitação do Paraná
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPEL	- Companhia Paranaense de Energia Elétrica
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
DATAPREV	- Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social
EMATER	- Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FUNABEM	- Fundação Para o Bem-Estar do Menor
IAPAS	- Instituto Nacional de Administração da Previdência
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAMPS	- Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS	- Instituto Nacional de Previdência Social
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
JK	- Jucelino Kubitchek
LBA	- Legião Brasileira de Assistência
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
MST	- Movimento Sem Terra
PEA	- População Economicamente Ativa

PFL	- Partido da Frente Liberal
PIS-PASEP	- Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PRONAF	- Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar
SANEPAR	- Companhia de Saneamento do Paraná
SEAB	- Secretaria do Estado de Agricultura e do Abastecimento
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECR	- Secretaria da Criança e Assuntos da Família
SERT	- Secretaria do Trabalho
SINPAS	- Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social
SMED	- Secretaria Municipal de Educação
SUS	- Sistema Único de Saúde
UNB	- Universidade Nacional de Brasília
UNIOESTE	- Universidade Estadual do Oeste do Paraná

RESUMO

O presente estudo aborda aspectos da intervenção do Estado enquanto gestor das políticas sociais no cotidiano das famílias moradoras na Vila Rural Salto São Francisco, localizada no Oeste do Paraná, procurando identificar a forma com que o ideário liberal de importância da propriedade, liberdade e família, se reproduz na fala e na vida cotidiana desses trabalhadores rurais. Para tanto, fez-se uma avaliação do impacto da ação do Estado sobre o contexto, considerando a real percepção desses moradores acerca da interferência realizada pela via do saber profissional e implementada por meio dos órgãos institucionais. Neste trabalho, considera-se que compreender a ação do Estado no âmbito das relações sociais, no contexto do programa em questão, é levar em conta que os resultados da ação social não podem ser mensurados apenas pelos ganhos valorativos do mercado, mas implica considerar, também, os desdobramentos que evoluem após o feito. Para a realização da pesquisa, fez-se uso de instrumentais diversos para a coleta de dados, tais como relatórios de campo, entrevistas semi-estruturadas, entrevistas estruturadas e consultas a documentos. Tendo como apoio obras de Hobbes (1997), Locke (1998), Dumont (1993), inicialmente, fundamentam-se discussões acerca dos conceitos fundadores da teoria liberal de Estado. Em seguida, apresenta-se e contextualiza-se o surgimento das políticas sociais, bem como a função da família que, ao longo da história, intermediara a ação estatal. Nesta perspectiva, autores como Engels (1984), Donzelot (1986), Netto (1996) e outros teóricos contemporâneos fundamentam as considerações pressupostas. Apresenta-se, ainda, a partir de autores como Heredia(1979), Palmeira (1977), Wanderley (2005), Brenneisen (1994) e Martins (2000), a questão das terras no Brasil e a realidade cotidiana dos moradores da Vila Rural Salto São Francisco que, na condição de “público”, fazem parte de uma política social.

Palavras-chave: Cultura no Meio Rural; Políticas Sociais; Ideário Liberal; Vilas Rurais.

ABSTRACT

The present study is concerned about aspects of State intervention while the manager of the social policies in the everyday life of families who lives in Salto São Francisco Rural Village, in West of Paraná, seeking to identify the way the liberal thought about property importance, freedom and family is reflected in the discourse and in the routine of these workers. For doing so, we make an evaluation of the State action impact on the context, taking into account the real perception from these residents about the interference made by professional knowledge and implemented by the institutional bodies. In this paper we consider that to understand the state action in the social relation scope, in the context of program in focus, is to take into account that the achievements of the social action cannot be measured only by the market value gaining, but it also implies to consider the extension of the results after the deed. For the research development we used some different tools for data collection, such as field report, semi-structural interviews, structural interviews, and documents consulting. The authors we have as theoretical basis were Hobbes (1997), Locke (1998), Dumont (1993). First we present some discussions about the concept that lies in the State liberal theory. Next, we presented and set the context of the coming up of social policies, as well as the family function that, along the history mediated the state action. In this perspective, authors as Engels (1984), Donzelot (1986), Neto (1996) and others contemporary ones, give the basis to the presupposed considerations. From the authors like Heredia (1979), Palmeiras (1977), Wanderley (2005), Brenneisen (1994) and Martins (2000), we present the issue about land in Brazil and the daily reality of the residents of Salto São Francisco Rural Village that, in the “audience” condition, take part in a social policy.

Key Words: Rural Environment Culture; Social Policy; Liberal Thought; Rural Villages.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto de inquietação profissional, que acabou sendo também pessoal, no sentido de compreender a forma sutil com que a interferência da máquina estatal se faz presente no cotidiano das pessoas atendidas pelos programas sociais, nos quais normalmente o Estado, enquanto instituição autorizada a intervir no espaço privado do indivíduo, investe maciçamente a fim de fazer valer seus propósitos, em conformidade com os projetos e objetivos que quer alcançar.

Assim buscando refletir sobre respostas a forma como o ideário liberal acha-se compreendido e reproduzido no cotidiano dos trabalhadores rurais, optamos por desenvolver um estudo com os moradores da vila rural Salto São Francisco, localizada no interior do Município de Toledo, cuja história é ainda bastante recente, como também o é o Programa de Vilas Rurais, que passa a ser desenvolvido a partir de janeiro de um mil novecentos e noventa e cinco, quando toma posse o Governador eleito no Estado do Paraná, Jaime Lerner. Com um discurso perfeitamente afinado aos propósitos liberais, Lerner inicia um governo de muitas mudanças administrativas no Estado. Arquiteto por profissão, o então Governador guia o Estado, de forma a imprimir sua marca, pautando suas ações no arrojo de idéias e da estética¹.

Entre essas idéias, destaca-se o Programa de Vila Rurais que, segundo os manuais de divulgação, tem como meta “aliviar a exclusão social” de grande parcela da população, que vive em precárias condições de moradia, saúde e educação, e cuja origem familiar é camponesa. Com essa ação, o Governo Lerner pretendia, viabilizar o retorno dessas famílias ao meio rural, reduzindo, conseqüentemente, os índices de migrações do campo para a cidade.

O Programa é concebido com a meta de instalação de 30 a 60 vilas rurais em todo o Estado, sendo que estas deveriam situar-se nas periferias limítrofes das áreas urbanas, ou no interior dos Municípios sedes, em distritos e vilas, facilitando o acesso ao mercado de trabalho agrícola e não agrícola, bem como aos serviços de saúde e educação.

¹ Lerner primou no desenvolvimento de suas obras pelas cores fortes, linhas assimétricas e projetos paisagísticos de impacto.

A implantação do programa nos Municípios estava condicionada à apresentação de um projeto por parte destes, em que, além de assumir a responsabilidade de doação da terra, cada Município assumiria também o compromisso de viabilizar toda a infra-estrutura bem como os serviços sociais que facilitassem e possibilitassem a instalação das famílias escolhidas.

Nesta etapa participam conjuntamente, na condição de agentes mediadores na organização efetiva do programa, diversos órgãos do Estado, como: Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), Secretaria do Estado de Agricultura e do Abastecimento (SEAB), Secretaria da Criança e Assuntos da Família (SECR), Secretaria do Trabalho (SERT).

Em oito anos de governo, Jaime Lerner implanta, no Estado, 398 Vilas Rurais, totalizando a construção de 15.386 casas de 44 m² cada, em 5.000 metros de terra, ou seja, ao final de seu governo, são mais de 60.000 pessoas vivendo em vilas rurais no Estado do Paraná.

Assim, o marco inicial desta reflexão, em torno da relação estado/sujeito, situa-se no cerne da concepção liberal de Estado, expressa pela via das políticas sociais e de seus desdobramentos nas relações sociais.

Segundo teóricos como José Paulo Netto, Vicente de Paula Faleiros e Elaine Rossetti Behring, no Brasil, as Políticas Sociais referem-se ao processo de reprodução da força de trabalho através de serviços, e benefícios financiados por fundos a eles destinados, atuando diretamente na regulação das relações entre o estado capitalista e os trabalhadores (NETTO, 1996).

Estruturada pelo Estado Capitalista, essa reprodução transforma-se em mecanismo distributivo de renda ou de riqueza socialmente produzida, sob a forma de benefícios, proteção e serviços, sem que sejam afetadas as relações de produção capitalista, legitimando o Estado e o Governo.

Sendo assim, compreender a ação do Estado no âmbito das relações sociais, no contexto do Programa de Vilas Rurais, é levar em conta que o resultado da ação não pode ser mensurado somente pelo ganhos, no sentido valorativo de moeda e mercado. É compreender e considerar desdobramentos que se sucedem.

PESSANHA (1997), em seu estudo sobre os trabalhadores da agroindústria canavieira no Estado do Rio de Janeiro, afirma que, na análise de uma ação estatal, os ganhos não podem ser avaliados apenas pelo atendimento de objetivos gerais, mas devem, sobretudo, serem contabilizados os desdobramentos sociais surgidos a partir dessas experiências de resistência e de conquista.

Desta forma, o reconhecimento social, público, do direito do trabalhador rural volante, com sua história de vida alicerçada na terra, faz mudar as relações sociais e as representações do sistema de posição social, construindo um “novo” ator sócio-político: os “vileiros”, que agora estão inseridos numa nova perspectiva de existência, e que passam também a emblemar sua “marca”, seus interesses e projetos no sistema social e político vigentes, podendo reconstruir sua identidade e cidadania, pois segundo FALEIROS (2000) a cidadania compreende o reconhecimento dos indivíduos e coletivos como sujeitos na construção da história, pela participação política, pelo exercício da autonomia e pela garantia que lhes é dada num Estado de direito além disso, ao contrário do que nos possa parecer, a vida cotidiana não está isenta de disputas, de enfrentamentos e de resistências a toda ordem posta ou a relações de poder.

A questão que se coloca então é: de que forma as bases conceituais do Estado Liberal (família, propriedade, liberdade) manifestam-se no cotidiano das famílias atendidas em programas sociais, visto que, como afirma DONZELOT (1986), os liberais vêm na estrutura familiar a garantia da propriedade privada, da ética burguesa contra as intervenções do Estado, em defesa da melhoria do nível de vida.

Por estar no centro do debate político que fundamenta os princípios liberais do Estado, a família torna-se o foco principal, na discussão que se trava entre os socialistas, “estadistas”, negadores da família, acusados de totalitaristas; e, de outro

lado, os partidários de uma definição liberal do Estado, que permitiria à sociedade se organizar em torno da propriedade privada e da família.

Assim, não se pode olhar a família do meio rural apenas como um agente de repercussão do poder burguês, mas também como um agente interacional no qual a base conceitual e política do Estado se processa e se refaz, reproduzindo-se no dia-a-dia.

Acerca disso, DONZELOT (1986) considera que a família moderna não é tanto uma instituição quanto um mecanismo, à medida em que se torna local onde são asseguradas estabilidade e proteção do próprio Estado. E, é através das disparidades das figuras familiares (bipolaridade popular-burguesa), e dos desníveis entre o interesse individual e o interesse familiar que funciona esse mecanismo. Assim, os procedimentos de controle social contam muito mais com a complexidade das relações intrafamiliares do que com seus outros complexos mecanismos.

Quando afirma que a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais, esse autor vai ao encontro do que já dizia ENGELS (1984) ao defender a idéia de que a ordem social em que vivem os homens de determinada época ou de determinado país está condicionada por duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho de um lado, e pela família do outro. Para este teórico, quanto menos desenvolvido o trabalho, mais restrita é a quantidade de seus produtos e, por conseqüência, menos rica é a sociedade, o que reforça a teoria da influência dominante dos laços de parentesco sobre o regime social.

Isto se confirma em SOUZA (1987), que analisa a existência humana como eminentemente histórica, mas entende que, para sê-lo de fato, é indispensável que este homem tenha primeiramente um lugar para viver.

Considerando a perspectiva descrita, como já mencionado, optou-se por direcionar o projeto desta pesquisa para os moradores da Vila Rural Salto São Francisco. Assim, buscou-se compreender o universo cotidiano dessas pessoas, suas conquistas e desafios, considerando que o processo de mudança da posição dos trabalhadores rurais em produtores agrícolas autônomos fez emergir novas formas de relacionamento, nas práticas e representações dos trabalhadores. Tal processo propõe a ultrapassagem da restrita valorização econômica, ao mesmo tempo em que incorpora,

conjuntamente, as discussões políticas e ideológicas, pois ao assumir o conceito de propriedade, intrinsecamente o trabalhador concebe também um novo *status* social. Experienciando um novo papel social, o cotidiano do vileiro passa a ser permeado por novos valores e uma nova gama de relações.

Essas mudanças nas posições resultam não só das diferenciações internas ao sistema de relações nos quais eles têm existência social, como também das absorvidas e das interagidas através dos mediadores institucionais.

O “ser” proprietário, para essas pessoas, significa a inserção do mesmo na construção de uma nova ordem social, que lhes possibilite participar de outros sistemas de comunicação, possibilitando-lhes através de suas associações a transitar também pelos espaços de tomada de decisões, bem como no simples fato de fazer a escolha acerca de que sementes cultivar.

Analisar o cotidiano dos moradores da Vila Rural Salto São Francisco justifica-se, pois os estudos do cotidiano centram-se no detalhe, valorando as vivências pessoais, e os processos de socialização, em busca das relações que se enlaçam por detrás da superficialidade aparente do cotidiano (PAIS, 2003). Buscou-se, então, conhecer as relações se estabelecem no processo entre trabalhador rural volante, hoje vileiros, e todo o aporte ideológico e mediador do Estado, identificando as mudanças ocorridas na cotidianidade dessas pessoas.

Para tanto, como já nos referimos anteriormente, estabelecemos os nossos objetivos, orientando nosso estudo no sentido de identificar a partir de quê o ideário liberal de importância da propriedade, da liberdade e da família se reproduz na fala e na vida cotidiana dos trabalhadores rurais moradores em vilas rurais.

Paralelamente, analisamos o impacto da ação do Estado, pela via das políticas sociais na vida cotidiana dos trabalhadores rurais, moradores de vilas rurais; identificando a real percepção destes acerca da direta interferência do Estado em sua vida cotidiana.

Metodologicamente, considerou-se as peculiaridades de nossa pesquisa optando por iniciar o trabalho a partir da observação informal, na qual estruturou-se o trabalho ora apresentado.

Para a realização da pesquisa de campo, propriamente dita, utilizou-se instrumental de coleta de dados diverso, apropriado a cada etapa do trabalho, em consonância com as necessidades, as particularidades e o desenvolvimento da pesquisa.

Apoiados na obra de MINAYO (1996) classifica-se o trabalho como modalidade de pesquisa social, pois apresenta um objeto histórico, inserido em um determinado tempo e espaço, estando contudo em contínua transformação, uma vez que as sociedades humanas vivem o presente marcado pelo passado e, ao mesmo, projetam-se para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído.

Além disso, segundo a mesma autora, nesse modelo, os pesquisadores são dialeticamente autores e frutos de seu tempo histórico; havendo identidade entre estes e o objeto de sua investigação, em que não há a neutralidade, mas um constante exercício de objetivação (rigor no instrumental técnico e teórico) do conhecimento.

Como agente técnico acompanhou-se o processo histórico de constituição da vila rural, ocasião em que se realizaram as visitas às famílias inscritas para o programa. Acompanhou-se o processo de seleção e de mudança, bem como as primeiras ações de socialização e de lazer desenvolvidas ao longo de cinco anos (1997-2001). Partindo desse conhecimento prévio, optou-se nesse trabalho de investigação científica pela observação participante, utilizando roteiro prévio de observações, visto que está possibilita a permanência do pesquisador em meio ao grupo que está estudando, propiciando a interação entre os sujeitos sociais investigados.

Assim, nossa escolha metodológica parte do princípio de que a sociedade está em contínuo processo de mudança, e que o pesquisador do social deve estar atento a essas mudanças, conhecendo suas especificidades e mecanismos. Assim sendo, vemos nessa metodologia a possibilidade de uma análise aprofundada da sociedade, uma vez

que esta se encontra constituída, como afirma HAGUETE (2003), por elementos materiais e simbólicos, entrelaçados e consubstanciados em realidade concreta, segundo a percepção que deles tenha a população envolvida. Para a autora, a sociedade é um misto de aspectos objetivos e subjetivos, variando de acordo com a posição que os indivíduos e os grupos ocupam na estrutura social. Esta concepção é contemplada em nossa proposta de estudo, que não almeja relatar apenas fatos e ações concretas, mas também os sentidos e os sentimentos expressos no cotidiano do morador de vilas rurais.

Tendo o trabalho seu foco direcionado às relações sociais, utilizou-se como instrumental metodológico a participação em atividades festivas da comunidade, em atividades escolares, em atividades de lazer, além de entrevistas com lideranças da comunidade e da vila rural.

Quanto à amostragem e aos critérios de seleção, foram entrevistadas doze pessoas moradoras da vila rural, sem estabelecer critérios na sua seleção, pois a escolha se deu de acordo com a disponibilidade das pessoas em conceder a entrevista, quando de nossas visitas ao local; três entrevistas com professores da escola Municipal Duque de Caxias; duas entrevistas com técnicos do Programa; e uma entrevista com o professor de história que atende ao Museu Histórico Willy Barth, que também nasceu e foi criado na Vila de Concórdia do Oeste, totalizando dezoito entrevistas aplicadas através de um roteiro onde inicialmente era feitas a identificação do entrevistado quanto sua idade, condição civil, origem étnica, e estrutura familiar, em seguida eram feitas questões que seguiam um roteiro previamente elaborado, contudo os sujeitos tinham liberdade para relatar sua experiências e história conduzindo-as para a proposta inicial.

A partir daí, estruturou-se o trabalho em quatro capítulos. No primeiro, trabalhou-se com os clássicos políticos, como Hobbes e Locke, apresentando a estruturação de todo o ideário que irá permear o debate em torno do modelo liberal do Estado, apresentando seus valores fundamentais: propriedade, liberdade e família.

Nesse capítulo, situou-se também o surgimento das políticas sociais e o modelo “Welfare State”, analisando-se em seguida a discussão matricial da base conceitual do liberalismo, do individualismo, e de ambos em complementaridade nas

sociedades modernas. Finalizando o capítulo, discutiu-se o papel da família na intermediação da ação estatal, a partir das considerações de Engels; atualizou-se a discussão, considerando que DONZELOT (1986), discute em sua obra o papel da filantropia e das famílias enquanto instâncias de garantia e de viabilidade do projeto liberal.

No segundo capítulo, abordou-se a estruturação das políticas sociais, seus propósitos e origens, situando as significações conjunturais e políticas, predominantes no desenvolvimento destas. Em seguida resgatam-se as políticas sociais na América Latina, em contraposição às dos países Europeus e Continente Americano, bem como as peculiaridades do modelo brasileiro, seus diversos momentos e as interferências políticas.

Neste contexto histórico, situou-se o Programa de Vilas Rurais, suas normas e particularidades, como exemplo de política social implementada pelo Estado, visto que nas últimas décadas a minimização da máquina estatal acabou por transferir, para a sociedade civil, a implementação das políticas sociais, colocando o Estado na condição de gestor, e não mais de executor; assim o exemplo dessas vilas transforma-se em uma das poucas exceções a apresentar tal situação.

No terceiro capítulo, apresentou-se um breve relato da construção histórica das questões relacionadas a distribuição das terras no Brasil, e a organização política do Estado perante a demanda que se acirra de forma contínua e permanentemente.

No quarto e último capítulo, trabalhou-se com o material coletado nas entrevistas com os moradores da vila rural Salto São Francisco, material de diário de observação com roteiro previamente elaborado, onde foram observados a organização comunitária, o estabelecimento de laços de vizinhança e amizade, a estruturação familiar, as condições de vida e qualidade de vida existentes. Com base no produto desta metodologia discutiram-se também as conseqüências do avanço do capitalismo no campo, os processos de modernização agrícola, o significado da propriedade e da família para o morador de vilas rurais; a presença do trabalho feminino, além do estigma na percepção do vileiro.

Neste capítulo final, as discussões são pautadas pelas obras de Anita Brummer (2004), que traz em seus trabalhos significativas contribuições na abordagem da

presença do trabalho feminino nos processos de modernização agrícola e nas novas ruralidades. Recorreu-se também a Beatriz Heredia (1979), Moacir Palmeira (1977) e Maria Nazareth Wanderley (2003), Klass Woortmann (1983), e Ellen Wortmann (1995), e José Martins de Souza (2002) autores que abordam e discutem essencialmente em suas obras a relação do trabalho camponês com o espaço, a casa, a lavoura e as representações do cotidiano.

1 ESTADO LIBERAL: VALORES E CONCEITOS ALICERÇANDO O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL

Partindo do debate clássico colocado nas obras de Locke, Hobbes e Rousseau, situar-se-á o eixo temático de discussão em torno dos conceitos fundadores do ideário liberal, que, na modernidade, vêm dar origem aos valores vigentes na contemporaneidade: o individualismo e o liberalismo.

Partiu-se da constatação de que esse ideário é a base que alavanca e sustenta a existência e a implementação das políticas sociais, assunto que será abordado no segundo capítulo deste trabalho.

NETTO (1993, p. 20) afirma que o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados. Assim exige, para poder efetivar-se com êxito, a existência de mecanismos de intervenção extra-econômicos, dos quais o Estado dispõe, auxiliando nesta demanda.

Esse traço intervencionista do Estado está presente desde os primórdios da ascensão do modelo absolutista, posteriormente alterado em sua forma funcional e estrutural, a partir do momento em que o capitalismo adentra ao seu estágio imperialista.

Ainda na perspectiva teórica proposta por Netto, ver-se-á que, ao capacitar-se enquanto articulador de condições externas, internas, técnicas, econômicas e sociais, o Estado está no exercício pleno de suas funções econômicas e políticas de um Estado essencialmente burguês, capturado pelo capitalismo monopolista, ocultando a sua essência de classe.

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista (e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política social pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista²), configurando a

² Nota do autor: outra questão é das políticas sociais privadas, conduzidas com caráter não imperativo e não oficial por organizações religiosas e laicas com motivações ético-morais.

sua intervenção contínua, sistemática e estratégica sobre as seqüelas da “questão social”, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas, que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social”, de forma a atender às demandas da ordem monopólica, conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorporam sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 1993, p. 26).

Castel, em sua obra “*As metamorfoses da questão social*”, traça um panorama histórico a respeito da constituição moderna daquilo que ele denomina de: *sociedade salarial moderna*. O autor discute a precarização das relações, o encolhimento da socialização, o desmantelamento das políticas sociais e dos direitos sociais e de proteção, definindo um conceito de “questão social” a partir de suas constatações:

A “questão social” pode ser caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto ... As populações que dependem de intervenções sociais diferem, fundamentalmente, pelo fato de serem ou não capazes de trabalhar, e são tratadas de maneira completamente distinta em função de tal critério (CASTEL, 1998, p. 41).

Conclui-se que o grande papel das políticas sociais, engendradas no seio do ideário liberal de concepção do Estado, está em função dos processos de preservação e de controle da força de trabalho, almejando a estabilidade do sistema vigente, fator que não lhes tira a viabilidade de, por vezes, possibilitar conquistas mesmo que parciais para os trabalhadores.

1.1 CONTEXTUALIZANDO AS ORIGENS DO IDEÁRIO LIBERAL

Definir as bases conceituais, nas quais se ancoram os pilares de sustentação do ideário do Estado liberal é, na verdade, um importante instrumental para a

compreensão das políticas sociais³.

Utilizadas enquanto mecanismos de massificação das bases que conceituam esse ideário, as políticas sociais acabam por nivelar as individualidades pessoais, exercendo forte controle sobre grupos e pessoas, favorecendo pela via desse mecanismo a manutenção e a ordem social, preservando o *status quo* do Estado e das classes sociais dominantes.

A visão clássica liberal do Estado teve na história três fortes expoentes: Hobbes⁴, Locke⁵ e Rousseau⁶. Para eles, o Estado tem suas bases a partir de um comportamento individual, que incentiva os membros da sociedade a atuarem em grupos mutuamente competitivos. Apenas os interesses grupais e individuais tornam-se relevantes, desqualificando análises baseadas em conflito de classes, que somente mais tarde serão abordados por Karl Marx⁷.

Esse ideário, alavancado pela via da propriedade privada, surge na Europa dos séculos XVI e XVII, em meio às drásticas mudanças que ocorreram, como a crise da legitimidade divina, quando o poder da igreja enquanto “Estado” é questionado.

O projeto de implantação de um novo modelo de Estado, autônomo, independente das leis divinas e das monarquias, abala profundamente os alicerces do poder vigente, isso porque, desde a Antigüidade, muitos governantes procuravam gerir o Estado, embasados em “direitos divinos”, que agora são colocados em questão.

Paralelamente, ocorre nesse período o processo de laicização do direito, representada pela diferenciação entre as normas jurídicas e religiosas. Estas mudanças de forma de Estado revelam-se fundamentais no estabelecimento do primado burguês, pois tanto a monarquia absoluta quanto o direito canônico eram inadequados ao pleno desenvolvimento do capitalismo.

³ Welfare State, proposta liberal de proteção social, fundada sobre uma particular e fecunda aliança entre as políticas econômicas e sociais. Iniciou um processo de auto implosão, no final da década de oitenta, crise esta orquestrada pelos liberais conservadores.

⁴ (1588-1679) filósofo inglês que assistiu à revolução democrática inglesa de 1648, dirigida pelos puritanos de Oliver Cromwell (1599-1658), opondo-se a ele a partir de um ponto de vista aristocrata.

⁵ (1632-1704) fundador do empirismo filosófico moderno; teórico da revolução liberal inglesa.

⁶ (1712-1778) teórico democrático burguês, opôs-se à concepção de Hobbes. Para ele, o povo nunca deveria criar um Estado distinto ou separado de si mesmo. Considerado o primeiro teórico da Assembléia.

⁷ Ideólogo alemão, autor, dentre outras obras, de “O capital”, em que trata das questões de classe e de trabalho.

O modelo capitalista de produção em ascensão implica em significativas mudanças sociais e políticas, acarretando a formação de novos conceitos ideológicos⁸. Nesse contexto de transformações, HOBBS (1997) começa a formular a doutrina clássica liberal, sustentando que o Estado nasce por uma submissão voluntária dos homens ao soberano, no qual se concentram todos os direitos, para sair do estado de natureza em que reina uma luta selvagem entre os outros homens.

A sociabilidade humana não é natural, mas política. O homem é um ser indeterminado que, para sobreviver, necessita de uma instância de poder que assegure e mantenha os laços sociais. O Estado deduz-se desta a-sociabilidade originária, sendo uma instância “artificial”, não natural, que marca a diferença específica do homem em relação aos animais. Logo, há a necessidade, sob pena da desagregação humana, de um poder superior, externo aos homens, que a uma pela força. Nesta perspectiva, o bem comum de todos os cidadãos é a potência soberana que os homens produzem a fim de terem sociabilidade, cuja função é assegurar a paz pública, a defesa comum. A voz do povo é a voz do Estado (HOBBS, 1997, p. 27).

Assim, o Estado configura-se como um produtor racional da noção de igualdade entre os homens, autodelegando-se o poder de ação e de coação acerca da agressividade impulsiva dos homens.

A princípio, Hobbes afirma que todo o conhecimento provinha dos sentidos, portanto, conhecimento empírico, e ao mesmo tempo mostra a razão, permitindo assim que as experiências sensíveis sejam organizadas para atender às necessidades humanas. Aplicadas tais idéias à análise da vida humana social, formula uma teoria política de defesa do Estado absolutista.

O argumento de Hobbes é de que os homens originariamente seriam movidos por interesses exclusivamente individuais. Esse estado natural da humanidade seria de permanente guerra de cada um contra os demais.

O Estado, forma própria da sociabilidade humana, é criado pelos homens tendo em vista a sua conservação comum. O seu conceito é deduzido do postulado segundo o qual os homens vivem sob o medo recíproco da morte violenta, de modo que, para evitar o “pior dos males”, cria-se uma instituição situada a cima do interesse de cada um. Assim entendido, o Estado

⁸ Para muitos teóricos as três formas clássicas de poder (econômico, político e ideológico) afetam-se reciprocamente. Logo, a ocorrência de mudanças marcantes em uma delas implica alterações sensíveis nas demais.

não é uma soma das vontades particulares, como se pudesse o seu poder, segundo as circunstâncias, ser diminuído ou aumentado, mas ele é, essencialmente, uma síntese destas vontades. O Estado constitui-se como um corpo próprio (HOBBS, 1997, p. 31).

Para Hobbes, o estado de natureza impede, porém, a própria sobrevivência da espécie, exigindo, portanto, que os indivíduos entrem em acordo para permitir a vida da coletividade. Esta, então, transforma-se em sociedade politicamente organizada, desde que cada um ceda parte de seus direitos individuais, transferindo-os para um poder central, o Estado. Logo, o Estado resulta de um acordo e é um artifício indispensável para contrabalançar os interesses individuais em conflito. Tal acordo ou contrato estabelece privilégios para alguns, enquanto outros devem ser governados e submetidos à escravidão.

Como todos os homens aspiram ao poder, caberia aos governantes que, acima de qualquer lei, controlassem rigidamente seus governados, evitando assim o desequilíbrio social. Esse é o princípio do absolutismo, que delega todo o poder e as decisões políticas a um governante.

Assim como Hobbes, Locke (1998) considera que apenas o pacto social torna legítimo o poder do Estado. Entretanto, não vê no estado natural uma situação de guerra e de egoísmo. Para Locke, o controle entre governantes e governados deve beneficiar a ambos. Os governantes devem ser eleitos pelos governados, e a estes cabe controlar os abusos daqueles, tendo em vista a necessidade de construção de uma sociedade em que todos possam viver melhor. Esse pensador refuta o empirismo, o qual propunha que só deveria ser considerada verdadeira a ciência que se baseasse nos sentidos e na rigorosa experimentação. Para ele, o governo, seria um fato que se experimenta e que, em nome da coletividade, pode ser alterado, não admitindo o poder governamental como sendo “Direito Divino”.

Locke combate os princípios de soberania dos governos. Defende a preservação da ordem e a eliminação do risco de queda no Estado de Natureza; entendendo que é preciso garantir a propriedade privada e a liberdade individual, defende um contrato social que seria um acordo entre iguais, a fim de garantir os valores por ele propostos.

Locke entende que somente os homens proprietários podem ser considerados cidadãos, preservando-se ao máximo a liberdade individual e a propriedade privada.

Condena a monarquia absoluta e propõe que o governo seja colegiado, além de fazer clara distinção entre sociedade política⁹ e civil¹⁰. Segundo ele, a monarquia absoluta, considerada por muitos o único governo no mundo, é, de fato, incompatível com a sociedade civil, não podendo, por isso, ser uma forma qualquer de governo civil, uma vez que o objetivo da sociedade civil consiste em evitar e em remediar os inconvenientes do Estado de Natureza, que resultam necessariamente de cada homem poder ser juiz em seu próprio caso, estabelecendo-se uma autoridade conhecida, para a qual todos os membros dessa sociedade possam apelar, por qualquer dano que lhes causem, ou por controvérsia que possa surgir, e à qual todos os membros dessa sociedade terão de obedecer (LOCKE, 1998, p. 74).

Para Locke, a propriedade é bem exclusivo de herança, sendo transmitido de pai para filho. Já o poder político teria sua origem na democracia do parlamento, ou seja, o inverso do que se dava na Idade Média, quando transmitiam-se, aos filhos, a propriedade e o poder, de forma que, nesse modelo, sociedade e Estado estavam imbricados de forma inseparável.

Jean Jacques Rousseau, por sua vez, é considerado o profeta do movimento da Revolução Francesa de 1789, por defender os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, lemas dessa mesma revolução. ROUSSEAU (1973) propõe um plano de reconstrução das relações sociais da humanidade. Também para ele, os homens, em Estado Natural são iguais, e as desigualdades sociais começam a surgir no momento em que tais homens começam a demarcar áreas de terras para si mesmo:

O pacto fundamental, em lugar de destruir a igualdade maternal, pelo contrário substitui por uma igualdade moral e legítima aquilo que a natureza poderia trazer de desigualdade física entre os homens, que, podendo ser desiguais na força ou no gênio, todos se tornam iguais por convenção e direito (ROUSSEAU, 1973, p. 45).

⁹ Sociedade política aqui entendida como Estado.

¹⁰ A partir do séc. XVII, a sociedade de contraposição ou de complementaridade à figura do Estado passa a ser denominada Sociedade Civil.

Para ele, a única forma eficaz de garantir os direitos de cada um está na organização de uma Sociedade Civil, na qual esses direitos sejam cedidos a toda a comunidade, igualmente. Assim procedendo, os indivíduos não estariam aniquilando sua liberdade. Ao contrário, estariam trocando sua liberdade anormal pela verdadeira liberdade de criatura racional. Ao propor esse modelo de Estado, o pensador não se refere exclusivamente ao governo, mas a uma organização política que exprime a vontade geral: “o que o homem perde pelo contrato social, é a sua liberdade natural e um direito ilimitado a tudo que lhe diz respeito e pode alcançar. O que ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui” (ROUSSEAU, 1973, p. 30).

Assim a autoridade do Estado não pode ser representada. Deve expressar-se diretamente através da promulgação, pelo próprio povo, de leis fundamentais. O governo é simplesmente o agente executivo do Estado. Além disso, a comunidade pode estabelecer ou destituir um governo sempre que o deseje.

Para ROUSSEAU, apud JOUVENEL (1993), os indivíduos que são cidadãos exercitam a sua soberania coletivamente sempre que se reúnem na assembléia geral, que é convocada de tempos em tempos; e estão habitualmente sujeitos a um governo que é um corpo permanente, incumbido de executar as leis, e de administrar diariamente. Assim, temos duas relações de subordinação: a do governo aos cidadãos como um corpo, e a do súdito ao governo.

ROUSSEAU (1973), em suas obras, atribui aos governos absolutistas e autoritários um papel ativo e participante, por isso também perigoso ao regime da época.

Pode-se ver, contudo, que não se trata, propriamente de um pensamento revolucionário, pois não consegue superar o pensamento burguês de perspectiva individualista. Defende, sim, um Estado limitado à função de proteger os cidadãos das ameaças externas, e de manter a ordem interna, garantindo individualidade. O Estado deve atuar como um juiz preocupado em manter regras, sem se preocupar com o fato de estas serem ou não justas.

Mas qual é a posição deste ideário no mundo, hoje?

Certamente as bases teóricas de Estado, a partir dos pressupostos marxistas, podem situar essa discussão em torno da questão das propostas liberais. Para MARX & ENGELS (1987), o Estado não busca o bem comum. Ao contrário, age de acordo com os interesses da classe dominante. Sendo assim, o Estado torna-se a extensão política da estrutura das classes vigentes, estando profundamente envolvido nos conflitos sociais.

Nessa perspectiva, o Estado torna-se uma instituição de classes socialmente necessária, pois pratica determinadas tarefas, que são essenciais para a sobrevivência da sociedade, dentre as quais se destacam a mediação do conflito de classes, e a manutenção da ordem capitalista, cabendo-lhe a função de reprimir a sociedade burguesa.

Além disso o Estado é o centro das relações, havendo poder nos seus enunciados, pois a comunicação ideológica permeia e se corporifica através da palavra, porém, nem todos os signos são palavras, mas apóiam-se nelas a fim de expressar sua significação. Assim sendo, tudo o que existe no mundo real ou imaginário, no cultural, no espiritual ou no social, adentra, necessariamente, no processo de verbalização conscientemente, uma vez que o homem compreende, explica, justifica.

Entende-se assim que o chamado *pensamento único*, ou de hegemonia ideológica neoliberal, tem como uma de suas armas mais efetivas precisamente a capacidade de gerar e de difundir narrativas que prometem explicar e resolver o sério agravamento que o modelo liberal trouxe às relações sociais e econômicas. Desta feita, as narrativas liberais pretendem, e em certa medida conseguem oferecer explicações para a crise, apontando como solução o chamado consenso Keynesiano do pós-guerra.

De igual forma, a intervenção ideológica estatal pela via do saber objetiva naturalizar as relações sociais e de trabalho. Cria-se a idéia de que as coisas são como são porque é natural que assim sejam. Isto quer dizer que as relações sociais passam a serem vistas em si e por si, e não como resultado da ação humana. Naturalizar é a maneira pela qual as idéias produzem alienação social.

Separam-se os que produzem idéias daqueles que produzem coisas. E, à medida que estes vão se distanciando, os que pensam começam a acreditar que a

consciência e o pensamento estão separados das coisas materiais, passando a crer também na independência entre a consciência e o mundo material. Conferem autonomia à consciência e às idéias, e finalmente julgam que as idéias não só explicam a realidade, mas produzem o real.

Surge a ideologia como crença na autonomia das idéias e na capacidade de estas criarem a realidade. O grupo dos que pensam é construído da divisão social do trabalho, mas também de uma divisão no interior da classe dos proprietários, ou da classe dominante de uma sociedade.

E é justamente esse grupo que domina a consciência social, que faz difundir a idéia de que um Estado de proteção social faz surgir duas categorias de pessoas. A primeira, formada por homens e mulheres que, com o seu trabalho, mantêm um segundo grupo, totalmente dependente da produção do Estado, significando acréscimo de contas públicas, onerando os impostos para as grandes empresas, e desacelerando a economia.

Esse mesmo grupo liberal-conservador passa então a combater o Estado (Welfare State), propondo uma vasta reforma, voltada à “reforma dos serviços públicos” orientada por uma idéia reguladora que busca privatizar, transferindo às empresas a propriedade e a gestão do ente público.

O que se disse anteriormente permite concluir que, com a reforma do Estado Liberal, ora denominado neoliberal, que tem seu cerne por volta de 1973, quando ascendem os governos conservadores, acentuam-se rapidamente os níveis das desigualdades sociais, a miséria, a fome e as epidemias.

A “reconquista” da proteção social por parte de um Estado cada vez mais minimizado, tanto em estrutura quanto em funções, torna-se então um dos grandes desafios do novo século. Consolida-se o mito de que o capital deverá acumular-se ainda mais a fim de que possa dar conta das demandas existentes e que, enfim, poderá então amparar a todos, inclusive os que se encontram excluídos dos processos de produção.

Cumpra-se assim a função primordial da ideologia, em ocultar a origem da sociedade (relação de produção como relações entre meios de produção e forças produtivas, sob a divisão social do trabalho), dissimulando a presença da luta de classes, negando as desigualdades sociais (não imaginadas como se fosse consequência de talentos diferentes, da preguiça ou da disciplina laboriosa), oferecendo uma imagem ilusória da comunidade (o Estado) originada do contrato social entre homens livres e iguais.

Isso leva a pressupor que a ideologia é a lógica da dominação social e política, é um efeito obrigatório da estrutura, ela é o que é, e na medida mesma em que a estrutura como tal se apresenta deformada nas representações das classes, dos grupos e dos indivíduos. Nesta perspectiva não existe distância entre o ideológico e o “concreto”, pois o que é apresenta-se sempre como existindo ideologicamente.

Admitir a distância entre um ou outro, ou supor uma estrutura real e existente atrás da aparência ideológica, é afirmar um discurso original não ideológico. Não existe tal discurso, pois não existe essa origem simples e transparente. A ideologia resulta das articulações de uma estrutura particular, na forma de existência das práticas diferenciáveis, e consiste na representação dessas articulações por meio de representações. Logo, o alicerce de manutenção do sistema liberal de Estado encontra seu aporte no sistema de noções ideológicas representadas pelas políticas sociais, pelas normas, pelas leis, práticas profissionais e cotidianas, que propagam o ideário liberal, desdobrando-o a fim de minimizar os embates cotidianos.

Como já fora mencionado anteriormente, as bases conceituais que fundamentam todo o ideário liberal, e que ainda hoje estão presentes, têm sua gênese em John Locke, fundador do empirismo filosófico moderno. Locke é tido como o teórico da revolução liberal engendrada na Inglaterra do século XVI, quando um acordo entre monarquia e aristocracia faz originar normas parlamentares, que conduzem ao Estado.

Na década anterior, havia sido promulgada a lei do *Hábeas Corpus*¹¹, estabelecendo garantias que davam ao súdito a condição de tornar-se cidadão.

Para Locke, o homem nascendo com direito à perfeita liberdade e gozo incontrolado de todos os direitos e privilégios da lei da natureza, por igual a qualquer outro homem ou grupo de homens do mundo, tem, por natureza, o poder não só de preservar a sua propriedade, mas também de julgar infrações por outros cometidos. Contudo, a sociedade política só pode existir quando cada um dos membros renunciar ao próprio poder natural, passando-o às mãos da comunidade (LOCKE, 1998).

Constata-se, então, que a liberdade vivida no estado natural acaba por motivar nos homens a necessidade de colocar limites à própria liberdade, buscando garantir sua propriedade, unindo-se em sociedades políticas, submetendo-se a um governo, com a finalidade de conservar suas propriedades. Assim, o Estado é soberano, porém limitado por um contrato que lhe restringe a interferência na propriedade.

Observa-se, ainda, em Locke, que há uma estreita conexão entre propriedade e liberdade, não sendo, contudo, permitido ao Estado a violação da propriedade, tampouco a cobrança exacerbada de impostos, sem consulta prévia ao parlamento. Logo, a liberdade aparece na relação direta com a propriedade, que é o alicerce da liberdade burguesa.

Locke irá contribuir para que se fixe um terceiro elemento de sua base conceitual: a família. Isso porque, entre outras questões, como o contrato do casamento, defende o princípio da herança de pai para filho, fator que irá reforçar e normatizar a existência dessa instituição.

Fundam-se, a partir do tripé propriedade, liberdade e família, novos conceitos que permearão as relações mercantis e sociais das sociedades ocidentais: o individualismo e o liberalismo.

1.1.1 O Individualismo e o Liberalismo

¹¹ “Que tenhas o teu corpo”: esse era o dispositivo legal que dificultava as prisões arbitrárias e sem justificativa plausível.

O modelo jusnaturalista de Locke, abordado brevemente na sessão anterior parte do Estado de Natureza, que, pela mediação do contrato social, realiza a passagem para o Estado Civil. Em sua concepção individualista, os homens viviam, originalmente, num estágio pré-social e pré-político, caracterizado pela liberdade e pela igualdade, denominado Estado de Natureza. Nesse estado predominava relativa paz, concórdia e harmonia. Era um estado pacífico em que os homens já eram dotados de razão, desfrutando da propriedade.

Para Locke, no Estado de Natureza, a propriedade já existe, sendo uma instituição anterior à sociedade. Assim sendo, compreende-a como um direito natural do indivíduo, que não pode ser violado pelo Estado. Ele defende que o Estado de Natureza relativamente pacífico não está isento de inconvenientes tais como a violação da propriedade, a falta de lei estabelecida, de juiz imparcial e de força coercitiva para impor a execução das sentenças.

Nessa perspectiva, o contrato social é um pacto de consentimento em que os homens concordam livremente em formar sociedades civis, para preservar e consolidar ainda mais os direitos que possuíam originalmente no Estado de Natureza. No Estado Civil, os direitos naturais humanos, inalienáveis à vida, à liberdade e aos bens, estão mais bem protegidos sob o amparo da lei, do árbitro e da força comum de um corpo político unitário. A passagem do Estado de Natureza para a sociedade política/civil opera-se quando, através do contrato social, os indivíduos singulares dão seu consentimento unânime para a entrada no Estado Civil. Após esse passo, a comunidade escolhe uma determinada forma de governo, cedendo lugar ao princípio da maioria. Mas, como o próprio autor frisa, a principal finalidade do Estado resume-se em conservar a propriedade.

Locke entende que tanto o poder legislativo quanto o executivo, ao violarem qualquer lei estabelecida que atente contra o direito à propriedade, estão deixando de cumprir o fim a que foram destinados; e assim sendo, podem se tornar ilegais, formando o estado de guerra, dissolvendo-se o Estado Civil, e retornando ao estado de natureza. Nesse caso, deixa de existir um árbitro comum, que faz de Deus o único juiz.

Concebendo o estado de guerra como um estado de inimizade e de destruição, acredita-se que aquele que tenta impor seu poder absoluto sobre outrem, coloca-se num estado de guerra com ele, devendo-se interpretar isso como uma declaração de um desígnio em relação à sua vida. O estado de natureza e o estado de guerra estão distantes um do outro como um estado de paz, de boa vontade, de assistência mútua e de preservação, e um estado de inimizade, de malícia, de violência e de destruição mútua.

Considera-se que o trabalho atribui a maior parte do valor a terra, sem o qual dificilmente ela valeria alguma coisa. Assim, embora a natureza tudo nos ofereça em comum, o homem, sendo senhor de si próprio e proprietário de sua pessoa e das ações ou do trabalho que executa, teria ainda em si mesmo a base da propriedade.

Para Locke, a monarquia absolutista, considerada por muitos em muitas partes do mundo como o único governo, é de fato incompatível com a sociedade civil, porque esta tem como meta evitar e remediar os inconvenientes do Estado de Natureza, que resultam sucessivamente do poder. Cada homem é juiz em causa própria. Uma vez que a maioria, a partir da primeira união dos homens em sociedade, detém todo o poder da comunidade naturalmente em si, pode empregá-lo para fazer leis destinadas à comunidade, para serem executadas e que executam por meio de funcionários que ela própria nomeia: nesse caso, a forma de governo seria uma perfeita democracia. Pode-se colocar o poder de fazer leis nas mãos de alguns homens escolhidos, seus herdeiros e sucessores, e nesse caso ter-se-á uma oligarquia. Ou então pode-se depositá-lo nas mãos de um único homem, constituindo-se assim uma monarquia.

Ao poder legislativo cabe o direito de estabelecer como se deve utilizar a força da comunidade, no sentido de preservação dela própria e de seus membros. Os poderes executivo e federativo de qualquer comunidade, realmente distintos em si, dificilmente podem superar-se colocando-se, ao mesmo tempo, em mãos de pessoas distintas.

Assim como o pátrio poder consiste somente no que os progenitores possuem sobre os filhos, para os governarem, visando o bem deles, até que sejam capazes de reger-se pelas leis do Estado, o poder político é o que cada homem possuía no Estado de Natureza, e cedeu às mãos da sociedade e, por extensão, aos governantes. Já o poder

despótico é o poder absoluto e arbitrário que o homem tem sobre o outro para tirar-lhe a vida sempre que o queira.

A partir desse ideário, fundamentam-se os conceitos modernos fundadores das sociedades na atualidade, como o individualismo e o liberalismo. O individualismo está pautado nos conceitos de liberdade, propriedade privada e limitação do poder do Estado, reafirmando a importância do indivíduo para a sociedade e para o Estado. Por isso, observa-se que há uma forte tendência em se vincular o capitalismo ao individualismo, e o socialismo ao coletivismo.

Assim, a obra de Louis Dumont aponta para a compreensão do individualismo, a partir de uma perspectiva antropológica da ideologia moderna em que, ao lado da conceituação do indivíduo-centro, valor supremo em si e para si, teremos o indivíduo que se encontra na sociedade como um todo, caracterizando-se o holismo. Esse indivíduo não se submete a ninguém e, tampouco, a regras impostas. Suas regras pessoais é que movem sua existência.

DUMONT (1993) trabalha, em sua obra, o individualismo enquanto valor fundador das sociedades modernas. Nessa perspectiva, apresenta um estudo sobre o desenvolvimento do conceito moderno de indivíduo e, segundo ele, quando o indivíduo se encontra na sociedade como um todo, holisticamente, têm-se os conceitos de holismo e de individualismo opondo-se um ao outro:

Se o individualismo deve aparecer numa sociedade do tipo tradicional, holista, será em oposição à sociedade e como uma espécie de suplemento em relação a ela, ou seja, sob a forma de indivíduo - fora - do - mundo. Será possível pensar que o individualismo começou desse modo no ocidente? Dumont responde: é precisamente o que eu vou mostrar; quaisquer que sejam as diferenças no conteúdo das representações, o, mesmo tipo sociológico que encontramos na Índia - O individualismo - fora - do - mundo - está inegavelmente presente no Cristianismo e em torno dele no começo de nossa era (DUMONT, 1993, p. 38-39).

As afirmações do indivíduo ante à sociedade e ao Estado podem ficar subentendidas como sendo o individualismo em oposição ao nacionalismo. Contudo, Dumont pondera que:

Alguém opõe ao individualismo o nacionalismo, sem explicação; sem dúvida, é preciso entender que o nacionalismo corresponde a um sentimento de grupo que se opõe ao sentimento “individualista”. Na realidade, a nação, no sentido preciso moderno do termo, e o nacionalismo-distinto do simples patriotismo estão historicamente vinculados ao individualismo como valor. A nação é precisamente o tipo de sociedade global correspondente ao reino do individualismo como valor. Não só ela o acompanha historicamente, mas a interdependência entre ambos impõe-se de sorte que se pode dizer que a nação é a sociedade global composta de pessoas que se consideram como indivíduos (DUMONT, op. cit., p. 21).

Apesar de ser o conceito que permeia as relações estabelecidas no seio da sociedade ocidental, o individualismo não se consolida enquanto tal de uma hora para outra:

A configuração individualista de idéias e valores que nos é familiar não existiu sempre nem aparece de um dia para o outro. Fez-se remontar à origem do individualismo, a uma época mais ou menos remota, segundo, sem dúvida, a idéia que dele se fazia e a definição que se lhe dava (DUMONT, op. cit., p. 22).

E mais:

Pode-se sustentar que o mundo helenístico esteve, no que tange às pessoas instruídas, tão impregnado dessa mesma concepção, que o cristianismo não teria podido triunfar, em longo prazo, nesse meio, se tivesse oferecido um individualismo de tipo diferente. Eis uma tese muito forte que parece, à primeira vista, contradizer concepções bem estabelecidas. Na verdade, nada mais faz do que modificá-las e permite reunir, melhor do que a concepção corrente, numerosos dados dispersos. Admite-se comumente que a transição no pensamento filosófico de Platão e Aristóteles para as novas escolas do período helenístico mostra uma descontinuidade (DUMONT, op. cit., p. 39).

Estabelece-se, assim, um paralelo entre o indivíduo moderno ocidental e o indivíduo tradicional da antiga sociedade indiana. Para Dumont, o termo *indivíduo* designa duas coisas ao mesmo tempo: um objeto fora de nós, e um valor. O primeiro é um sujeito empírico que fala, pensa e quer. É o modelo individual da espécie humana, que se encontra em todas as sociedades. O segundo é o ser moral independente, autônomo, não-social, que representa a ideologia moderna do homem e da sociedade.

Para Dumont, quando o indivíduo constitui o valor supremo, caracteriza-se de individualismo. Nesse caso, o indivíduo não pode ser submetido a alguém, sendo as suas regras pessoais que movem a sua existência. Quando o indivíduo se encontra na sociedade como um todo, trata-se de holismo. O modelo indiano de sociedade é holista, e a sociedade moderna ocidental é individualista.

Em Dumont, a sociedade ocidental da Idade Média aproximava-se da sociedade holista indiana. Na Idade Média, a supremacia da igreja governava a sociedade Cristã. Esta era constituída por um sistema hierárquico espiritual, sendo que o Papa era o representante supremo do poder. A igreja era o Estado.

Como diz DUMONT (1993):

Se tentarmos ver um paralelo entre a situação cristã medieval e a situação hindu tradicional a primeira dificuldade está em que, ao passo que na Índia, os brâmanes contentavam-se com sua supremacia espiritual, a igreja no ocidente exercia também um poder temporal, sobretudo na pessoa de seu chefe, o Papa. Vendo as coisas grosso modo, a Idade Média parece ter conhecido uma dupla autoridade temporal. Além disso, uma vez que a instância espiritual não desdenhava revestir-se de poder temporal, podia-se perguntar até se a temporalidade não desfrutava, de fato, de uma certa primazia (DUMONT, 1993, p. 80).

Ainda segundo o autor, com a consolidação do Estado moderno, extingue-se a harmonia universal do todo com Deus, rompendo-se a supremacia das divindades. Para os modernos, a relação direta com sua razão e com Deus. O indivíduo é um ser autônomo, integrante de uma comunidade que forma o Estado, tornando-o poder supremo:

Para os modernos, sob a influência do individualismo cristão e estóico, aquilo a que se chama direito natural (por oposição ao direito positivo) não trata de seres sociais, mas de indivíduos, ou seja, de homens que se bastam a si mesmos enquanto feitos à imagem de Deus e enquanto depositários da razão. Daí resulta que, na concepção dos juristas, em primeiro lugar, os princípios fundamentais da constituição do Estado (e da sociedade) devem ser extraídos, ou deduzidos, das propriedades e qualidades inerentes no homem, considerando como um ser autônomo, independentemente do todo e qualquer vínculo social ou político (DUMONT, 1993, p. 87).

Assim sendo, as bases ideológicas do individualismo estão fundadas na igualdade e na liberdade. Ao desprezarem a hierarquia social, todos os homens tornam-se iguais e livres perante o Estado. As funções determinadas pela posição social que o indivíduo ocupa são abolidas e, conseqüentemente, o Estado não consegue administrar a vida social e individual do homem. Não há referências norteadoras. A noção de direitos e de deveres se desvanece. Ao abdicar de todo sistema de crenças e de valores, o homem moderno negligencia a trajetória de sua história social, para consagrar a satisfação pessoal.

Nesse contexto, ocorre uma desintegração do indivíduo em relação à sociedade. Ele vive em função das suas necessidades individuais, de maneira que a existência do outro varia de acordo com a sua necessidade.

Logo, vê-se que o liberalismo é um conceito caracterizado por alguns princípios, dentre os quais está o individualismo e o igualitarismo. Para DUMONT (1993, p. 87),

os princípios fundamentais da constituição do Estado (e da sociedade) devem ser extraídos, ou deduzidos, das propriedades e das qualidades inerentes no homem, considerado como um ser autônomo independentemente de todo e qualquer vínculo social ou político.

Para o autor, o liberalismo é individualista, e isso justificaria a afirmação do indivíduo ante a sociedade e o Estado igualitário; admite a igualdade do homem enquanto pessoa; sendo universalista, defende a homogeneidade moral da espécie humana; otimista, admite o aperfeiçoamento das instituições sociais e suas respectivas sociedades.

O liberalismo é, pois, uma teoria que defende a liberdade como um direito intrínseco de todo indivíduo, e toda autoridade é limitada por esse direito, ou seja, a liberdade política, ampliada também pela liberdade econômica. Esses dois pilares orientam a ação do Estado, buscam primar pelo bem comum e preservar os direitos individuais.

Logo, um dos eixos temáticos do liberalismo torna-se visível a partir da observância das grandes transformações que fortalecem e que propiciam o surgimento do mundo moderno, fundamentando no individualismo seus alicerces.

Aliado às mudanças conceituais da religião, emerge o humanismo, que faz surgir o liberalismo, preparando campo para o surgimento da democracia e para o desenvolvimento do capitalismo. Rompe-se o véu do tempo feudal, em que a cultura era impessoal, holista, como distingue DUMONT (1993).

Nesse contexto, emergem os ideais de democracia, que foram esquecidos depois da Grécia Clássica, ressurgindo no liberalismo. Seu aparecimento se dá entre os puritanos ingleses, que necessitavam assegurar a legitimidade de seus representantes e da organização das suas comunidades.

Instituído o Estado, instala-se uma nova maneira de gerir os assuntos internos dos segmentos religiosos, da esfera política e dos interesses econômicos. Em pouco tempo, essa doutrina passa a assumir caráter ideológico. Impõe-se a necessidade de discutir e de justificar o direito da propriedade. Desta forma a classe dominante, buscando garantir suas propriedades, passa a interferir nos assuntos inerentes ao Estado e a sua administração. O Direito Divino, até então tido como o princípio norteador da sociedade, é colocado em rota de colisão com o governo que se fortalece, e chega ao ponto de ser considerado uma representação legítima dos eleitores. Esses eleitores, que até então eram apenas proprietários, desejavam intervir no governo, pois tinham algo a perder. Assim, as mudanças gestadas e ocorridas ao final da Idade Média promovem a exacerbada valorização do homem enquanto ser individual. Humanismo e Reforma colocam em frente dos holofotes o homem, que agora é visto como centro do universo, destacando sobremaneira o tema "*Liberdade*".

O tradicionalismo imperante na Idade Média inicia seu processo de ruptura a partir das reivindicações da liberdade de consciência. A justificação pela fé, a abertura do diálogo direto com Deus, sem a mediação de santos e de sacerdotes, bem como a tradução da Bíblia em diversas línguas, e a sua popularização conseqüente à invenção da imprensa possibilitam, às pessoas, imediato e direto contato com Deus. Agora o

homem precisa apenas crer. A graça vem pela fé e não pelos ritos cerimoniais, atos exteriores, coletivos, ministrados por outros.

Nesse contexto, em que ocorre a cisão entre o divino e o mundano, Copérnico promove uma verdadeira revolução na Astronomia, ao realizar uma das mais radicais revoluções científicas de todos os tempos na medida em que altera completamente o entendimento que se tem sobre o cosmos, até aquele momento, quando institui os fundamentos da teoria Heliocêntrica. Copérnico derruba, com sua teoria, toda a construção que parecia dar segurança e firmeza ao homem. Ao destruir a idéia anterior de ordem universal construída por um sistema de concepção relativista de mundo, o pensador despeja o homem do centro da criação, alterando as teorias antropocêntricas. Copérnico estabelece a dúvida como o ponto de vista científico, passando a explicar o mundo por meio de um sistema racional-naturalista, eliminando a explicação mística-teológica dos fenômenos.

De igual forma, a hierarquização medieval provoca profundas mudanças na sociedade. A industrialização em curso, que se revela na busca do *indivíduo espiritual*, em contraposição ao simples homem, acaba por criar os alicerces para a ética, a teoria jurídica e a política, bases do liberalismo.

Como mencionado anteriormente, o caráter político do liberalismo torna-se consciente a partir das obras de Locke e de Montesquieu, tendo seu primeiro grande momento na Revolução Gloriosa (Inglaterra, 1688/89). Com raízes na Inglaterra Medieval, o liberalismo político-jurídico confunde-se com o desenvolvimento das garantias constitucionais da liberdade.

E é justamente em LOCKE (1998) que os temas da liberdade e do indivíduo se corporificam numa doutrina política, em que a liberdade humana aparece como a responsabilidade de cada um, não pela sua vontade, mas pelos seus atos.

Locke devotou o primeiro de seus *Dois tratados sobre o governo* a uma rematada refutação da tese patriarcal. Para ele, a liberdade do povo era bem “natural”. Os *Dois tratados* desenvolveram a um tempo, uma teoria do consentimento e uma teoria da confiança. A teoria do consentimento respondia pela legitimidade do governo (e

comparava o absolutismo à guerra social). A teoria da confiança mostrava como os governantes e súditos deviam compreender o seu relacionamento recíproco. Nenhuma das duas teorias jamais foi abandonada pelas tradições liberais subseqüentes, apesar de sua diversidade. Enquanto Hobbes se preocupava com a conquista da ordem, a filosofia política de Locke foi a primeira altamente influente que objetivou o estabelecimento das condições de liberdade (MERQUIOR, 1992, p. 68-69).

A liberdade natural do homem consiste em estar livre de qualquer poder superior na terra, e não sob a vontade ou a autoridade legislativa do homem, tendo somente a lei da natureza como regra. A liberdade do homem na sociedade não deve ficar sob qualquer outro poder legislativo senão o que se estabelece por consentimento na comunidade, nem sob o domínio de qualquer vontade ou restrição de qualquer lei senão o que esse poder legislativo promulgar de acordo com o crédito que lhe concedem (LOCKE, 1998, p. 49).

Ao abordar o Estado Natural, como o fez também HOBBS (1997), a fim de justificar o absolutismo, Locke busca justificar a liberdade. Para ele, a razão, que é a lei natural, a qual ensina a toda a humanidade que, sendo todos iguais e independentes, ninguém poderá prejudicar o outro, especialmente em suas posses. Assim sendo, a propriedade aparece como um direito decorrente do produto de seu corpo, materializada através de suas mãos.

O trabalho do seu corpo e a obra das suas mãos pode dizer-se, são propriamente dele. Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se-lhe algo que lhe pertence, e, por isso mesmo, tornando-a propriedade dele. Reiterando-o do estado comum em que a natureza o colocou, anexou-lhe por esse trabalho algo que o exclui do direito comum de outros homens (LOCKE, 1998, p.51).

Justificando a liberdade em oposição à monarquia absoluta, o autor afirma que, para a sociedade civil, produto do livre consentimento de todos os membros da sociedade, não é tolerável que alguém dela faça parte, colocando-se à margem ou acima da lei comum. Surge então, uma nova ordem política liberal, com a supremacia do poder legislativo. O executivo deve ser um poder diverso, subordinado ainda, assim,

ao legislativo. Porém, a soberania passa a ser o povo, detentor do verdadeiro poder soberano.

Nota-se que, a partir de Locke, o poder é depositado no governante, pelo povo, em proveito deste. Assim sendo, não há um contrato de submissão plena e absoluta, mas apenas uma delegação.

Outro aspecto a ser considerado, diz respeito à separação do domínio temporal do espiritual. A Igreja, sociedade livre e voluntária, não pode estar sujeita ou atrelada ao governo, pois o cuidado com o espiritual (alma) não poderia estar ao encargo do magistrado civil. Por estar o liberalismo econômico vinculado a uma doutrina política liberal, completa-se o quadro de existência do liberalismo clássico.

Para DUMONT (1993, p. 91), com o predomínio do individualismo sobre o holismo, o social passa a ser substituído pelo jurídico, pelo político e, posteriormente, pelo econômico.

Ainda segundo DUMONT (1993), o individualismo subentende, ao mesmo tempo, igualdade e liberdade. Distinguindo-se, portanto, uma teoria igualitária liberal, a qual recomenda uma igualdade ideal, em direitos ou oportunidades, compatível com a liberdade máxima de cada um, e uma teoria socialista que quer realizar a igualdade nos fatos, por exemplo, abolindo a propriedade privada.

Segundo CASTEL, apud NARDI (2002, p. 143), o primeiro suporte para a existência dos indivíduos foi a propriedade privada. Os trabalhadores, devido à condição de não proprietários, não gozavam de uma igualdade de fato, pois estavam despossuídos de si mesmos.

Para CASTEL (1998), nestas condições, a sobrevivência dependia da venda de sua força de trabalho, portanto, embora os trabalhadores não mais pertencessem a alguém, como no modelo feudalista, onde o servo pertencia ao senhor, ainda gozavam de fato de uma igualdade, pois a propriedade efetiva de si, demanda também se apropriar do próprio corpo, decidir o que fazer com ele, bem como ter o controle do tempo ou seja pensar o próprio destino. Nesta perspectiva, a condição de não proprietário e, as imposições do mundo da necessidade, obrigam o trabalhador a

vender sua força de trabalho sem a condição de escolher a quem e por quanto vender, sujeitando-se às condições impostas pelo mercado, agindo como limitadores do controle do destino dos homens.

Locke estabelece relação entre liberdade e propriedade, partindo do pressuposto de que a liberdade faz parte da propriedade, ou seja, para esse autor liberdade e propriedade devem estar presentes em um Estado, para que este não enfrente problemas, mas viva de modo pacífico.

Para LOCKE (1998), a propriedade já existia no Estado de Natureza e, sendo uma instituição anterior à sociedade, é direito material do indivíduo, que não pode, em circunstância alguma, ser violada pelo Estado. Dessa forma, o trabalho é o fundamento originário da propriedade.

No Estado de Natureza, os homens são dotados de razão e desfrutam da propriedade que, numa primeira acepção genérica utilizada por Locke, designa simultaneamente a vida, a liberdade e os bens como direitos naturais do ser humano.

Em um Estado Civil, o principal objetivo é garantir a propriedade. Logo, os direitos naturais inalienáveis do indivíduo à vida, à liberdade e à propriedade constituem seu cerne. Assim, ficam mais bem protegidos sob o amparo da lei, do árbitro e da força comum de um corpo político unitário: “A ausência de um juiz comum dotado de autoridade coloca todos os homens em Estado de Natureza; a força sem direito sobre a pessoa de um homem causa o estado de guerra, havendo ou não um juiz comum” (LOCKE, 1998, p. 47).

Para CASTEL (1998), Locke e posteriormente Adam Smith, foram os primeiros teóricos, a discutir as implicações da separação entre propriedade e trabalho, reconhecendo a centralidade do trabalho e do mercado na estrutura e na dinâmica da sociedade

O Contrato Social de Locke é pacto de consentimento, em que os homens concordam livremente em formar a sociedade civil, para preservar e consolidar ainda mais os direitos que possuíam originalmente no Estado de Natureza. Dessa forma, ninguém perde sua liberdade, mas apenas deixa um líder guiá-lo, sendo que a

propriedade possui pontos intransferíveis, tais como a vida, e transferíveis, como os bens.

Contemporaneamente, além de Castel, outros teóricos revisitaram e aprofundaram as discussões em torno do liberalismo, como por exemplo, John Stuart Mill, o autor que em plena segunda guerra mundial; momento em que fascismo e nazismo substituíam a liberdade pelo autoritarismo, apresenta seu trabalho que trata da questão do liberalismo.

Mill traz em sua obra diversos pontos de afinidade com Locke, Kant, Tocqueville e outros, porém como característica já notada no liberalismo, ele apresenta também diferenças apreciáveis entre os demais teóricos. O autor defendia a liberdade econômica e a propriedade enquanto forma de reconhecimento do direito das pessoas, aquilo que produziram; porém é crítico do direito à herança, posicionando-se, contra o consumismo e o egoísmo das classes poderosas e privilegiadas.

Para MERQUIOR (1992, p. 65), os pensadores clássicos liberais de Locke e Montesquieu aos federalistas americanos, e de Benjamin Constant a Tocqueville e John Stuart Mill, tomados em conjunto, deram duas contribuições decisivas ao desenvolvimento do pensamento liberal. Em primeiro lugar, fundiram traços liberais numa advocacia coerente da ordem social-liberal secular que estava então tomando forma nos governos representativos da época. E em segundo lugar, introduziram e desenvolveram dois outros temas no pensamento liberal: democracia e liberalismo. Juntos, esses temas essenciais constituíram uma defesa do indivíduo não apenas contra o governo opressivo, mas também contra intromissões de constrangimento social.

MILL (1991, p. 17), advoga em prol do progresso social, porém, questiona que este caminho não seja através da ampliação da esfera de ação governamental. Segundo o autor, progresso social e mercado, não seriam exatamente a contraposição entre o socialismo e o liberalismo, pois para Mill o liberalismo e o socialismo não eram sistemas opostos; sendo o socialismo interpretado como prática política legítima, com a finalidade de remover os obstáculos da pobreza sem, contudo, tirar a liberdade e a competição, princípios primazes do liberalismo.

Em sua obra MILL (1991, p. 55-56), traz a discussão acerca da liberdade civil ou social, e a natureza e os limites do poder, que a sociedade legitimamente exerça sobre os indivíduos, pois segundo ele há sociedade livre, independentemente de sua forma de governo, contudo se não houver nela o respeito pela liberdade de consciência, liberdade de gostos, ocupações e liberdade de associações entre as pessoas, não há liberdade. Sua obra referencia-se a partir da afirmação do autor de que não há uma única definição e aplicação da liberdade, defendendo desta forma o pluralismo em torno desta questão, que para o autor faz parte dos sonhos humanos.

Merquior, outro expoente contemporâneo na discussão do liberalismo, em transcrições de aulas suas, datadas de 1987, coloca que “o moderno liberalismo social, doutrina do Partido Liberal, não deve querer dizer apenas menos Estado; quer dizer sobretudo mais liberdade. E o Estado contido pode ser um poderoso instrumento para promover liberdade para todos” (MERQUIOR, 1987, p. 3). O mesmo autor (1991, p. 3), defende que o liberalismo não deve ter pavor do Estado, devendo buscar sempre a limitação da ação do Estado para que esteja em acordo com os seus objetivos, fugindo das promessas sempre refeitas e adiadas de um paraíso de liberdade.

Para o autor uma proposta de junção entre as propostas liberais com preocupações sociais, seria a única doutrina política atual capaz de levar profundamente a sério o ideal democrático no sentido rigoroso da palavra, de governo do povo. MERQUIOR (1987) afirma que a democracia liberal social é de fato democracia, variando apenas no grau do seu teor democrático, ganhando força a partir da segunda guerra mundial, quando o autoritarismo socialista veio à tona pelas práticas de Stalin.

Desta forma o moderno liberalismo social que segundo MERQUIOR (1987) tem duas paixões: a liberdade e a igualdade que Rousseau propõe ganha terreno. Esse novo liberalismo surgido no período de 1880 a 1900 trazia para o campo das idéias, três novos elementos essenciais na fundamentação deste modelo: a preocupação com a justiça social, ênfase na liberdade positiva, e o desejo de substituição da economia *laissez-faire*.

Esses novos pressupostos e objetivos propiciaram uma visão política liberal, enquanto as velhas reivindicações de direitos individuais haviam aberto espaço para exigências mais igualitárias. No período de entre guerras, esse liberalismo modificado recebeu novo impulso de vida graças a pensadores influentes como Kelvin e Keynes (MERQUIOR, 1992, p. 218).

Salienta-se que outros teóricos em tempos distintos também obtiveram seu espaço contribuindo com discussões em torno do Estado Liberal, destaca-se Hayek e Milton Friedman (teoria da escolha pública), Aron e Dahrendorf (liberalismo sociológico), Rawls, Nozick e Bobbio (necontratualistas). Por certo esta diversidade de pensadores acerca de um mesmo tema, o liberalismo, conecta-se a gama diversa e possível de interpretações de seus conceitos, especialmente a liberdade que encontra sempre, nos mais diversos momentos históricos, inúmeras barreiras a serem superadas. Outro fator que contribui para isso são os diferentes conceitos que a liberdade recebe, o que lhe possibilita periodicamente novas leituras, assim pode-se afirmar que há várias espécies de discurso liberal, nenhum menos ou mais importante que o outro.

1.2 O ESTADO LIBERAL E O GOVERNO ATRAVÉS DAS FAMÍLIAS

A história das famílias começa a ser delineada somente ao final da década de cinquenta (século XIX), quando ainda imperava nas ciências históricas o modelo de família patriarcal.

Essa referência advinha dos cinco livros de Moisés, nos quais o tema *família* era apresentado com detalhes, identificando-se com os padrões das famílias burguesas da atualidade. Exceto na questão da poligamia, segundo ENGELS (1984), tinha-se a impressão de que a família não havia evoluído.

A partir do trabalho de Bachofen (1984), intitulado *o direito materno*, inicia-se um estudo sistemático acerca da história da família. Para ENGELS (1984), Bachofen formula, em seu trabalho, diversas teses com relação à constituição histórica das

famílias. Certamente, uma das mais significativas refere-se à ginecocracia, comprovada através de escritos da literatura clássica antiga.

A obra de Bachofen apresenta muitos traços que a vinculam com a religião, não podendo ser considerada por si só um grande avanço, pois não traz contribuições relevantes quanto à perenidade de suas considerações, mas significa um marco revolucionário nos estudos das famílias, visto que abriu espaço para a abordagem e para a discussão dessa temática.

Após a apresentação dos trabalhos de Bachofen, surge Mac Lennan (1865), ao contrário de seu antecessor, não é místico, mas sim um jurista. Seu mérito consiste em ter indicado a difusão geral e a grande importância do que ele chama de exogamia¹²; quanto à existência de grupos exógamos nada constatou (ENGELS, 1984).

Logo em seguida, são publicados os estudos sobre consangüinidade, cujo autor MORGAN (1984), faz uma vasta abertura para um novo e mais amplo parâmetro de discussão em torno da temática da história da família.

Morgan consolida o estudo das gens, quando defende que, na época em que ainda dominava o matrimônio por grupos, houvera divisões das tribos em grupos, de gens consangüíneas por linha materna, entre as quais era expressamente proibido o matrimônio, de maneira que, embora os homens de uma gens conseguissem suas mulheres dentro da própria tribo, tinham, no entanto, de ir buscá-las fora de sua gens (ENGELS, 1984, p. 48). Essa democracia tornou possível o esboço da história das famílias, que persiste, até os dias atuais, intacta em muitos pontos.

Posteriormente surgem os estudos de ENGELS (1984). O autor faz um apanhado geral acerca dos estágios pré-históricos da cultura, em que vai pontuando as relações matrimoniais ao longo da história. Destacam-se, nesse estudo, as discussões em torno das questões referentes ao gênero e à propriedade.

Para ENGELS (1984), a partir do momento em que a descendência passa a ser masculina, abolindo a filiação feminina e o direito hereditário feminino, inicia-se o processo de desmoronamento dos direitos maternos. O homem passa a apoderar-se da

¹² Mac Lennan classificou dois modelos de relações tribais, as exógamas e as endógamas, ou seja, as que buscam o matrimônio fora de suas tribos, e aquelas que permitem apenas casamentos entre si.

direção da casa, iniciando um processo de instauração da família patriarcal, prevalecendo o sistema monogâmico de casamentos.

A monogamia teve sua origem nos conceitos de amor sexual individual, mantendo, da mesma forma que o sistema poligâmico, estreita relação com o que era mais conveniente para a sociedade de sua contemporaneidade.

A literatura revela que a monogamia foi a primeira forma de família com bases na economia, representando um triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente. Reflexo de sua origem histórica, a família monogâmica traz consigo intrinsecamente o conflito entre homens e mulheres, traduzindo proporcionalmente as contradições e os antagonismos que movem a sociedade.

DONZELOT (1986) retoma essa discussão em torno do eixo temático família/Estado, a partir da ruptura do modelo familiar medieval, no qual a família é a única fonte provedora e responsável pelos seus. Ao romper-se esse modelo, divide-se essas funções com o ente estatal. Ao intimar-se o Estado para que se encarregue dos cidadãos, a fim de satisfazer suas necessidades, destrói-se simbolicamente o arbítrio familiar em sua soberania. Rompe-se com aquilo que prendia o indivíduo ao seio de sua família, e o Estado passa a ser cobrado enquanto um ente que deve organizar a felicidade dos cidadãos, ofertando-lhes assistência, trabalho, educação e saúde. Contudo, passa-se a discutir o perigo dos Estados totalitários, ou talvez dos socialistas negadores da família.

Nesse contexto de discussão da importância da representação familiar, passa-se a discutir o modelo conservador, porém “seguro”, de estado liberal, que permite à sociedade organizar-se em torno da propriedade privada e da família.

Convém observar, porém, que essa interferência tranquilizadora não é o bastante para explicar os motivos que tornam a família ícone associado à liberdade, tampouco é suficiente para explicar por que a família moderna organiza seus vínculos de maneira tão flexível e oposta à antiga rigidez jurídica. Assim, a discussão da questão família/Estado não deve centrar-se em identificar para que serve a família, dentro da lógica econômica liberal, mas em compreender por que ela funciona.

Conforme DONZELOT (1986), o problema está, antes de tudo, nas transformações pelas quais a família passa, e não especificamente na sua conservação. Pois se fosse o caso somente de preservá-la, sua história seria pura e simples defesa dos privilégios que ela consagra e, seu perfil, o da dominação, sem disfarce de uma classe sobre a outra. O fato de os discursos de denúncia dos privilégios sociais e das dominações de classe terem progressivamente se dissociado da crítica da família, transformando-a, ao mesmo tempo, em ponto de parada das críticas à ordem estabelecida, e em ponto de apoio das reivindicações por mais igualdade social, constitui-se num convite para focalizar a família e suas transformações, antes de tudo, como uma forma positiva de solução dos problemas colocados por uma definição liberal do Estado, e não como elemento negativo de resistência à mudança social. Afinal de contas, em fins do século XIX, a definição liberal do Estado é ameaçada por duas questões centrais: o pauperismo excessivo, que exigia cada vez mais subsídios do Estado, transformando-o em reorganizador do corpo social pela via da assistência, do trabalho e da educação; e o surgimento de profundas mudanças nos costumes até então vigentes, e a iminente possibilidade de conflitos colocavam em dúvida o projeto da denominada proposta liberal do Estado.

Assim, a forma mais segura de garantir o desenvolvimento das práticas que viabilizam a conservação do Projeto Liberal, sem, contudo, ter características de atrelamento político evidente, foi a filantropia utilizada como instrumento de dominação, de pacificação e de defesa da integração social.

Não se pode conceber a filantropia como uma fórmula ingenuamente apolítica de intervenção privada na esfera dos problemas ditos sociais, mas sim como uma estratégia deliberadamente despolitizante face à instauração dos equipamentos coletivos, ocupando uma posição nevrálgica equidistante da iniciativa privada e do Estado (DONZELOT, 1986, p. 55-56).

Ao se observar a organização dos núcleos de filantropia do século XIX, constata-se um certo distanciamento calculado entre as chamadas técnicas de bem-estar e as funções do Estado, ficando evidentes os modelos assistenciais:

- Pólo Assistencial: utiliza-se do Estado como meio formal de divulgação de suas recomendações morais, eximindo-o de qualquer opressão.
- Pólo Médico-higienista: ao contrário do pólo assistencial, não busca refrear as demandas imputadas sobre o Estado, mas utiliza forma direta, intervindo através de normas.

Para DONZELOT (1986), evidencia-se, assim, o tema a respeito do qual pode-se tornar aceitável e necessário o aumento dos equipamentos coletivos, sem que atentem contra a definição liberal do Estado, pois os dois eixos da estratégia filantrópica substituem formas de poder positivo, no antigo estilo de poder de soberania. E se o discurso sobre a moralidade da poupança pode funcionar, não é, sobretudo, porque se obriga os operários a depositarem uma parte de suas *magras poupanças* em *caixas econômicas*, mas sim porque elas permitem, através dessa poupança, obter maior autonomia da família.

Dessa forma, ao final do séc. XIX, a família passa a ser vista como um feliz e estratégico resultado dos dois modelos de filantropia. Eis que fica estabelecida a competição entre a filantropia e a caridade, pois a filantropia é planejada, investe na economia em longo prazo, antecipando-se a custos maiores; já a caridade desconhece esse investimento, pois é “dom”.

Assim, fortalece-se uma nova beneficência, que proporcionou autonomia das famílias em relação às antigas fidelidades, bem como as redes de solidariedade. Nesse sentido, a *pedra angular* passa a ser a família, que pode controlar suas necessidades, ou ser controlada por elas.

Outra questão colocada por MARTINS (2002, p. 29), acerca da instituição familiar, diz respeito à organização econômica desta. O autor argumenta que com o desenvolvimento do capitalismo, a família foi direcionada a transformar-se numa espécie de protótipo do trabalhador coletivo, visto que no grupo familiar o salário deixa de ser do indivíduo para ser da família. Desta forma, quando ocorrem exclusões temporárias de alguns de seus membros, a família os assume eximindo o sistema econômico, e conseqüentemente o Estado, de pagar pelos problemas sociais oriundos

da exclusão. Desta forma transferem-se para o grupo familiar os custos sociais das irracionalidades do modelo capitalista de produção e organização social.

Da mesma forma a racionalização dos produtos da filantropia alivia a imagem do patronato, distanciando-a da figura dominadora paternalista. Quanto ao Estado, exime-se de aparecer como mentor, o que afasta a conotação política da ação.

Concretiza-se ainda a passagem de um governo das famílias para um governo através da família. Para DONZELOT (1986), a expulsão da família para fora do campo sócio-político, e a possibilidade de nela ancorar os mecanismos de integração social, não são o produto de um encontro fortuito entre o imperativo capitalista de manutenção da propriedade privada e uma estrutura destinada à produção de sujeição através do complexo de Édipo, ou o que quer que seja, mas o resultado estratégico de uma série de intervenções que fazem funcionar a instância familiar mais do que se baseiam nela. Nesse sentido, a família moderna não é tanto uma instituição quanto um mecanismo. É através da disparidade das figuras familiares, dos desníveis entre o interesse individual e o interesse familiar, que funciona esse mecanismo.

ARIÉS (1978), ao interpretar as sociedades tradicionais e o novo lugar assumido pela criança e a família nas sociedades industriais, a partir da sociedade moderna e o individualismo coloca que:

Toda a evolução de nossos costumes contemporâneos torna-se incompreensível se desprezamos esse prodigioso crescimento do sentimento da família. Não foi o individualismo que triunfou, foi a família. Mas essa família estendeu-se à medida que a sociabilidade se retraiu. É como se a família moderna tivesse substituído as antigas relações sociais desaparecidas para permitir ao homem escapar a uma insustentável solidão moral. A partir do século XVIII, as pessoas começaram a se defender contra uma sociedade cujo convívio constante até então havia sido a fonte da educação, da reputação e da fortuna. Daí em diante, um movimento visceral destruiria as antigas relações entre senhores e criados...Em toda a parte ele reforçaria a intimidade da vida privada em detrimento das relações de vizinhança, de amizade ou de tradições. A história de nossos costumes reduz-se em parte a esse longo esforço do homem para se separar dos outros, para se afastar de uma sociedade cuja pressão não pôde mais ser suportada. A casa perdeu o caráter de lugar público em favor do clube e do café ... A vida profissional e a vida familiar abafaram essa outra atividade, que outrora invadia toda a vida: a atividade das relações sociais (ARIÉS, 1978, p. 274).

Vê-se então que o mecanismo familiar tem algo de surpreendente, pois ao gestar as questões essenciais da sociedade, a junção entre família e sociedade se dá nos enlaces dessa teia, e é por essa via que discussões, resistências familiares, desvios individuais, ambições, egoísmo e socialização são mediados¹³.

¹³ Contemporaneamente a família tem ganhado lugar de destaque na implementação das políticas sociais, de maneira especial através dos programas de transferência de renda discutidos na obra de: SILVA, Maria Ozanira da Silva, YAZBEK, Maria Carmelita, GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no séc XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2004.

2 POLÍTICAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Neste capítulo faz-se uma abordagem histórica em torno da estrutura e do desenvolvimento das políticas sociais, a partir da existência do modelo liberal de Estado, enfocando momentos significativos nas bases de tais políticas no Brasil, e suas implicações no modelo político e econômico; aborda-se também, o modelo latino-americano de fazer políticas sociais, salientando suas particularidades. Em seguida, analisa-se o Programa de Vilas Rurais na forma como foi concebido, estando este inserido dentro do contexto das políticas sociais. Para tanto, partimos do princípio de que no Brasil as políticas sociais desenvolvem-se na perspectiva do enfrentamento das questões sociais.

O modelo econômico implantado pelos neoliberais na América Latina, trouxe à superfície uma infinidade de problemas de ordem social. Houve uma queda visível dos salários, redução do poder aquisitivo, aumento do desemprego e do subemprego. Simultaneamente, vê-se um processo de agravamento do empobrecimento da população, provocando flutuações nos grupos sociais à condição de pobreza. Por outro lado, observa-se o decréscimo dos investimentos nos serviços sociais públicos.

De fato, com o avanço da produção e da organização social capitalista emergem, em paralelo, intensas e complexas questões de ordem social. Observa-se, além da crescente proletarização, o rompimento com o vínculo natural de subsistência acelerando a concentração humana nos centros urbanos.

Para LAURELL (1995), os avanços do capitalismo também fomentam as lutas pela garantia da satisfação das necessidades sociais: a alimentação, a habitação, a saúde e a educação, transformando a questão social em fato político e inevitável.

Assim, as políticas sociais, entendidas como conjunto de medidas e de instituições que têm por objeto o bem-estar e os serviços sociais, tornam-se a tradução concreta e necessária na mediação dessas questões. Contudo, apesar de o Estado estar à frente na formulação e na efetivação das políticas sociais, estas não são exclusividade do âmbito público, implicando na orientação entre forças políticas.

Na América Latina, vê-se a centralização dos gastos sociais em programas seletivos dirigidos aos pobres; isto ao comando dos organismos financeiros internacionais, como o FMI¹⁴, que trabalham em prol da capitalização do setor privado, instituindo uma política de remercantilização dos benefícios sociais, e deteriorização das instituições públicas, levando à implantação de programas estatais voltados a aliviar a pobreza.

Pode-se, porém, constatar que os recursos destinados a esse fim estão muito aquém das reais necessidades, sendo largamente manipulados pelos poderes executivos.

Os programas contra a pobreza têm na América Latina um objetivo oculto: assegurar uma clientela política em substituição ao apoio popular baseado num pacto social amplo, impossível de se estabelecer no padrão das políticas neoliberais. Tais programas são, dessa forma, uma tentativa de evitar o problema de ter de se dirigir para uma economia desregulamentada de livre mercado, sem com isso provocar processos políticos contrários que anulem o projeto (LAURELL, 1995, p. 173).

Outra característica que vamos observar no modelo Latino Americano neoliberal é o processo de descentralização da ação pública. Para STEIN (2000), a descentralização pode ser utilizada tanto com o significado de simples transferência de responsabilidades, de atribuições ou tarefas (conhecida como desconcentração), como também de transferência de poder decisório.

Para LAURELL (1995), a descentralização neoliberal não tem por objetivo democratizar a ação pública, mas, principalmente, permitir a introdução de mecanismos gerenciais, e incentivar os processos de privatização, deixando em nível local a decisão a respeito de como financiar, administrar e produzir os serviços.

Na América Latina, o processo de descentralização tem sido amplamente enfatizado e defendido pelos organismos financeiros internacionais que exigem, para o repasse de recursos destinados a programas sociais, o exercício da referida prática: “o conjunto das políticas sociais criadas pelos governos latinos americanos de inspiração

¹⁴ Fundo Monetário Internacional.

neoliberal procuram, assim como na Europa, uma reestruturação na atuação estatal que o aproxima do Estado liberal” (LAURELL, 1995, p. 174).

O ideário liberal é único, contudo a forma de estruturação desse modelo apresenta diferentes paradigmas em cada um dos continentes em que se o encontramos¹⁵. No caso específico da América Latina, observa-se, segundo LAURELL (1995), um modelo pertencente ao modelo capitalista selvagem, pelas próprias características de pobreza majoritária, de subemprego e de desemprego, em que o “bem-estar” torna-se privado, sendo negociado através de contratos coletivos de trabalho, fator que o aproxima somente de uma pequena minoria, ou seja, o inverso do que ocorre nos países desenvolvidos, onde bem-estar é direito do cidadão

No que se refere à gestão das políticas sociais na América Latina, o tema tem ganhado nas últimas décadas, espaço para debate como nunca houve antes. Isso pode ser constatado a partir de diversos ângulos de análise; contudo, sabe-se que ele está diretamente relacionado às profundas transformações, e principalmente à velocidade com que as mudanças vêm acontecendo na sociedade.

Por certo, as particularidades nas relações históricas estabelecidas entre Estado, mercado e sociedade são também determinantes na consolidação de diferentes formas de realização do Estado de Bem-Estar Social, fator que torna sua implementação diferenciada nas mais diversas partes do mundo.

Logo, sua implementação também é diferenciada, sendo que, em muitos países, a implantação desse modelo dá-se na busca de conquistas sociais democráticas, que intentam reduzir as desigualdades sociais causadas pelo modelo capitalista, chegando até à população, na forma de direitos adquiridos, e não como “esmolas” dadas pelo Estado.

Contudo, ao final da década de 70, essa forma de regulação social do capitalismo, cujas bases estão alicerçadas no Keynesianismo¹⁶, sofre sua grande crise, colocando suas bases históricas e conquistas também em crise.

¹⁵ Estados Unidos, Europa e América Latina.

¹⁶ Teoria de Keynes, base estrutural do Welfare State

Dessa forma, todas as conquistas sociais consolidadas a partir da Segunda Guerra mundial, esvaem-se. Somadas às mudanças ocorridas no Leste Europeu nos anos 80, a crise do capitalismo contemporâneo possibilita o surgimento das teses neoliberais de desmontagem do Estado, enquanto instância mediadora da universalização dos decretos e da cidadania. Prevalece, então, uma nova agenda de ajustes econômicos, que irá influenciar diretamente na reconfiguração da questão social¹⁷.

Para DEGENNSZAJH (2000, p. 60), as conseqüências da implantação do ideário neoliberal nas sociedades que, como a brasileira, vivem os impasses da consolidação democrática, do frágil enraizamento da cidadania e das dificuldades históricas de sua universalização, expressam-se pelo acirramento das desigualdades, pelo encolhimento dos direitos sociais e trabalhistas, pelo aprofundamento dos níveis de pobreza e de exclusão social, pelo aumento da violência, enfim, pelo agravamento sem precedentes da crise social que, iniciada nos anos 80, aprofunda-se significativamente na década de 90. Fica evidenciada, então, uma das principais características do modelo de Estado liberal, em que ocorre a separação entre o Estado e a economia. Essa separação visa reduzir a política da chamada sociedade política, despolitizando, tanto as relações econômicas quanto as sociais. Logo, conforme afirma TOLEDO (1995), ao tentar separar a política da economia, o Estado liberal define, por um lado, um conceito de sociedade reduzida aos produtores, e por outro, aos cidadãos. Ambos, segundo o autor, faces da mesma moeda, mas separados por esferas de atuação. Um Estado de cidadãos e uma sociedade de proprietários procurando negar a existência das classes sociais, refletindo na ilegalidade da classe operária como classe, negando inclusive suas organizações e partidos.

O Estado capitalista do século XIX faz emergir uma mistificação em torno da concepção neoliberal em que o Estado aparece em oposição aos privilégios de nascimento ou por direito divino, apesar de ser capaz de assegurar a igualdade política dos proprietários.

¹⁷ Aplica-se aqui enquanto sociedade de classes, sendo expressão das lutas dos trabalhadores urbanos rurais pela apropriação da riqueza socialmente produzida, articulando suas demandas ao Estado e patronato que, no enfrentamento da questão social, formulam políticas sociais.

Lutas sociais e políticas do proletariado, que emergem em pleno século XIX, provocam pressão em direção à igualdade política e à distribuição igualitária dos bens, direcionando o foco de discussão para a possibilidade de abolição do capitalismo.

O liberalismo nos campos econômico e político provocaram uma grande desigualdade social e um grande conflito e antagonismo entre a burguesia e o proletariado, e essas foram às condições em que as ideologias, os partidos e as revoluções socialistas se desenvolveram (TOLEDO, 1995, p. 72).

O início do século XX prenuncia um novo momento histórico. A decadência do liberalismo é anunciada pelo movimento socialista, que coloca em cheque o modelo assistencialista cristão, iniciando um processo de crise em torno do Estado de Bem-Estar Social, que ainda não acaba, o que faz da discussão das políticas sociais um assunto sempre contemporâneo.

2.1 POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Na década de trinta, Getúlio Vargas lidera uma revolução que promove mudanças no bloco que até então estivera à frente do poder no Brasil. Vargas direciona sua política para transformações nas relações entre Estado e sociedade, visando integrar o mercado interno e o desenvolvimento da industrialização, mantendo em paralelo a economia de exportação de produtos agrícolas, sem romper com a dependência dos países centrais.

Responsável pela implantação de uma política marcadamente trabalhista, Vargas intenta conciliar o controle de greves e de movimentos operários, com um sistema de seguro social, além de atrelar e de articular os sindicatos ao Estado, controlando suas eleições, finanças, atividades e finalidades.

Naquele período, apesar de uma maioria populacional compor-se de trabalhadores rurais, dá-se prioridade às questões do trabalhador urbano, sendo que os primeiros passam a integrar o sistema previdenciário somente a partir dos anos 70. Esse fator vem reforçar o modelo getulista de proteção social: um modelo fragmentado em categorias com benefícios desiguais. As relações personalizadas entre governo e sindicatos são muito mais relevantes do que a busca por garantias da cidadania. Nesse

período, o Estado preocupa-se em constituir aparelhos de repressão e de coerção, instituindo muitos órgãos voltados ao controle da sociedade, nos mais diversos segmentos.

A partir de 1942, instala-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA), a fim de atender às famílias dos pracinhas. Esse trabalho é liderado pela primeira dama, o qual, em virtude de uma avaliação positiva por parte do Estado, expande-se.

Com o propósito de legitimar o Estado junto aos pobres, a partir de 1946, a LBA passa a atuar também nas questões da maternidade e da infância, através de postos de serviços espalhados por todo o país, fazendo a junção das obras de caridade, das ações religiosas e do trabalho de primeiras damas.

Mesmo com o processo de democratização do país, experienciado desde 1946, o modelo de Getúlio perdura até o golpe de 1964. Em 1960, unificam-se os mais de trezentos decretos e leis referentes à previdência social, exceto a previdência rural que, apesar de aprovada em 1963, não é implementada.

A partir do ano de 1964, ano do golpe militar, estendendo-se a 1988, ano da Constituição democrática, o país se desenvolve economicamente com expansão da produtividade, modernização da economia e entrada do capital estrangeiro, em parceria com o Estado.

A forte censura, a ausência de eleições, o controle do Congresso Nacional através do poder militar e da repressão violenta aos opositores são marcas características da ditadura militar no Brasil. Enquanto esse é o modelo de governo vigente no país, dezenas de brasileiros são presos, torturados, exilados e mortos.

No ano de 1978, parte da Igreja e sindicalistas do ABC paulista¹⁸ questionam a repressão, através de greves contra o regime. A partir das lutas operárias, de movimentos de base, de setores progressistas da Igreja Católica e de intelectuais brasileiros, por volta de 1980, organiza-se o Partido dos Trabalhadores, colocando fim ao dueto partidário “permitido”¹⁹ pelo regime militar: Aliança Renovadora Nacional (Arena), governista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)²⁰.

¹⁸ Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano.

¹⁹ Ambos os partidos tinham a permissão do Regime Militar, que através dos seus mecanismos de coerção julgava tê-los sob controle.

²⁰ Definida por muitos autores como oposição tolerada.

Na relação que ora se estabelece entre Estado e sociedade, observa-se que, embora haja uma falsa democracia, sem legitimidade política, o bloco militar-tecnocrático-empresarial, que ocupa o poder, procura obter o apoio social da população, anunciando medidas sociais.

Como parte de uma política centralizadora, o Governo Federal, no ano de 1966, unifica os institutos de previdência, criando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), e entrega-o à administração dos tecnocratas, facilitando para que grandes empresas venham a se conveniar com o INPS, a fim de que os trabalhadores sejam atendidos no local de trabalho, usando-se o esquema de Saúde e Segurança no Trabalho, que deveria contribuir para o aumento da produtividade.

Nesse período, embora haja o chamado “arrocho salarial”, há também uma conjuntura de emprego, possibilitando a ampliação da previdência para os trabalhadores rurais²¹, empregados domésticos, jogadores de futebol e ambulantes. Aos trabalhadores rurais é concedido o benefício de apenas meio salário mínimo, sem contribuição direta, tendo como fonte de financiamento uma pequena taxação da comercialização de produtos rurais.

Nas eleições consentidas pelos militares, a Arena, apoiada pelo governo, ganha as eleições no interior do país, onde os *caciques* políticos controlam a dinâmica local.

Assim sendo, é estratégico ao governo obter o apoio dos trabalhadores do campo, estimulando a economia, no meio rural, com a distribuição de benefícios em dinheiro para um vasto setor excluído do mercado de consumo de bens industrializados e de serviços.

Em 1971, unifica-se o sistema com a criação do Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SINPAS), que compreende, além do INPS, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), e o Instituto Nacional de Administração da Previdência Social (IAPAS). No mesmo ano, regulamentam-se a previdência privada. Ao mesmo tempo, 40 milhões de pessoas não têm nenhum acesso a serviços médicos, consolidando-se a desigualdade: o setor privado, para os ricos, os planos de saúde para um grupo seleto de assalariados e

²¹ No ano de 1971, 1972, 1973 e 1978, respectivamente.

classes médias; os serviços públicos para os contribuintes da previdência e, para os pobres, a caridade, feita em geral, por entidades municipais ou filantrópicas, com apoio estatal, caracterizando-se em um arranjo tecnocrático-político do sistema, na busca de legitimidade e de modernização do modelo getulista.

Na década de 70, mais precisamente a partir do ano de 1974, os idosos pobres com mais de 70 anos são beneficiados por uma lei que implementa a renda mensal vitalícia, no valor de um salário mínimo, para um ano, com a Previdência Social. Nesse mesmo ano é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, com a incorporação da LBA, da Fundação para o Bem-estar do Menor (FUNABEM), da Central de Medicamentos (CEME), e da Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV).

Nessa conjuntura, a partir do ano de 1974, o modelo repressivo, centralizador, autoritário e desigual, favorecendo grupos privados e particulares, é fortalecido; o Estado, em torno do que já existia, é remodelado, intensificando o recrutamento de pessoas do setor privado para as empresas estatais e valorizando as lealdades pessoais, em detrimento das capacidades individuais.

Nessa direção, SENNET (2001) estuda o exercício da autoridade que se justifica pela personalidade do indivíduo que a exerce. O homem público, como um político que busca o poder, é avaliado pela pessoa que é, e não pelas propostas políticas que formula: é a obsessão pela pessoa, em prejuízo das relações sociais. O que torna uma ação boa é a personalidade de quem a executa, e não a ação enquanto tal.

O Estado passa a ser a maior fonte de recrutamento, levando, em consequência disso, a maioria dos diretores de estatais, ou de bancos estaduais, a se auto classificar como executivos, a fim de manter o *status* que possuíam, pois o setor público já perdia qualificação. Nesse momento, a burocracia assumia um *ethos* empresarial privado, sendo a Nação gradativamente substituída pelo mercado.

Intensificam-se as propagandas anti-estatais, que buscam fortalecer o setor privado, o qual pode devolver, ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), o poder necessário para retomar sua pretensão frustrada de ser o controlador dos *holdings* estatais.

Importante recordar que, a partir de 1966, com a reforma tributária, grande parte dos recursos passa a ser centralizado no Governo Federal. Essa medida exige a reorganização de todo o sistema financeiro nacional²², fazendo com que o Estado aumente sua capacidade gerencial, aumentando o número de empresas estatais, sobre as quais o controle do Estado é limitado pela falta de pessoas, pelo uso de *lobbies*, pela falta de regulação legal, e pelo uso de captação como forma de recrutamento de pessoal.

Amplia-se vertiginosamente a máquina do Estado, porém esse acréscimo do aparato estatal não é capaz de provocar as mudanças necessárias na dinamização das ações do estado, não significando, pois, avanço na governabilidade.

A expansão estatal através de agências do próprio governo, atuando no gerenciamento de demandas da sociedade, faz com que o Estado seja visto como parceiro ideal por parte da iniciativa privada. Esse processo chega a um limite estrutural, financeiro e de sustentação social, no final dos anos 70, quando se estrutura uma crise do Estado.

Lenta e gradual, assim teria sido a ruptura com o regime militar no Brasil. Em 1979, com a anistia política, inicia-se o processo de democratização, que teria ainda uma longa trajetória a seguir no processo de revisão de todos os parâmetros sócio-morais vigentes até então.

No ano de 1982, há as eleições para governadores e, em 1984, a Presidência da República resulta em eleições indiretas, e em convocação de Assembléia Nacional Constituinte, em 1986, com os mesmos congressistas eleitos para a legislatura normal.

²² Para Alves, essa reorganização de recursos orçamentários é representada pelo PIS-PASEP e FGTS, pela arrecadação do Imposto de Renda, títulos da dívida pública, jogos e loterias. Ver: ALVES, Gustavo Biasoli. **Discurso e reforma do estado no governo Collor**. Porto Alegre. 2004. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Nesse momento, a conjuntura econômica já se demarca pela inflação e por acentuada dívida pública, insuficiente para conter as manifestações de rua, a formação de comitês e as articulações de grupos em prol da redemocratização do país.

Um bloco denominado Centrão, representação da ala conservadora do Congresso, forma a oposição na defesa contra a instituição dos direitos nacionais; o que representa, na verdade, uma derradeira tentativa de defender os interesses dominantes. A cada artigo a ser votado, muitas disputas e negociações se dão entre blocos de forças.

Posta como uma Constituição Liberal-Democrática-Universalista, a Assembléia Nacional Constituinte, de 1988, expressa as contradições da sociedade brasileira, fazendo conviver políticas estatais e políticas setoriais²³ no mesmo campo das propostas e discussões, que acabam por repercutir em alguns avanços no plano social, como é o caso das questões dos direitos da mulher, da criança, direitos universais à saúde, direitos à previdência e à assistência social. Contudo, todos esses avanços vêm permeados em discussões que se fazem em torno daqueles que defendem, para o Brasil, o mesmo modelo neoliberal adotado em outros países que buscavam a todo custo o modelo de Estado mínimo.

Incorporam-se os direitos trabalhistas e previdenciários do trabalhador rural, que passa a ter acesso à previdência social, com benefícios não menores do que um salário mínimo.

Essa mudança realmente é significativa enquanto programa social, pois a renda mínima do trabalhador rural deixa de ser financiada pela comercialização agrícola, sendo também financiada pela arrecadação advinda dos trabalhadores urbanos.

Contudo, na medida em que direitos vão sendo incorporados à nova carta constituinte, definindo novos conceitos na questão da cidadania, o governo da época, que tem à frente José Sarney, promove um verdadeiro desmonte das políticas sociais. Definham os programas de habitação, a saúde é sucateada, e as verbas da educação, controladas.

²³ Políticas de mercado nas áreas da saúde, da previdência e Assistência Social.

A meta central do governo torna-se a negociação de favores em troca da prorrogação do mandato do presidente, de quatro para cinco anos. Em meio à crise instalada, o INAMPS passa para o Ministério da Saúde, visando-se integrar as ações de saúde nas três esferas de governo, cabendo ao Governo Federal a coordenação das políticas sociais²⁴.

Repudiada pela ala conservadora do Congresso, a nova Constituição é vista como inviabilizadora do desenvolvimento em função dos custos que geraria. Contudo, a nova Constituição contribuiria para que emergissem as questões das lutas sociais, entre elas as lutas dos trabalhadores, favorecendo, ainda, a construção de um novo pacto federativo que descentraliza as responsabilidades, incrementando os repasses financeiros a Estados e a Municípios. As mudanças no sistema de financiamento das políticas públicas vêm acompanhadas da necessidade de formação de mecanismos de controle social.

Os Conselhos passam, então, a ter esse controle proposto efetivamente na implementação dessas políticas; contudo, em muitas partes do país, pode-se observar, na composição destes Conselhos, que deve ser parietária, a predominância do poder do prefeito, sintoma de conflito existente entre as propostas democráticas e as clientelistas, fragilizado em função da negação da garantia dos direitos de acesso à plena cidadania. Continuou-se a ter um sistema de repartição da previdência, com acessos estratificados²⁵, sinalizando para as limitações da nova Carta Constituinte.

2.2 O PROJETO DE VILAS RURAIS²⁶

O projeto de Vilas Rurais, teve suas primeiras versões implantadas entre os anos de 1979 e 1982, uma na localidade chamada Campo do Santana, região limite

²⁴ O Sistema de Saúde passa a configurar o Sistema Único de Saúde (SUS).

²⁵ Aposentadoria por tempo de serviço para os salários mais altos, por idades para salários mais baixos, pra professores menos tempo de serviço.

²⁶ O tópico foi desenvolvido em a partir relatório de avaliação do Programa Paraná 12 meses emitido pelo governo do Estado do Paraná, em novembro de 2001.

entre os municípios de Curitiba e Araucária, com aproximadamente 60 famílias, e outra na região de São José dos Pinhais, com quase 80 famílias²⁷.

A idéia central do Projeto consiste em que os moradores de Vilas Rurais desenvolvessem em seus lotes culturas de subsistência, comercializando o excedente, mantendo a possibilidade de trabalhar como diaristas rurais nas fazendas próximas. A renda obtida do empreendimento forneceria condições de, em curto prazo, ressarcir os investimentos realizados. O empreendimento se tornaria auto-financeável. O governo compraria as terras pagando preços reais, e as repassaria às famílias. No caso da Comunidade de Campo do Santana, estas foram assentadas em lotes individuais, com 5000 m² cada, e no de São José dos Pinhais, em 1,5 hectare. O então Prefeito de Curitiba, Sr. Jaime Lerner, considerava o Projeto como a “reforma agrária viável”. Não se tem informações disponíveis sobre a avaliação dessa experiência, sendo que nem mesmo os próprios idealizadores do projeto sabem informar o que foi feito com os lotes de terras, conforme consta na entrevista concedida ao Jornal Folha do Paraná, em 11/02/2001. Contudo, essas experiências acabaram servindo como base para a implementação do projeto que se expandiu por todo estado do Paraná.

O Projeto de Vilas Rurais tal como se apresenta hoje, foi retomado em 1995, quando o Governador Jaime Lerner assumiu o Governo do Estado do Paraná, fazendo parte das propostas do Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural.

Numa primeira etapa do projeto, o governo pretendia implantar 100 Vilas Rurais, conforme citado nos panfletos produzidos pelo governo estadual, atendendo, até 1998, a 60 mil famílias. O enfoque inicial da Atividade Vilas Rurais previa que a área do lote se destinasse basicamente a complementar a alimentação e a renda das famílias, sendo que a renda principal deveria advir do trabalho remunerado fora da Vila. Entre 1997 e 1998, altera-se esta concepção de complementaridade, e o lote passa a ser visto como um empreendimento.

²⁷ Citado no relatório de avaliação do Programa Paraná 12 meses, de Novembro de 2001: (Souza e Grossi, 2000); sem haver a citação bibliográfica completa ao final.

Segundo o relatório do Programa Paraná 12 Meses, muitas foram as indagações colocadas pelas entidades de representação da sociedade, civil a respeito da proposta cujas respostas ainda hoje não estão dadas:

- Considerando-se que, em média, as Vilas Rurais têm um número de 40 residências, como seria possível assentar essa quantidade de famílias em 4 mil casas (60.000 famílias, em 100 vilas)?
- Por que os lotes foram projetados com apenas cinco mil metros quadrados?
- Qual a sustentabilidade possível em uma área desse tamanho?
- Por que apoiar a proposta das Vilas Rurais, em detrimento da proposta de Reforma Agrária?
- Por que a implantação de Vilas Rurais em áreas de pouca demanda de mão-de-obra volante?

Candidato à reeleição do governo estadual (1995-1998), Jaime Lerner reapresenta seu projeto Vilas Rurais revitalizado, merecendo grande destaque em relação aos demais componentes da proposta do Paraná 12 Meses. O Projeto das Vilas Rurais é então reapresentado à sociedade paranaense em 1998, pelo candidato ao governo do Estado, que em seguida seria novamente Governador, Jaime Lerner, como uma das atividades dentro do subprograma Projeto de Combate e Alívio da Pobreza no Meio Rural, do Programa Paraná 12 Meses.

A concepção inicial era a de que as Vilas Rurais representassem a “alternativa viável” à reforma agrária. Essa postura, tornou-se de certa forma, uma estratégia do governo frente às pressões da sociedade civil organizada em torno da luta pela terra e dos direitos humanos, uma vez que o Paraná estava entre os Estados com maiores índices de violência no campo, conforme demonstram os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de abril de 2001.

TABELA 1 - ÍNDICES DE VIOLÊNCIA NO CAMPO NO ESTADO DO PARANÁ

	Desde 1980	Governo Jaime Lerner
		1994/2001
Tentativas de Assassinato	55	31
Assassinatos	44	16

Prisões	602	488
Lesões Corporais	501	324
Ameaças de Morte	97	47
Despejos	*	134

FONTE: CPT – Comissão Pastoral da Terra (abr. 2001).

Segundo Darci Frigo²⁸, representante da Comissão Pastoral da Terra, no Paraná, a proposta surge como uma estratégia política de esvaziamento do debate sobre a reforma agrária, que se acirrava nesse período, impulsionada, sobretudo, por grandes ocupações de terra em todo Estado do Paraná.

A idéia apresentada pelo Governador Jaime Lerner pretendia discutir outras formas de fixação do homem no campo, uma vez que, segundo entendimento de sua equipe de governo, a reforma agrária já havia se efetivado historicamente no Paraná, em seu próprio processo de colonização. Tal concepção, bastante presente no discurso do governo estadual, assinalava que no Paraná seria desnecessário o processo de reforma agrária, por ter representado desde os primórdios o “eldorado da pequena propriedade”. Essa perspectiva tem freqüentemente secundarizado o problema do acesso a terra no Estado, e tem sido a base para a elaboração de propostas para o meio rural, que sobre a insígnia dos discursos de combate à pobreza, à reforma agrária viável, à fixação do homem no campo, tem conseguido de fato resolver a raiz desses problemas.

Verifica-se nos documentos de avaliação do Programa Paraná 12 Meses, que “Vila Rural”²⁹ é um Programa do Governo do Estado do Paraná, mais especificamente do governo Jaime Lerner, desenvolvido em parceria com os municípios paranaenses, cujo principal motivador era a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais volantes e de seus familiares, buscando mantê-los no meio rural.

Na parceria estabelecida, o município apresenta-se de fundamental importância, sendo as ações articuladas e coordenadas através de Conselhos Municipais.

²⁸ Entrevista concedida à pesquisadora Simone Rozendo, em Novembro de 1998, quando da elaboração do texto sobre a História da Reforma Agrária no Paraná, texto comemorativo dos 15 anos do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra.

²⁹ Aspas da autora.

O Programa de Vilas Rurais apresentava como meta principal propiciar ao trabalhador rural volante o acesso a um lote de 5000 metros quadrados, com uma casa construída em alvenaria, com 44,56 metros quadrados, com infra-estrutura de água, de energia elétrica e de sistema sanitário.

Em geral, as Vilas Rurais possuem uma média de 40 lotes, localizados junto a distritos ou a estradas vicinais, buscando facilitar o acesso à escola, à saúde e ao consumo de bens e serviços.

As unidades eram financiadas, em média, por um período de vinte e cinco anos, com 30 meses de carência, período em que o morador pagava mensalmente taxas simbólicas. Após esse período, as prestações passaram a corresponder mais ou menos a 20% do salário mínimo mensal, restando então área para o plantio de subsistência, onde se cultivava arroz, feijão, milho, olerícolas, batata, mandioca, frutas e criação de pequenos animais.

A comercialização dos excedentes da produção, incentivada através da abordagem dos órgãos do Governo, seria então a possibilidade de aumentar a renda familiar, auxiliando no pagamento das taxas de luz, água e prestações da casa.

Para o Governo Estadual³⁰, com a implantação do Programa, o homem do campo teria menos motivos para mudar-se de cidade, diminuindo os cinturões de miséria que cercam os grandes centros.

Segundo o mesmo documento, a partir das comunidades formadas com os moradores de Vilas Rurais, poderiam surgir pequenos agricultores que fariam aumentar também a oferta de alimentos, ou seja trata-se de uma adequação da própria máquina de Estado as demandas da contemporaneidade.

Neste sentido, YAZBECK (1996) afirma que as intervenções do Estado estão situadas em um espaço onde as relações sociais configuram o perfil do capitalismo no país, que nada mais é que o da perspectiva da acomodação de interesses, pois as políticas sociais, segundo a autora, nada mais são que políticas casuísticas, inoperantes, fragmentadas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direito, servindo à

³⁰ Consta no Manual de Normas Operacionais do Programa de Vilas Rurais, elaborado pelo Governo do Estado do Paraná, em 1995.

acomodação de interesses de classe, constituindo-se de ações que, no limite, reproduzem a pobreza e a desigualdade social na sociedade brasileira.

Logo, pode-se observar que as políticas sociais nada mais são do que mecanismos de articulação, de processos políticos que buscam o consenso social, a aceitação e a legitimação da ordem, favorecendo o acúmulo do lucro, pelo capital.

Para PASTORINI (1997), as políticas sociais têm de ser compreendidas não como simples concessões, por parte do Estado, mas sim como uma relação múltipla que envolve pelo menos três sujeitos protagonistas: as classes hegemônicas, o Estado intermediador e hegemoneizado pelas classes dominantes, e as classes trabalhadoras e subalternas como beneficiárias das políticas sociais.

Constata-se, a partir daí, que as políticas sociais, discutidas aqui através do Programa de Vilas Rurais, são apresentadas aos indivíduos como um mecanismo institucional capaz de reduzir as desigualdades sociais. Contudo, seu verdadeiro objetivo é cumprir funções políticas e econômicas voltadas para o desenvolvimento do capital e para a legitimação da ordem estabelecida, eliminando possíveis crises sociais.

No aspecto econômico, as políticas sociais e seus programas de ajuda social têm como um de seus objetivos estabelecer condições para a reprodução da força de trabalho, contribuindo para o fortalecimento da subordinação do trabalho ao capital. Além disso, cumprem também com uma função política, pois objetivam a integração das classes subalternas à vida política e social, viabilizando a adaptação dos indivíduos ao sistema, estabelecendo alianças entre diferentes setores, contrapondo o avanço dos subalternos e ampliando o controle social (PASTORINI, 1997).

3 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: UMA NOVA REALIDADE

“Por isso, rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva”.

(José de Souza Martins, 1997, p. 14)

Neste capítulo apresenta-se a construção histórica contemporânea das questões da terra no Brasil, abordando a chegada dos processos de modernização da agricultura e as conseqüências que se sucederam a partir de então.

Sabe-se que a globalização da economia provocou transformações profundas em todo o processo produtivo, inclusive nos processos associados à atividade agropecuária. As atividades e ações até então desenvolvidas foram amplamente reestruturadas. Torna-se evidente a introdução da tecnologia, da ciência e da informação, resultando um novo modelo técnico, econômico e social de desenvolvimento agrícola. No Brasil as últimas três décadas foram marcadas por profundas e intensas mudanças, contudo, a modernização da agricultura vivenciada privilegiou áreas, produtos, segmentos sociais e propriedades maiores acarretando inúmeros problemas sociais ocasionados pela concentração da terra e da renda, propiciando a maciça migração de trabalhadores rurais.

Feitas as considerações de contextualização histórica e social, apresenta-se o programa de Vilas Rurais enquanto Política de Estado para a conformação da questão no Estado do Paraná.

3.1 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: O CAPITALISMO NO CAMPO

A questão da concentração fundiária no Brasil tem intensificado-se nos últimos trinta anos em virtude das políticas de modernização que promoveram um

maior incentivo aos maiores produtores, tornando na maioria das vezes, inviável a pequena propriedade.

Mais precisamente a partir da década de 30, ocorre a consolidação do país como Estado/Nação, a derrubada das oligarquias rurais de São Paulo e Minas Gerais, bem como a instalação de governos populistas; contudo não são promovidas alterações significativas das desigualdades sociais no país.

Com as constituições de 1934 e 1946, estabeleceram-se as normas do Direito Penal e o Código Rural definindo as funções dos Estados e as leis de desapropriação, tratava-se de ações voltadas a alterar a estrutura fundiária do país, porém sem sucesso, pois a maioria dos governos e dos deputados estaduais continuava sendo representantes das oligarquias rurais.

Diante da falta de mudanças e das profundas desigualdades e situação de exploração as quais estavam sujeitos os trabalhadores rurais, a partir de 1960 intensificam-se as lutas camponesas pela terra que reivindicavam a reforma agrária.

Deste momento histórico de reivindicações, emergem as ligas camponesas rurais, as quais organizaram os trabalhadores rurais com o apoio da Igreja Católica e do Partido Comunista do Brasil (PCB). Esta ação provocou nas elites governantes que temiam descompor uma revolução capaz de alterar a estrutura da propriedade e posse de terras no país.

Os vários movimentos reivindicatórios por mudanças políticas no país atrapalhavam os interesses capitalistas nacionais aliados ao capital internacional,³¹ os quais temendo a influência dos ideais comunistas cubanos e soviéticos sobre a esquerda nacional, propagaram na sociedade brasileira o medo do comunismo e a campanha pela ordem, progresso e defesa da família e propriedade, objetivando assim, a garantia de seus interesses (SOUSA, 2000, p. 233).

Neste cenário nacional, os militares justificaram o golpe de 1º de abril de 1964, como forma de desarticular a organização emergente, impedindo o fortalecimento político dos camponeses.

³¹ Os capitalistas nacionais, impulsionaram a partir de 1966, negócios com capital internacional incentivando seus investimentos no país. Na década de 60, principalmente no governo de JK, esses incentivos foram ampliados e se instalaram no país várias multinacionais.

Logo após o golpe em 30 de novembro do mesmo ano, o Presidente General Castelo Branco promulga o Estatuto da terra, o qual possibilitava a reforma agrária nas áreas de tensão social grave descartando a reforma agrária no âmbito nacional (MARTINS, 1995, p. 95).

O Estatuto regulou os direitos e obrigações referentes aos bens imóveis rurais para fins de execução da reforma agrária, estabelecendo medidas para a distribuição da terra mediante alterações no regime vigente da posse e uso. Definiu ainda, conceitos de política agrícola, de propriedade, de imóvel rural, propriedade familiar, reforma agrária, latifúndio e minifúndio (SOUSA, 2000, p. 233-234).

Foram classificadas no Estatuto as propriedades agrárias de acordo com quatro tipos básicos: minifúndio, empresa rural, latifúndio por exploração e latifúndio por dimensão.³²

Segundo a normativa do Estatuto estavam mais sujeitas a desapropriação os latifúndios por dimensão, assim priorizou-se a empresa rural em detrimento dos minifúndios e latifúndios.

Segundo BRENNEISEN (1994, p. 19), as desapropriações seriam feitas com títulos especiais da dívida pública resgatáveis em 20 anos, podendo o proprietário utilizá-los para pagamento de impostos, compra de terras públicas e outros fins.

MARTINS (1985, p. 22), afirma que o Estatuto da terra veio ao encontro dos interesses do empresariado, do produtor capitalista disposto a tornar a sua propriedade uma empresa rural, por outro lado fechava o acesso à terra para a massa de trabalhadores sem terra.

Por um lado o Estatuto desmobilizava o campesinato naquelas localidades ou regiões onde as questões da terra momentaneamente estivessem mais tensas. Por outro lado o Estatuto visava permitir e facilitar o acesso do empresário rural à terra, aliando-se desta forma aos interesses da elite que queria realizar a modernização.

Neste sentido Martins faz a seguinte afirmação:

O Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso,

³² Estas caracterizações foram obtidas através de uma unidade de referência denominada módulo, definida como uma propriedade que deve ser suficiente para assegurar a uma família sua subsistência, e oportunidade de progresso social e econômico. Ver: JAHNEL Teresa Cabral. **As leis de terra no Brasil**. Boletim Paulista de Geografia. 1987. p. 112.,

oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe (MARTINS, 1995, p. 96).

Na verdade, o Estatuto teve grandes impedimentos à sua efetiva implementação. Nos primeiros dezoito anos do regime militar, pessoas e movimentos sociais foram calados com o uso do Ato Institucional nº 5 (AI5), instrumento governamental que servia à legalização das persiguições e das torturas praticadas contra todos aqueles que “ousassem”. Assim, as perspectivas de aplicação do Estatuto da terra para a realização da reforma agrária pouco a pouco se extinguíram.

3.2 DÉCADAS DE 60 E 70

O processo de modernização da agricultura deu seus primeiros sinais no auge da industrialização nas décadas de 60 e 70. No 1º Congresso Nacional de Brasília em 1967, o empresariado rural propunha uma política de modernização apoiada na intensificação e diversificação das exportações agrícolas e estas associadas ao processo de industrialização, rumaram para a modernização da agricultura no país.

Neste período a indústria crescia a passos largos, levando tecnologia até o meio rural. As inúmeras transformações pelas quais passava a economia afetavam também a estrutura produtiva.

Para GRAZIANO (1998, p. 3), o longo processo de transformações da base técnica chamado de modernização, culminou com a industrialização da agricultura representando a subordinação da natureza ao capital que, gradativamente passa a fabricar as condições necessárias para a produção agropecuária.³³

A aplicação dos métodos científicos e novos procedimentos aplicados a produção agropecuária aperfeiçoou e expandiu os processos produtivos, induzindo ao progresso técnico determinante para a aplicação de complexas inovações.

Nota-se inclusive que neste período ocorre uma notável mudança na composição dos produtos nacionais, pois se passa a consumir produtos duráveis e não duráveis que até então só chegavam aos brasileiros através das importações.

³³ Tecnologicamente o homem passa a dominar os processos naturais através da adubação química, defensivos químicos, imigração, drenagens e outros processos.

Métodos e meios de produção, até então tradicionais, passaram a ser substituídos por máquinas e insumos industrializados. Em contraposição nota-se a elevação da produtividade agrícola, contudo, paralelamente crescem os impactos sociais e conseqüentemente as desigualdades.

Para SINGER (1979, p. 45), o processo de mudança tecnológica nos países capitalistas desenvolvidos difere consideravelmente da industrialização capitalista nos países desenvolvidos, visto que o ritmo das mudanças e seus efeitos sócio-econômicos é muito mais amplo nestes últimos em comparação aos primeiros. Nos países desenvolvidos, a mudança se dá à medida que determinadas inovações amadurecem. Nos países não desenvolvidos ramos de produção inteiros são implantados de uma só vez, submetendo a estrutura econômica a choques muito mais profundos.

BRENNEISEN (1994, p. 22) afirma que essa nova etapa da industrialização na agricultura, recebia o aval de teóricos da modernização reunidos na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Para a autora a adoção de uma política de modernização teria vindo ao encontro dos interesses sociais dominantes, dos capitais nacional e internacional que estavam interessados em ampliar os mercados de consumo para seus produtos. Assim, o domínio dos mais diversos ramos e setores de produção fortalece a tendência capitalista.

Neste mesmo período, a distinção entre as classes vivenciadas pelas populações urbanas passa a ser também uma realidade para as populações do campo. Dividem-se os trabalhadores rurais entre os que possuem a força de trabalho e os capitalistas que detêm a posse dos meios de produção. A partir disso, a terra nada mais é do que o instrumento de produção no campo, não devendo, pois, ser entendida como capital, mas sim instrumento para a exploração da força de trabalho do trabalhador.

Note-se que, até a década de 30, quando o processo de desenvolvimento do capitalismo gestou as transformações que levaram à modernização da agricultura, a economia brasileira estava pautada na produção agro-exportadora com especial ênfase no setor cafeeiro, que no ano de 1929, sofreu com a queda da bolsa de Nova York, a qual levou à falência o mercado mundial do café fazendo refletir no Brasil o volume da crise. Em decorrência, a economia passa por um processo de desestabilização, pressionando o Brasil mudar a dinâmica da economia nacional. Assim as importações

passam a ser substituídas pelos processos de diversificação e dinamização da agricultura.

Após o golpe de 64, a atenção dada à agricultura, desde a década de 40, é redobrada a fim de facilitar a promoção da industrialização pesada indo ao encontro dos interesses tanto da oligarquia rural, quanto da emergente oligarquia industrial.

Financiada parcialmente pelo governo, a modernização agrícola manteve a tradicional concentração fundiária, preservando a hegemonia do poder dominador e explorador das oligarquias rurais. A proposta era alterar radicalmente a estrutura da produção agrícola, comparando-a em matéria de produtividade e rentabilidade com a produção dos países já desenvolvidos.

Utilizaram-se recursos financeiros captados através de investimentos externos, até que o governo optou por fazer investimentos em instrumentos destinados a modernizar a agricultura.

O crédito agrícola, um dos principais instrumentos destinados a modernizar a agricultura acabou nas mãos dos grandes produtores; que destinaram esses recursos para a compra de máquinas e insumos agrícolas

As mudanças ocorridas na estrutura e disponibilidade de crédito, na produção e adoção de determinado padrão de tecnologia moderna, assim como no destino da produção, tiveram muita influência nas modificações da estrutura fundiária que se verificaram durante os últimos anos. Na realidade, dois fatores concomitantes modificaram a estrutura fundiária...a especulação fundiária, desencadeada tanto pela escala de produção do novo modelo como pelos mecanismos creditícios e fiscais e pelos investimentos do governo, também contribuiu para a expulsão de posseiros e de todo tipo de pequenos produtores (MARTINE, 1987, p. 33).

Por outro lado a implantação da agricultura trouxe efeitos que favoreceram e fortaleceram a indústria brasileira, promovendo o aumento significativo da demanda por máquinas e insumos. Contudo apesar de todo o avanço verificado no período, a enxada permaneceu como instrumento principal de trabalho de pequenos agricultores que tinham nos conhecimentos tradicionais e nos braços os seus valores de existência.

Segundo MARTINE (1987) os instrumentos e a forma de implementação da modernização agrícola proporcionaram claramente uma elevação na escala de

produção e uma majoração do preço da terra, que redundaram no aumento do grau de concentração da propriedade da terra reduzindo o acesso a terra pela pequena produção.

Diante de tais constatações pressupõe-se que o projeto conservador de modernização da agricultura, implementado no Brasil, já a partir de 1964, foi responsável pela aceleração do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, dando ênfase as culturas dinâmicas que colocaram aos pequenos agricultores uma fronteira intransponível.

As políticas de crédito subsidiário, assim como os investimentos públicos em infra-estrutura que provocaram a valorização e a concentração da terra, fizeram com que a produção de muitos alimentos fosse relegada a um segundo plano incentivando a apropriação das terras por grandes empresas e latifúndios.

3.3 TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E AS MUDANÇAS NO COTIDIANO DO HOMEM DA ROÇA

O modelo capitalista de produção expandiu-se e alicerçou as bases de seu modelo na proposta de trabalho Taylorista, que buscava a organização científica do trabalho, cuja ênfase estava direcionada ao tempo e aos métodos; o fordismo modelo de produção eminentemente capitalista, baseado no desenvolvimento de aspectos sociais de trabalho humano; com o aumento da produção com baixo preço/custo; agrupamento fabril; e trabalho em série, modelos totalmente estranhos ao cotidiano do trabalhador rural brasileiro até a chegada da modernização da agricultura.

Com o Keynesianismo⁵⁹, o sistema capitalista dá os primeiros sinais de crise. Há uma queda na margem de lucros causada principalmente pelo aumento do preço da força de trabalho. Neste período observa-se também um acirramento das lutas sociais; os grandes capitais e monopólios fundem-se. O estado de bem-estar social também é afetado sendo forçado a reduzir seus custos, provocando uma força centrípeta em direção ao capital privado.

⁵⁹ Conforme abordado no primeiro capítulo deste trabalho, o Keynesianismo evidenciou-se através do estado de bem-estar social; o intervencionismo que surgiu após a segunda guerra mundial, garantindo os mínimos sociais.

Abrem-se os mercados de bens e serviços capitais, e as empresas estrangeiras passam a ocupar espaço de igualdade como as nacionais. Buscando adaptar-se a este novo processo de produção globalizado, as empresas passaram a produzir de maneira mais flexibilizada, procurando mais lucros e menores compromissos sociais, intensificando as transformações no processo produtivo.

O mercado passa a exigir cada vez mais trabalhadores que saem do campo para a periferia das cidades, ocupando espaços precários de trabalho como o trabalho rural na condição de bóia-fria⁶³. Logo todo o processo de trabalho vê-se afetado pelas transformações do mundo do trabalho, que culmina afetando todo o proletariado urbano e rural, refletindo diretamente nos empregos urbanos e na luta pela terra.

Durante séculos, a terra, o trabalho e o capital foram os principais fatores da produção agrícola, porém com a chegada da tecnologia e métodos de produção, estes três fatores tradicionais até então, passam agora por novas composições.

Com os sinais já evidentes de um modelo de economia globalizada, a rentabilidade do capital, passa a ser almejada, tornando necessária a existência de formas mais eficazes de produção, transformando radicalmente as forças produtivas da agropecuária, visto que seus conjuntos técnicos anteriormente hegemônicos não mais eram condizentes a racionalidade pertinente das novas tecnologias.

Os fatores naturais, como as temperaturas, as chuvas e o clima, representavam grande empecilho na viabilização de um projeto de acumulação ampliada, estando sua superação ao encargo do desenvolvimento de pesquisas e tecnologias.

Segundo GRAZIANO (1981, p. 44), a produção agropecuária deixou de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital, perdendo a autonomia que manteve em relação aos outros setores da economia durante séculos. Assim, se os solos não forem suficientemente férteis, aduba-se; se as chuvas forem insuficientes irriga-se.

⁶³ A designação “bóia-fria” é dada ao volante, decorrente das condições que lhe são impostas para que este realize seu trabalho. Contratado para desempenhar tarefas em pequenos espaços de tempo, o volante não se fixa no local de trabalho. Via de regra, viaja diariamente para o local de trabalho em condições de risco, levando uma pequena marmitta que lhe servirá de almoço. Na falta de instalações para o aquecimento, a comida é ingerida fria.

Diante das possibilidades de transformações, a agricultura passou a ser um empreendimento com as mesmas possibilidades das demais atividades para a aplicação de capital e para auferir alta lucratividade, tornando-se mais competitiva.

Ressalta-se, porém, que na América Latina, o Brasil foi um dos países que mais promoveu mudanças e reorganizou sua atividade agropecuária calcada em bases científicas e técnicas. Contudo hoje, a modernização da agricultura, embora tenha atingido direta ou indiretamente todo o país, privilegiou alguns territórios, culturas e segmentos sócio-econômicos.

Da mesma forma que as inovações tecnológicas, a distribuição de crédito rural também não foi uniforme, uma vez que construiu um setor baseado em uma estrutura dual, promovendo um desenvolvimento cada vez mais desigual.

Gradativamente as facilidades do crédito subsidiado deram ao grande proprietário acesso fácil ao uso de máquinas em suas propriedades, que melhorando os lucros, possibilitou a expansão das mesmas através da compra de pequenas propriedades rurais levando os pequenos agricultores para a cidade, assim os latifúndios ganham força e se expandem.

O crescimento do aparato estatal e as mudanças na estrutura do poder em favor do capital industrial facilitaram a interação regional e a penetração da influência governamental nos confins rurais ... A expansão da rede ferroviária e da malha viária intensificou a comunicação intra e entre regiões. Paralelamente, novas e importantes melhorias nas condições de saneamento e saúde propiciaram na década uma intensificação da migração rural urbana e do crescimento urbano (MARTINE, 1987, p. 60).

Migrando para os centros urbanos, esta população instala-se em bairros periféricos sofrendo restrições diversas, ficando às margens do desenvolvimento tecnológico pelo qual passava a sociedade naquele momento. O trabalhador rural recém instalado na cidade não tinha acesso aos serviços de saúde, educação e habitação, constituindo-se no grupo mais afetado pelas mudanças nas relações de trabalho.³⁴

³⁴ O êxodo rural acentuou-se no Brasil a partir de 1960, até 1980 quando num espaço de 20 anos, 28,5 milhões de brasileiros deixaram o meio rural e migram para a cidade.

As áreas, as culturas e os produtores que, por algumas questões não foram de alguma forma incorporadas ao processo de modernização assumiram então papéis periféricos na organização da produção agrícola.

Para ANTUNES (1999, p. 19), a crise estrutural do capital significou também uma aguda destrutividade da força humana que trabalha fazendo com que os direitos sociais que já haviam sido conquistados pelos trabalhadores caíssem por terra, brutalizando ainda mais as relações de trabalho.

Assim, o espaço rural não foi homogeneizado, constituindo-se em espaço seletivo com uma forte concentração territorial resultante do processo de modernização da agricultura.

Torna-se notório o descompasso técnico e econômico entre as diferentes áreas e culturas agrícolas do país, fator que acabou acarretando a transformação de funções historicamente exercidas por determinadas áreas de produção agrícola e por determinados produtos agrícolas, gerando uma nova e mais profunda divisão social e territorial do trabalho agrícola no Brasil.

Para MARTINE (1987, p. 59), o descompasso entre o ritmo de produção da força de trabalho e a expansão da oferta de emprego no campo produziu, durante a década de 70, o maior êxodo rural³⁵ já visto no Brasil, caracterizando-se como um dos maiores impactos sociais, ocasionados pela implantação de um novo modelo de produção agrícola.

Se por um lado a modernização da agricultura fez aumentar a produção agrícola e a qualidade dos produtos, por outro lado foi também determinante no estabelecimento da forma de vida da sociedade rural, facilitando o descarte da mão-de-obra até então essencial. Econômica e socialmente essas transformações pesaram no cotidiano de arrendatários, posseiros e pequenos produtores, muitos dos quais hoje moradores de Vilas Rurais em todo o Estado do Paraná.

Contudo, BRENNEISEN (1999, p. 29), chama a atenção para o fato de que

³⁵ Êxodo rural: movimentação realizada dentro do setor rural, onde a população agrícola deixa o meio rural dirigindo-se para as zonas urbanas em busca de novas alternativas de vida.

a proletarianização do homem do campo não se faz de uma só vez, é um processo lento e permeado por inúmeras contradições. A efetiva transformação do homem do campo em proletário se dá no momento em que este é definitivamente transformado em vendedor de força de trabalho, quando o produtor é separado da propriedade dos meios de produção.

IANNI (1976) em seu trabalho: Relações de produção e proletariado rural, esta afirmativa também é verdadeira; para o autor:

A instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação, esse é o que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho (IANNI, 1976, p. 155).

É importante, porém, observar que a expropriação concretiza-se de fato a partir do apoio governamental, que através de incentivos fiscais favorece os grandes proprietários facilitando-lhes o acúmulo de terras, expulsando gradativamente os pequenos produtores de suas terras. Para estes não há outra alternativa a não ser assalariar-se, não mais como complemento de renda, mas sim como fonte única de sobrevivência sua e de seus familiares.

A partir do momento em que o trabalhador passa à condição de vendedor de sua força de trabalho, ocorre também uma cisão, na unidade familiar de produção, cada qual passa a ser o dono da sua força de trabalho, constituindo-se a família em uma simples gestora de mão-de-obra.

Porém as mudanças não param por aí, as monoculturas e o preparo do solo, tornaram os trabalhadores assalariados ociosos por certos períodos no interior da propriedade rural, significando para o produtor capitalista um custo desnecessário, assim substituiu-se o trabalhador assalariado permanente pelo trabalhador rural volante, precarizando ainda mais a sua condição de trabalho.

Contemporaneamente pode-se dizer que, sob a ótica das relações sociais, algumas tendências têm se anunciado: a proletarianização, com a conseqüente

expropriação dos trabalhadores que ainda mantêm formas precárias de acesso à terra; e a diferenciação do campesinato, “com a recriação de produtores familiares que se tecnificam (GRAZIANO, 1993, p. 4), procurando se adequar aos novos padrões competitivos, presentes na atividade agropecuária, ao tempo em que se mantém a pequena produção de subsistência, uma espécie de semi-assalariamento em que são preservados laços frágeis com os meios de produção.

3.4 A REALIDADE PARANAENSE NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

O processo de modernização da agricultura ocorrido do Brasil, já relatado neste trabalho, teve suas particularidades e distinções processando-se de forma desigual tanto em nível regional, quanto internamente nos estados.

Como pode-se verificar, os Estados do Centro-Sul, como o Paraná e São Paulo foram beneficiados, assim como os médios e grandes produtores de outras regiões também o foram.

O aumento da força mecânica e a estagnação no uso da força animal e humana, evidenciam-se na década de 70, sendo observado inclusive através dos censos agropecuários daquele período e outras estatísticas, conforme relata BRENNEISEN (1994, p. 33), com base em dados do IPARDES³⁶, mais da metade dos paranaenses que saíram do Estado foram residir justamente nos maiores aglomerados urbanos de São Paulo – 590 mil pessoas – e outros 330 mil foram para as zonas de fronteira³⁷, porém destes apenas 50% permaneceram na zona rural.

Este mesmo estudo do IPARDES, publicado no Jornal Estado do Paraná em outubro de 1982, coloca que o movimento migratório de 1970 a 1980 correspondeu a 2 milhões e 650 mil habitantes, dos quais 1 milhão e 350 mil foram para as zonas urbanas e o restante para outros Estados. O êxodo maior verificou-se nas regiões Norte e Oeste do Estado.

³⁶ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

³⁷ Rondônia, Mato Grosso, Acre.

O Paraná, assim como os demais Estados beneficiados através das políticas de incentivo à modernização agrícola, vivenciaram também o aumento das desigualdades que se acentuaram a partir do momento em que apenas parte dos produtores foram beneficiados.³⁸

Os pequenos produtores rurais por não estarem a altura das mudanças que se aceleravam, tornando-os capazes de participar do novo modelo de produção, sem acesso ao crédito, insumos, maquinários e outras tecnologias, foram aos poucos reduzindo seu volume de produção, acumulando dívidas.

A forte tendência à concentração fundiária que se manifestou principalmente durante a década de 70, de tal forma que os estabelecimentos com menos de 50 hectares, embora apresentassem 89% do número total, correspondiam a apenas 35% da área explorada. Em contrapartida, os com mais de 500 hectares ocupavam, na segunda metade da década, 30,8% da área, apesar de significarem tão somente 0,7% do número total de estabelecimentos agrícolas. Da mesma forma, o notável esforço de modernização agrícola, ainda que tenha permitido a elevação de produção de 6,4 milhões de toneladas de algodão, amendoim, arroz, mandioca, milho soja e trigo colhidos em 1970, para 13 milhões em 1982, foi o principal causador de um processo de migrações intensas do campo às cidades e para fora do Estado.

O entusiasmo pela inovação dos processos de produção, oferecido através das máquinas agrícolas, fez com que o lado social do desenvolvimento fosse paulatinamente minimizado em termos de atendimento. E mais, o intenso direcionamento para maior produção e produtividade no setor agrícola com a conseqüente mecanização provocou a retração das oportunidades de trabalho no campo, favorecendo o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social.

Vendo esgotadas as possibilidades de levar adiante suas propriedades agrícolas, muitos agricultores acabaram por desfazerem-se das mesmas, continuando a trabalhar no campo em uma nova condição: assalariado rural. Aliados dos direitos e

³⁸ Ver: FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná na década de 70.** Curitiba: Livraria do Chain: Concitec: IPARDES, 1988.

dos bens sociais, esses trabalhadores passam a ser o exemplo mais veemente da miséria causada pela modernização agrícola.

Para MASSELLI (1998, p. 41), o problema da miséria não foi causado exclusivamente pela modernização agrícola, mas essencialmente pelo caráter excludente que o processo assumiu no Brasil. Para ela foi também um processo de exclusão da possibilidade de viver cultivando a terra, de participar da partilha do “bolo” da renda nacional e principalmente a exclusão da infra-estrutura social e dos direitos trabalhistas.

Ao adentrar os anos 80, o Paraná apresentou, em função do processo de modernização da economia brasileira, ocorrido nas últimas décadas, um quadro de mudanças, cujas peculiaridades são objeto de preocupação. Processou-se no estado uma significativa concentração fundiária, virtualmente liberando-se contingentes cada vez maiores de mão-de-obra agrícola. Esses fatos decorreram, em grande parte, da mecanização no setor da agricultura comercial, induzida por situações conjunturais, de mercado externo e oficialmente apoiada na política de crédito estabelecida pelo governo.

Paralelamente observa-se neste período, o crescente aumento do movimento migratório de origem rural em direção as cidades, apresentando taxas de crescimento superiores ao crescimento vegetativo. A taxa de urbanização da população paranaense passou de 36% para 58%. Materializou-se, pois, um quadro de profundas mudanças em toda a organização da sociedade paranaense, trazendo implicações inerentes as mudanças oriundas de uma expansão ocorrida à revelia de um planejamento para ocupação do solo.

Segundo NADAL (1996), o Estado do Paraná perdeu apreciável capital humano (cerca de 1,1 milhão de pessoas emigraram) imensos contingentes populacionais vivem o fenômeno da desruralização de uma forma brusca; não se urbanizaram (1,2 milhão de pessoas), gerando as inevitáveis seqüelas em torno de desestruturação de valores originários. A qualidade de vida (alimentação, saúde, habitação, trabalho, educação, segurança) deteriorou-se substancialmente, atingindo severamente os já desassistidos que, cada vez mais, permanecem marginalizados do

processo de crescimento econômico. Isto porque uma parcela importante da população que sai do campo vive naquilo que pode ser chamado de pré cidades⁶⁷.

Nota-se com base na mesma autora, que o traço mais notável da dinâmica demográfica paranaense, especialmente nas últimas décadas, é a velocidade com que o Estado passou de receptor de grandes contingentes migratórios a expulsor da população, notadamente da zona rural. Tivessem as tendências anteriores se mantido, o campo teria na década de 70 e 80 cerca de 5 milhões e 750 mil habitantes; quando, na realidade, tinha 3 milhões e 150 mil.

Esta intensa movimentação de pessoas fez parte do contexto de ajustamento exigido no novo modelo de produção agrícola, pois foram os produtores com estabelecimentos até 20 hectares os mais vulneráveis no processo de modernização da agricultura; perderam espaço em número, área e, principalmente, a força como segmento social.

Constata-se no período uma significativa retração das oportunidades de trabalho rural, modifica-se a estrutura das relações de trabalho no campo, e o trabalho rural volante e bóia-fria surgem com toda a força. Observa-se também o crescimento dos empregos na cidade, estimulando a urbanização.

Sendo exatamente esta a parcela de população que passa a ocupar o espaço do denominado trabalhador volante, que alterna seu trabalho ora em atividades agrícolas, ora em atividades urbanas, sem vínculos efetivos de trabalho sem direitos e garantias; este trabalhador que perdeu espaço enquanto segmento passará a fazer parte de uma nova denominação de trabalhadores: o vileiro

Na atualidade, o Paraná vive uma situação de desequilíbrio regional estampada no contraste entre o avanço econômico e social de médias e grandes cidades, e na ausência de perspectivas nas pequenas cidades e no campo⁶⁸. Diante desta realidade, o Estado, vê-se impelido a buscar no campo político um mecanismo capaz de mediar o impasse, trazendo estabilidade para a relação.

⁶⁷ Para aprofundamento deste conceito ver Sachs e Abramovay (1995).

⁶⁸ PARANÁ, ESTADO. **Plano de Ação**. Curitiba, 1983-86. p 64-65.

4 O TRABALHADOR RURAL VOLANTE E A PERSPECTIVA DE RECONSTRUIR SUA HISTÓRIA DE VIDA

“A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas e subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas.

Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta as pessoas e as coisas que não têm voz.”

(Ferreira Gullar)

Neste capítulo são abordados os principais aspectos de discussão dos capítulos anteriores, utilizando-os como fonte balizadora para análise das constatações feitas através do diário de campo, e material coletado em entrevistas com os moradores da Vila Rural Salto São Francisco. Entrevistas estas realizadas através de escolha de acordo com a disponibilidade do morador, gravadas contendo uma parte de perguntas estruturadas, e outras com um roteiro de questionamentos que possibilitando ao entrevistado relatar livremente sua experiência de vida.

Após a retomada dos valores fundadores do ideário liberal, a partir da concepção clássica, discutiram-se as políticas sociais, seus objetivos e implementação, relatando a experiência contemporânea dos projetos sociais voltados ao atendimento integral da família e, por fim, apresenta-se um breve histórico da questão agrária no Brasil.

Situados os elementos que contextualizam o morador da Vila Rural Salto São Francisco na sociedade, discute-se, à luz dos elementos já apresentados, a percepção que o trabalhador rural tem a respeito de sua direta relação com o Estado e seus agentes mediadores, bem como a reprodução cotidiana dos valores que fundamentam esta intervenção da máquina estatal.

Na abordagem da temática “desenraizamento” do trabalhador rural no modelo de produção capitalista, pautado no ideário liberal, julga-se necessária a compreensão dos processos de construção da memória e da história. Para PENNA (2002, p. 98) o imigrante está em busca de referências culturais, e ainda que retorne à terra natal, retorna com vivências. Desta forma, mesmo que possa reencontrar o modo de vida e as práticas culturais anteriores, estes não são mais os mesmos, pois ganham nova significação na medida em que se confrontam com as novas experiências.

Para FERREIRA (2002, p. 8), a necessidade de memória é universal, e as práticas da memória são culturalmente determinadas por redes discursivas que envolvem fatores de diferentes ordens (mítico, históricos, políticos). Na busca das novas ancoragens, discutem-se os discursos fundadores das nações e dos grupos sociais, as referências que se estabilizam no imaginário do grupo e que, de alguma forma, constituem a sua identidade. Mas as práticas culturais não dependem tão diretamente da permanência na terra natal, uma vez que podem ser preservadas em outros espaços, recuperadas pela memória ou recriadas (PENNA, 2002, p. 98).

Neste sentido, partiu-se para uma análise da ruralidade no Brasil moderno, e o processo de desenraizamento do homem do campo, levando em conta o processo histórico onde está inserido, e as imagens do rural que foram sendo construídas a partir do processo de modernização agrícola, quando grande contingente de pessoas deixou o campo para viver nas cidades. A partir de então se construiu um imaginário, um discurso de que campo e desenvolvimento social e humano não combinam, logo o campo passou a ser o símbolo do retrocesso, de tudo o que estava fora dos padrões da modernidade, um espaço superado.

Nos últimos anos, porém, em função de todo um movimento ecologista mundial associado às novas demandas da modernidade, passou-se a observar algumas mudanças neste conceito. Para WANDERLEY (2005) a sociedade brasileira parece ter hoje um olhar novo sobre o meio rural, antes visto como a fonte de problemas (desenraizamento, miséria, isolamento, currais eleitorais), surgem aqui e ali, indícios de que o meio rural é percebido como portador de “soluções” para os males das grandes cidades e de outras relações estabelecidas a partir da modernização dos

processos de produção. Esta percepção positiva crescente, real ou imaginária, encontra, no meio rural, alternativas para o problema do emprego e da baixa qualidade de vida, sendo esta última um dos eixos que queremos explorar.

4.1 MIGRAÇÕES: O DESENRAIZAMENTO DO TRABALHADOR RURAL E O PROCESSO DE REINCLUSÃO SOCIAL

Nas últimas décadas, o fenômeno migratório no Brasil, embora tenha adquirido características específicas, dependendo dos períodos e dos lugares nos quais se processa, mantém historicamente contínuo e intenso fluxo.

A partir dos anos trinta as migrações internas seguiram preferencialmente duas vertentes: os deslocamentos para as fronteiras agrícolas e para o sudeste. O êxodo rural assumiu progressivamente proporções sempre mais significativas. Em 1920, apenas 10% da população brasileira vivia em áreas urbanas, sendo que em 1970 o percentual já chegava a 55,9%.

Estima-se que nos últimos 35 anos, 40 milhões de pessoas abandonaram as zonas rurais do país. Atualmente observa-se a diminuição relativa da migração para as metrópoles, que pode ser justificada segundo alguns estudiosos do assunto, pela degradação progressiva da vida nas grandes cidades.

Esta é uma dimensão da problemática urbana em relação às condições de vida e segurança, que são percebidas pelo morador de vila rural quando avalia o aspecto de maior importância em sua inclusão no Programa:

A vila rural pra mim ela me ajudô bastante...pur exemplo: se eu quando saí da fazenda, se eu fosse pra cidade eu tinha que pagá um aluguel...claro que nós também paga as casa, também num é de graça...então eu vô trabaiá de manhã, e sei que quando eu chego de tarde a minha família tá em casa, tá beleza né? Então eu sinto bem assim...(T.A.S., 53 anos).

Apesar do agravamento da condição de vida nas cidades, a mobilidade humana no Brasil aponta para o crescimento das migrações de curta distância, buscando trabalho e melhores condições de vida.

Devido a uma política agrária de restrições à posse da terra, crescem também as migrações sazonais, protagonizadas por pequenos proprietários e trabalhadores volantes que, periodicamente, vendem a própria força de trabalho a fim de complementar sua renda evitando a migração definitiva para a cidade.

Nóis se criemo na roça, eu num gosto de mora na cidade, eu me obriguei ir na cidade. Porque tu vai fazê o que sozinha na roça com duas criança? (C.C., 56 anos).

Esta é também uma realidade na história de vida dos moradores da vila rural, quando relatam histórias de suas constantes migrações quando viviam ainda com os pais:

Nóis saímo de lá (Capanema/PR) eu, tinha quatro, cinco anos...não me lembro bem...mas a mãe sempre fala que...eles ia coiê patatinha, né?...eu quando tinha vontade de mamá, ia lá na roça...não me alembro . Aí saímo de lá e fomo ali em Vista Alegre. Ali em Toledo. Daí ele (o pai) vendeu lá (Capanema) e comprou aqui. Depois ele vendeu e comprou 24 arqueire em Chaparrau (interior do Município de Cascavel)...perdeu tudo, por causa dos picareta. Era terra ilegal...daí ele tinha dinheiro pra comprá 2 arqueire lá, lá em Kilometro Quarenta e Um (Toledo) né? Daí ele vendeu. Comprou um arqueire lá em Lavorinha, perto de Tupãssi . Daí lá ele perdeu o resto. Ele foi lá arrendou as terra pra plantá...e não deu certo...falhou o tempo e não choveu, e ele tinha financiamento no banco... (R.G., 48 anos).

Relatam também a saída da casa paterna como forma de buscar estabilidade para suas famílias recém constituídas:

Eu casei lá em Minas, eu tinha vinte e treis...quase vinte e treis...tinha vinte e dois e pouco né?...E quando eu casei fiquei morando nas terra do meu pai, mas logo em seguida eu casei...Eu casei em sessenta e cinco...e em sessenta e oito nóis veio embora pra qui, pro Paraná. (O.L.F., 67 anos).

Esses relatos densos, impregnados de emoções por parte de quem protagonizou a implementação da política agrícola das décadas de 60 e 70, nos remetem à reflexão em torno da exclusão.

Contudo MARTINS (1997, p. 16) alerta para o fato de que na atualidade todos os problemas sociais passam a ser atribuídos mecanicamente à exclusão social, como se esta explicasse tudo.

Segundo o mesmo autor, essa é uma categoria vaga, que nada explica, colocada como se fosse um rótulo que se sobrepõe ao movimento que parece empurrar as pessoas, os pobres, os fracos, para fora da sociedade, para fora de suas “melhores” e mais justas e “corretas” relações sociais, privando-os dos diretos que dão sentido a essas relações.

CASTEL, apud NARDI (2002, p.145), ressalta que se recusa em utilizar o conceito de exclusão, pois o considera como um termo “mala” que perdeu sua capacidade explicativa, uma vez que todos os processos são explicados da mesma forma. Para CASTEL (1998), o uso do termo “exclusão” é uma “resposta preguiçosa” às dificuldades de problematizar os diferentes processos que atravessam a sociedade contemporânea e que fazem com que os indivíduos passem de uma situação de integração para uma situação de extrema vulnerabilidade.

Nesta perspectiva, nota-se que a exclusão deixa de ser compreendida como expressão da contradição que emana nas relações capitalistas para ser um estado, uma coisa fixa, desconsiderando que a participação da vítima é transformativa no próprio interior da sociedade que exclui, o que representa a sua concreta integração.

Para MARTINS (1997, p. 18) é preciso estar atento ao fato de que mudando o nome de pobreza para exclusão, podemos estar escamoteando o fato de que a pobreza hoje mudou de forma, é relativa no mundo moderno, tanto ela pode ser pelo fato total de ter o que comer, como ela pode ser em função da condição limitada do sujeito em adquirir um automóvel novo, potente, recém lançado no mercado.

Anteriormente, a condição de pobreza estava diretamente relacionado à condição econômica, fator que oferecia aos pobres a possibilidade de à custa de muitas privações reverter esta realidade, como relata um morador da vila rural.

Meu pai tinha onze filho, seis mulé e cinco ome, eu era o último dos fio. Meu pai vivia em Minas Gerais, ele era agricultor, uma época ele era...era...como diz o outro...ele era arrendatário, depois de uns certos tempo ele passo a sê dono. Ele conseguiu comprá um terreno trabaiano na lavora de café, aí ele compro um sítio. O preço do café foi bom. Deu uma arta de café no tempo do Governador,...O Presidente da República...o Arthur Bernardo. Aí naquela arta do café sobrou dinheiro bom e ele comprou aquele sítio. (O.L.F., 67 anos).

Este relato nos coloca frente a uma experiência bem sucedida vivenciada por este vileiro, a qual marca sua trajetória de vida. Para ele, o “sucesso” é compreendido a partir dos conceitos clássicos da sociedade capitalista, visto que, para este trabalhador, seu pai ascendeu socialmente transpondo seu *status* com o fruto do seu trabalho, à custa de muitas economias e privações.

A nova pobreza cai, na visão de MARTINS (1997, p. 19), sobre o destino dos pobres de forma irremediável, disseminando a consciência de quem trabalha para outrem não tem a menor possibilidade de desfrutar da acumulação propiciada pela obra coletiva, desvalorizando o trabalho que, aos poucos, vai deixando de ser o meio de integração positiva na sociedade, para ser puramente sacrifício.

Nas últimas décadas, foi ficando cada vez mais evidente aquilo que já se sabia – o capital pode se desenvolver e muito e, ao mesmo tempo precisar menos do trabalhador. Por que uma das características do capital é substituir trabalho por máquina, por tecnologia e conhecimento científico (MARTINS, 2002, p. 29)

Esta transformação ocasionou uma grande mudança social desde os anos cinquenta quando se deu o apogeu do ideal de ascensão social dos pobres por meio do trabalho. Estabeleceu-se, a partir de então, a lógica do modelo capitalista que busca desenraizar a todos, excluindo a todos, lançando-os ao mercado, submetendo-os às suas leis para, em seguida, reincluí-los num outro momento, numa outra circunstância.

Esta lógica do capital tem por foco incorporar o trabalhador em uma mesma dinâmica de movimento e circulação que caracteriza o mercado.

Nesta dinâmica de inclusão/exclusão/inclusão, nota-se que nas últimas décadas o processo tem se tornado mais perceptível, isso porque segundo MARTINS (1997, p. 32-33) o problema da exclusão começou a se tornar visível nos últimos anos, porque o tempo que o trabalhador passa a procurar trabalho começou a se tornar excessivamente longo e, freqüentemente, o modo que encontra para ser incluído é um modo que implica certa degradação, resultando em uma espécie de “massa sobranete”.

Vê-se então que estas pessoas com o passar do tempo, após longos períodos sem trabalho, ao serem reincluídas ou precariamente incluídas⁵⁴, levam consigo seqüelas desse processo que torna distante a possibilidade de reinclusão plena⁵⁵.

Para PENNA (2002, p.108-109), a migração acarreta mudanças radicais no modo de vida, no nível do trabalho, da inserção comunitária, notadamente na passagem de um ambiente rural ao urbano, no acesso a bens materiais e simbólicos. Refletindo sobre os processos relativos à identidade social, faz-se necessário considerar a migração enquanto um processo dinâmico de transformação (destruição/recriação) tanto do modo de vida e das relações com o espaço quanto dos referenciais simbólicos (as representações de identidade que marcavam a identidade).

A trajetória do imigrante é marcada pela reelaboração de seus referenciais identificatórios, traços socioculturais com os quais os sujeitos identificam-se e a partir dos quais se fazem reconhecidos como membros de um grupo e, portanto, envolve o questionamento de valores e de imagens de si e do outro (SOBRAL, 1993, p.19).

MARTINS (2002, p. 120) pressupõe que, o desenraizamento é próprio da sociedade capitalista, onde uma das fortes tendências é justamente a destruição das redes de relacionamentos sociais que não tem eminente característica capitalista. Destroem-se as referências do que eram as pessoas e o que estavam acostumadas a ser.

⁵⁴ Conceito dado por José de Souza Martins, na obra: **Exclusão social e a nova desigualdade**.

⁵⁵ No processo de reinclusão, muitas vezes a pessoa é reincluída no plano econômico, mas deixa de ser no plano da moral clássica que tem suas bases pautadas no modelo familiar.

Neste sentido, PENNA (2002, p. 104) sugere que a migração pode também ser uma forma de resistência a formas de exploração e dominação, às adversidades da natureza, à falta de perspectivas de vida; resistência, enfim, ao nível pessoal, à infelicidade e à destruição dos sonhos. Migrar, exercendo o direito de mudar de lugar, por ansiar por mudar de vida, por não se conformar, como se pode observar no depoimento seguir:

Eu fui mora junto com a minha irmã, aquela que é falecida hoje né? Fui mora junto com aquela...aí num deu certo lá...A menina tinha o quê?...Nasceu em outubro...Quatro meses. Saí da casa dela. Eu disse vô saí pro mundo afora, se é pra eu passá fome na mesa da minha irmã?...Não botá prato pra mim na mesa, nem pro meu filho...? E daquele tempo em diante eu comecei hoje aqui, amanhã lá, rodiando o mundo pra lá e pra cá, assim né? E me virando pra não dexá passá fome os filho né..Eu di estudo pros dois. O ginásio completo os dois tem...tudo eu lutando (C.C., 56 anos).

Ao desenraizar as pessoas de seus universos sociais, o capitalismo abre prerrogativas para o nivelamento dos indivíduos, nega suas diferenças transformando-os em vendedores de sua força de trabalho, na mesma lógica das mercadorias. Assim há de se considerar a existência de um estreito vínculo (PENNA, 2002, p. 108) entre a construção de identidades e as condições de existência, a cultura e as relações sociais. Isto não exclui a possibilidade de elaboração pessoal da realidade, mas esta tem sua flexibilidade limitada, pois se dará pela manipulação dos referenciais disponíveis na sociedade determinada em que o indivíduo vive, em um dado momento histórico, disponíveis desigualmente, conforme a posição que ocupa e as práticas sociais que desenvolve, não sendo oferecido a todos com as mesmas possibilidades de acesso.

Neste sentido, o morador de vilas rurais, na condição de trabalhador rural volante, sujeito às inúmeras migrações, vê-se hoje frente a uma nova etapa de (re) construção de seus referenciais de vida, visando construir uma identidade valorada socialmente, de modo positivo.

4.2 A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA VILA RURAL

A Vila Rural Salto São Francisco, onde se desenvolveu a pesquisa, localiza-se no Município de Toledo, no povoado de Concórdia do Oeste. Concórdia está disposta em uma área territorial de 36 km, dividida em 80 colônias de mais ou menos 10 alqueires cada uma, estando a sede do povoado dividida em 20 quadras, com um total de 193 lotes de 1000 m² cada. Nos arredores da sede do Distrito existem ainda 53 chácaras, limitadas a leste com o povoado de Xaxim; ao oeste, com o distrito de Dez de Maio; ao norte, com o Arroio Marreco e o Distrito de Vila Ipiranga; ao sul, com o Rio São Francisco e o Município de Ouro Verde do Oeste (YOSHIDA, 1988).

Colonizada predominantemente por descendentes de imigrantes alemães e italianos, conforme relatam os livros de história do Município de Toledo, advindos dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Concórdia do Oeste referenciou-se no Município na produção de alimentos diversos, além de uma notável organização comunitária que possibilitou ao povoado, já no ano de 1953 a instalação da primeira escola, a qual foi oficializada no ano de 1958, bem como a construção de um Clube Social.

Concórdia do Oeste adentrou a década de setenta com uma estrutura comunitária em funcionamento, contando com 310 famílias de trabalhadores rurais. Mas segundo relatos de YOSHIDA (1988), o incentivo do governo ao desmatamento, à mecanização da lavoura e ao fechamento das madeiras, sinalizando o fim da extração da madeira, contribuíram para a diminuição do serviço braçal. Este processo provocou o êxodo rural, chegando à década de 80 com 230 famílias e permanecendo com o mesmo número até a chegada das 29 famílias da vila rural em 1998, fato registrado no censo demográfico do IBGE, no ano de 2000³⁹.

A implantação desta vila, assim como as demais, constituiu-se em três etapas:

Na primeira etapa, estabeleceu-se o processo de inscrições, organizado pelo Departamento de Moradia da Secretaria Municipal da Ação Social e Cidadania em parceria com a Companhia Paranaense de Habitação (COHAPAR). Nesta etapa, todos os trabalhadores rurais volantes, residentes no Município de Toledo a pelo menos 24 meses, com idade até 65 anos, e que pudesse comprovar documentalmente estas exigências, eram convidados através dos meios locais de comunicação a fazer sua

³⁹ Dados IBGE 2000, ver: Anexo A.

inscrição. Porém verificou-se que, em muitos casos, houve o direcionamento político para os convites, como se pode observar nos depoimentos que seguem abaixo:

Na época nós tinha o...é que nem o presidente da associação (administrador distrital, cargo em comissão do poder público Municipal)...Era o Ademir Vitto, que era candidato a vereador, ele tinha um cargo, que nem tem o R. ali hoje. Então foi programado isso ali através dum comício que teve lá no clube, o ex-prefeito Albino Corazza Netto, ele disse isso lá no clube, ele falou assim: “Agora com a chegada do nosso governador Jaime Lerner, vai dá uma melhorada. É que nós tinha um projeto de mutirão aqui em nova concórdia, mas ao invés de mutirão vai sai à vila rural. É cinco mil metro de terra pra cada um”. E o Ademir Vitto. como era o encarregado dessas coisa né? Foi lá em casa e passou pra mim. Até devo muita obrigação pro Ademir Vitto, porque como eu não acreditava, eu num fui lá fazê a inscrição. Daí uns dia ele foi lá em casa, foi e levou a papelada falou: “Seu O.L.F., o senhor num qué fazê inscrição pra vila rural? Vai sai à vila rural, eu truxe até os papel aqui. Podemo fazê? Vamô sentá na mesa aí podêmo fazê”. Daí fizemô a inscrição e daí foi que eu consegui né? Aí eu acreditei, falei agora vai sai mesmo. Derepente começou o povo da coहार, da Emater chegá lá em casa, fazê pergunta, daí nós conseguiu (O.L.F.).

A vila rural é o seguinte...então na época do...passou um cara lá da prefeitura...que... e passou lá no portão. Ele foi na sede e...e conversou comigo lá no portão, e daí ele perguntou pra mim se ...eu queria fazê a inscrição. Aí eu falei: “Uai, eu quero ué. Quem sabe né?” E aí deu tudo certo né? Fiz a inscrição, aí eu fui na prefeitura...me ajeitei tudo...fui bem atindido cum eles...aí nós fumo...fumo surteado, né? Aí nós fumo nas reunião, tudo certinho, fui surteado, nós viemo...aí nós viemo...faze o sorteio das casas aqui...e aí deu tudo certo né? (sic. T.A.de S.).

Eu foi lá na J.J. (avenida onde ficava localizada no ano de 1996, a sede da Secretaria Municipal da Ação Social e Cidadania), e o rapaz lá me atendeu; um rapazinho lá da prefeitura me atendeu: “O que era pro senhor?”. “Há eu quero uma casa aí. Quero fazê inscrição pra uma casa. Não sei o quê vai acontece comigo amanhã ou depois. Eu quero uma casa”. Aí ele fiz uma pergunta: “Como é que é? Onde é que o senhor trabalha?”. Digo: “eu trabaio na roça, sempre fui da roça”. “Então tem uma proposta aí. Vai sair uma vila rural aqui em Toledo, segunda vila vai sai aqui”. “Como é que é?”. Aí ele expricou como ia funciona. E eu digo: “me inscreve nessa”. Me inscrevi assim num sabia onde. Aí um dia veio o rapaz que trabalhava com...com...com...o lixo útil...os recicláveis lá né? Aí ele veio lá em casa e falou né?: “Você se inscreveu lá assim..., é pra í lá que vai sortia” (A.B.).

Paralelamente ao processo de divulgação, constituiu-se uma comissão municipal⁴⁰, regimentada através das normas do Governo Estadual, estando em vigor em todos os municípios onde as vilas rurais estavam em processo de implantação. Estas comissões tinham como atribuição, implantar o programa no município,

⁴⁰ Decretos que constituem as Comissões Municipais de Vilas Rurais, ver: Anexo B.

realizando visitas domiciliares, seleção de cadastros, expedição de pareceres, busca documental, exclusões e inclusões no Programa, atuando ainda na organização dos moradores que habitariam a vila rural. Tal preocupação tinha como objetivo possibilitar a otimização dos recursos financeiros de fomento agrícola, que estavam previstos para o programa, sendo que o principal desafio era estimular em pessoas tão distintas, advindas dos mais diversos locais, com histórias de vida também distintas a possibilidade de organizarem-se em atividades geradoras de renda coletivamente.

No segundo momento, partiu-se para as visitas domiciliares, as quais transformadas em relatório pela comissão multidisciplinar, deveriam respaldar o processo de seleção. Feito o processo de escolha, que para o conhecimento dos participantes tratava-se de um sorteio, iniciaram-se as reuniões de grupo onde todo o projeto era explicitado, bem como as ponderações acerca das dificuldades que os futuros moradores iriam encontrar.⁴¹

Logo de início fazia-se necessária a composição de uma Diretoria provisória, a qual estaria sendo legalmente instituída, para poder então responder e assinar documentos e negociações inerentes à implantação do projeto. Antecedendo a mudança para as casas, realizou-se na presença dos futuros moradores o sorteio das chaves das casas. Por ocasião dos inúmeros encontros dos quais haviam participado, alguns futuros vilienses estabeleceram vínculo de afeto entre si, e realizaram troca de chaves para poder ficar próximo das pessoas com as quais iniciavam relacionamentos de amizade.

Na terceira etapa, sucessiva à mudança para a vila iniciou-se o processo sistemático de reuniões com a estrutura governamental e os moradores, buscando discutir a organização da produção e os projetos de fomento. Momento em que segundo relatos dos técnicos do programa já tornou evidente a dificuldade do grupo para iniciativas coletivas.

O programa de vilas rurais, no primeiro momento “na concepção” objetivava o fornecimento de uma renda digna ao bóia-fria, com uma área de terra que permitisse a produção para a subsistência do morador nos 5000 metros quadrados disponibilizados, sendo que a renda para a manutenção da família fosse auferida a partir de trabalhos prestados a terceiros fora da propriedade. Com o andamento do programa foi estendido para que fossem formuladas

⁴¹ Ver Anexo C: Arquivo fotográfico e recortes de jornais.

iniciativas para que houvesse geração de renda das famílias no lote rural. Em Toledo, com apoio do Programa Paraná 12 meses foram feitas algumas propostas de geração de renda para as famílias. Em regra as iniciativas não foram bem sucedidas, com ênfase para as coletivas. As iniciativas de apoio para as atividades individuais tiveram um bom êxito, já as coletivas tiveram um mau desempenho. Logo, vê-se que um dos grandes problemas foi o capital social existente que é fraco, precisando ser estimulado (EXTENSIONISTA 1).

Por certo as adversidades encontradas- na tentativa de buscar ações associativas- estão relacionadas com a história e trajetória de vida dos vileiros. Após vivenciar todo o processo de precária inclusão, que inicialmente tivera como eixo fundador o processo de modernização tecnológica da agricultura, na qual o trabalhador rural volante em questão atuou como protagonista, este se vê lançado ao mundo urbano nas condições já apresentadas.

Retornando a viver em uma comunidade construída sob os princípios de seleção estabelecidos pela instituição Estado representada através dos órgãos governamentais, o trabalhador rural volante vê-se novamente diante da possibilidade de estabelecer novos vínculos e “enraizar-se”, compondo rede de relações sociais e familiares.

A cobrança dos agentes mediadores do Estado para que houvesse a organização comunitária, visava à utilização desse mecanismo de superação da condição social e econômica daqueles moradores. Constroem-se assim necessidades concretas de reorganização de toda a ordem ao morador de vila rural, que, repentinamente, passa da condição de trabalhador rural volante para à de proprietário, alterando também suas formas de se relacionar com o trabalho, pois de mero executor de tarefas, ele passa a ser propositor de idéias, tarefas e soluções, tanto no grupo, como em sua propriedade.

Segundo MARQUES (2004, p. 266), historicamente os projetos sociais relacionados especificamente às questões da terra são concebidos como o resultado de um conjunto de ações técnicas coordenadas voltadas para a construção de um espaço a partir da atribuição e incorporação de um conteúdo novo ao espaço abstrato. Situa-se, neste contexto, a ação das exigências de enquadramento, que deveria transformar o

indivíduo em agricultor integrado ao mercado e organizado em associações e cooperativas, com a perspectiva de ressocializá-los.

Por sinal esta busca constante em agilizar o processo de estabelecimento de novos vínculos, bem como a ressociação do morador da vila rural, foi desde o início uma preocupação também do grupo escolar Duque de Caxias da comunidade de Concórdia do Oeste. Em diversos momentos observou-se a mobilização em busca da aproximação entre a escola e os novos moradores. Assim a escola tomou a frente na promoção de atividades recreativas conjuntas, como visitas técnicas com os alunos à vila rural, cedência de espaço para reuniões, cursos e palestras para os vilienses. Desta forma, ela tornou-se referência, atuando como permanente mediadora na relação entre os antigos e os novos moradores.

Inicialmente acreditava-se que este empenho por parte da equipe diretiva e professores da escola, ocorria em função das questões raciais que aos poucos iam tornando-se evidentes nas relações escolares e da comunidade. Posteriormente, já no desenvolvimento deste trabalho visitou-se a escola para uma conversa com professores e diretor da escola em que se abordou a expressiva participação desta ao longo de todo o processo.

Nesta ocasião, após várias considerações, o ex-diretor, da escola hoje aposentado, na presença de outros professores, expressou oralmente o real agente motivador para o empenho dado à questão até aquele momento. Segundo ele, desde o início, quando foi anunciada a possibilidade de vinda de uma vila rural para o povoado, os professores mobilizaram-se para apoiar as lideranças políticas locais, pois viam no projeto a única possibilidade de manter a escola local. O número de alunos reduzia-se ano a ano, a comunidade estava envelhecendo, os jovens casando e saindo do lugar, o que esgotava as possibilidades de, mesmo em curto prazo, manter a escola que fazia parte do orgulho dos moradores de Concórdia do Oeste. Desta forma, a vila rural Salto São Francisco tornou-se a salva guarda para a posição de trabalho e *status* de muitas pessoas da comunidade. Apesar disto, os conflitos já ocorriam, e manifestavam-se de diversas formas.

O primeiro embate deu-se em função, ainda na fase primeira do projeto, da cedência da água para os moradores da vila rural. Concórdia do Oeste possui um

sistema de captação de água através de bomba, que é gerenciado pela associação de moradores. A vila rural, por sua vez, dependia da ampliação da extensão da rede de água até o sistema implantado pela comunidade de Concórdia do Oeste, visto que a SANEPAR, responsável no programa pela organização e distribuição da água, não dispunha, naquela localidade, de captação alguma. Logo a equipe de técnicos dos programas de saneamento rural da Companhia, conjuntamente com os demais membros da comissão municipal e a recém constituída associação de moradores da vila rural, iniciaram as discussões.

Muitas reuniões e intervenções fizeram-se necessárias. Havia muita resistência por parte daqueles que iniciaram o sistema, em estar agregando “aquela negrada”⁴² que vinha de fora. Na resolução do impasse, a SANEPAR assumiu a ampliação da rede até a vila rural e os moradores passaram a pagar a taxa para o uso dessa água.

Na verdade a questão da água tornou-se uma questão coletiva sem solução até o momento, pois se resolveu o abastecimento da água potável, mas não se viabilizou a abertura de poço artesiano para facilitar a existência de projetos de irrigação, fator que inviabilizou economicamente o cultivo de hortigranjeiros, mesmo sendo uma reivindicação antiga e sempre atual.

Contudo no contexto das três vilas implantadas no Município de Toledo, a Vila Rural Salto São Francisco, destaca-se na prevalência de critérios técnicos para sua implantação, tendo todas as condições técnicas necessárias para que o programa ali alcançasse resultados positivos. Tanto que em julho de 1998, quando o governo estadual instituiu um concurso para avaliar e premiar o desempenho global das vilas rurais no Paraná, esta foi classificada como a segunda melhor vila, recebendo como premiação um televisor e uma antena parabólica, que deveria ser colocada na sede da associação que até então não havia sido construída. Interessante observar que o item que desclassificou a Vila Rural Salto São Francisco do primeiro lugar segundo a comissão estadual, foi justamente a ausência de projetos coletivos em geração de trabalho e renda .

Refletindo acerca desta constatação, verificou-se que as lutas políticas decorrentes historicamente, da desigual distribuição fundiária ocorreram, tendo como

⁴² “negrada de fora” era uma referência comum feita pelos moradores de Concórdia ao referirem-se aos vileiros, que chegavam ao povoado.

desafio encontrar soluções para as dificuldades de manutenção das terras que passaram a possuir, visto que o nosso sistema econômico é reconhecidamente adverso à pequena produção.

Assim, tendo em vista as dicotomias no interior do próprio sistema, incentivava-se a implantação de ações, que, assegurem a reprodução do pequeno produtor, como agente econômico, motivando a constituição de entidades como associações e cooperativas, apontadas como alternativas de superação das limitações inerentes à condição de pequeno produtor inserido em um sistema econômico que, contraditoriamente, assimila e condiciona seus atos.

Obviamente que o elemento político não é expurgado desse tipo de organização, mas adquire contornos menos nítidos, cedendo lugar a uma atuação mais pragmática, moldada por necessidades e expectativas ligadas ao mundo da produção, à sobrevivência econômica das pequenas unidades produtivas, adequando-se também às leis do mercado capitalista.

Neste sentido os moradores da Vila Rural Salto São Francisco, fizeram frente, no ano de 2001, ao projeto de retomada da feira municipal do produtor em Toledo. A feira que em outros tempos era realizada na cidade, voltou para a pauta da Secretaria Municipal da agricultura através dos técnicos da Emater e moradores da vila rural. A iniciativa inseriu, também, as outras duas vilas rurais e pequenos produtores que já eram assistidos pelos extensionistas rurais.

Poucos moradores conseguiram manter-se no sistema de feiras, na condição de produtores; outros se uniram em várias famílias viabilizando uma única barraca em sistema de condomínio, contudo a experiência havia se mostrado positiva, contabilizando quatro anos de existência.

Atualmente a associação de moradores da vila rural permanece ativa, contudo com metas bem distintas daquelas que em 1997, estavam presentes nas assembléias. Inicialmente existia uma grande expectativa em torno da composição da diretoria da vila rural, pois todos eram sabedores que estariam administrando recursos dos programas de fomento. Esta expectativa de fato nunca foi concretizada como se objetivava a princípio, pois os cheques eram emitidos na forma nominal individual. Depois a presidência passou a ter o caráter reivindicatório, tendo sido salutares as

conquistas que o grupo alcançou, despertando inclusive a atenção dos moradores de Concórdia do Oeste.

Em curto espaço de tempo os moradores da vila rural reivindicaram o acesso do transporte escolar até o portal de entrada e conseguiram telefone público no interior da vila rural. A principal vitória, que se tornou um marco político⁴³, foi a construção de um campo de futebol através da prefeitura municipal, que se seguiu à construção do salão comunitário com recursos do governo do estado, onde deveria funcionar uma cozinha comunitária para preparo de alimentos para comercialização. No entanto, conforme nos relata um dos técnicos do programa, no depoimento abaixo, o projeto da cozinha não obteve êxito:

Os projetos individuais, como o fornecimento de adubos e sementes, em regra atingiram a finalidade proposta, já o coletivo como a cozinha comunitária, apesar dos esforços, não cumpriu o objetivo proposto vez que faltou o interesse e organização dos beneficiários para trabalhar em conjunto (EXTENSIONISTA 1).

Atualmente a associação de moradores, tem um caráter proeminente para os moradores da vila rural e para a comunidade de Concórdia do Oeste, pois tornou-se referência para a organização de festividades e também encontros políticos em períodos eleitorais, colocando o presidente em permanente contato com outras lideranças, fator de importância para aquele grupo.

Quanto às primeiras discussões acerca do desenvolvimento de projetos coletivos de geração de renda, observou-se no decorrer da pesquisa que, apesar de os moradores terem ainda um enfoque muito voltado às ações familiares, desejando trabalhar suas propriedades cada um a sua forma, existe um forte elo de cooperação sempre que se busca algo para uso comum. Contudo é nítida e histórica a divisão entre dois grupos no interior da vila rural, que se revezam na direção da associação, gerando conflitos, permanentemente, conforme depoimento de um dos moradores que já foi o presidente da associação por três vezes:

⁴³ Consideramos um marco político, pois o secretário da agricultura da época, bem como outros técnicos do programa não eram favoráveis a este empreendimento, pois entendiam a iniciativa como uma forma corporativista de separar os moradores da vila rural dos demais vizinhos. Na verdade isto não se concretizou o campo de futebol é hoje um dos mais fortes elos de ligação entre as duas comunidades.

Eu já fui presidente da associação por três vezes. Aqui nunca teve briga, aqui nunca veio à polícia pra nada ... Foi depois que esse homem tá assumindo que tá acontecendo tudo isso. Então é por isso, é racismo, a pessoa às vezes que mandá, não é por aí ... Eu acho que não é ... Eu num sei, acho que é a mesma coisa, um prefeito da cidade, é o prefeito, mais tem muita gente do lado auxiliando a administração então é por aí, começa por aí acho que deve ser a mesma coisa né? (O.L.F.64 anos).

Vê-se que considerando os conceitos clássicos de participação⁴⁴ de comunidade⁴⁵, pode-se concluir que no contexto da vila rural que compõe este estudo não há participação comunitária⁴⁶, porém CÂNDIDO (2001) na obra: *Os parceiros do Rio Bonito*, um estudo etnográfico sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida, fornece subsídios para a compreensão do modelo de organização que se encontra hoje na vila rural em questão. Para o autor, no mundo rural, caipira, existe a forte expressão do que ele chama de cooperação vicinal.

Ao fazer esta definição, CÂNDIDO (2001, p. 95-98) chama atenção para outros elementos do seu estudo em que trata dos mínimos – social ou vital. Em sua obra denominada *Os parceiros do Rio Bonito*, o autor mostra a organização no mundo rural, onde as famílias unem-se sempre que solicitadas em prol de uma determinada tarefa, e executam ações conjuntas em torno de festas, funerais e outras situações que exijam demonstração de força por parte do grupo.

Porém há de considerar que, tradicionalmente, no Brasil sempre estiveram presentes dificuldades em torno da discussão da perspectiva de implantação do trabalho cooperado e as possibilidades efetivas de as cooperativas constituírem-se em

⁴⁴ Para Hilmann (1974), toda organização e planejamento da comunidade deve ser realizado a partir de uma democracia, ou seja, a partir do interesse da comunidade e na participação da mesma no processo de decisão para melhoramento das condições de vida da população.

⁴⁵ Souza (1987), define comunidade como um grupo de pessoas reunidas em qualquer área geográfica, grande ou pequena, que tenha interesses comuns, reconhecidos ou reconhecíveis no campo do bem-estar social.

⁴⁶ Para Faleiros (1987, p. 77), é através da organização coletiva participativa, que a população obtém acesso para as suas reivindicações. O autor chama atenção para a compreensão que muitas vezes se têm da participação, e lembra que participar não é somente estar presente nas reuniões, como se apregoa no conceito tradicional, onde mobiliza-se o grupo para a mera consulta sobre certas decisões, preservando-se os lugares de dominação.

avanço na direção da maior democratização do trabalho, pela autogestão e posse coletiva dos meios de produção, como forma de superar a subordinação ao capital.

As origens dessas cooperativas de produção e trabalho surgem com o trabalho industrial e o movimento operário no século XIX, cuja base de sustentação, eram os socialistas utópicos que defendiam, através deste modelo, uma proposta de autogestão do trabalho dos operários industriais, dentro do capitalismo ou como forma de superá-lo.

Segundo LIMA (2003), o ano de 1844 é considerado o marco do movimento cooperativista na Inglaterra, quando é fundada uma cooperativa de consumo de operários. A iniciativa expandiu-se rapidamente e em 1852, criou-se a Lei das Sociedades Industriais e Cooperativas. Porém desde os primeiros tempos já existiam denúncias de falsas cooperativas e o uso de artimanhas para o pagamento de menores salários aos empregados.

Para LIMA (2003, p. 2), embora originário no seio do movimento operário e socialista como proposta alternativa, o movimento cooperativista foi aceito por propostas reformistas voltadas à humanização das relações estabelecidas entre o capital e o trabalho, dentro do capitalismo de inspiração cristã, que posteriormente ocupou o centro dos debates de esquerda apresentados especialmente por Karl Marx e Rosa Luxemburgo.

Contudo, as cooperativas dos países socialistas, em função de sua subordinação ao Estado, nunca foram consideradas como tal, uma vez que os princípios cooperativistas de adesão voluntária e autogestão nunca foram efetivamente observados (LIMA, 2003, p. 4).

BRENNEISEN (1994), ao analisar as contradições de um projeto coletivo de produção, aprofunda a temática descrevendo passo a passo as experiências de uso de equipamentos e produção coletiva, e faz a seguinte ponderação:

De acordo com os depoimentos dos assentados houve, na verdade, não só propostas que não foram aceitas, mas pressões e tentativas de imposição desse modelo, supostamente ideal, por parte das lideranças internas e mediadores (...). A resistência por parte dos assentados possui um duplo significado, o da luta pela liberdade de plantarem e decidirem sobre o processo produtivo e o de serem condutores de suas próprias vidas e de suas famílias, ou seja, a luta

pela autonomia, representada pela não aceitação de nenhuma imposição, seja por parte das lideranças constituídas na época ou dos mediadores (BRENNEISEN, 1994, p. 175).

A autora acrescenta que, se por um lado houve o fracasso do projeto de produção coletiva, por outro houve a clara demonstração de que a busca pela autonomia e liberdade estavam diretamente relacionadas à expectativa que construíram ao longo de suas vidas, de se tornarem agentes de sua própria história.

LIMA (2003) e BRENNEISEN (1994), abordam as limitações estruturais, econômicas, políticas e culturais das cooperativas enquanto possibilidade de forma alternativa de organização da produção.

Para LIMA (2003, p. 17), a criação de uma cultura associativa é um processo lento, o que indica que as cooperativas por um longo espaço de tempo estarão ligadas, ainda, à compreensão popular, como sendo uma saída para trabalhadores em situação de exclusão do trabalho, ao invés de serem vistas como um projeto para o desenvolvimento da autonomia e da solidariedade.

Este tem sido também o desafio dos moradores da Vila Rural Salto São Francisco, pois o modelo que lá se tem encontrado em todas as etapas de sua existência, é a cooperação vicinal, e não o associativismo, que encontra no grupo muitas resistências. Porém, para eles cumpre-se na ética do homem do campo os desígnos que são reservados para aqueles que são vizinhos.

4.3 RETOMANDO VELHAS PRÁTICAS: A EXTENSÃO RURAL REEDITADA

O marco inicial da prática extensionista situa-se nos Estados Unidos da América após a Guerra da Secessão⁴⁷. A partir do ano de 1914, o governo americano oficializou o trabalho de extensão rural, tendo como objetivo fim veicular entre a população rural americana, ausente dos colégios agrícolas, conhecimentos úteis e práticos relacionados à agricultura, pecuária e economia doméstica, para a adoção de modos mais eficientes na administração da propriedade rural e do lar (FERRAZ e MENDONÇA, 2005).

⁴⁷ A Guerra da Secessão representou para a agricultura americana, a passagem da estrutura escravista para uma estrutura mercantil e capitalista.

Para desenvolver o trabalho proposto, o governo americano oficializou o denominado modelo “Clássico” cujo principal enfoque era a transmissão de conhecimento aos agricultores e coleta dos problemas destes como fonte de pesquisa. Este mesmo modelo, após a segunda guerra mundial, foi implantado nas regiões consideradas subdesenvolvidas.

Dentre estas regiões incluía-se a América Latina, onde a ação extensionista fora viabilizada através da assinatura de convênios entre os governos locais e as agências americanas de Extensão rural.

No Brasil, onde a extensão rural está presente há mais de 50 anos, criou-se no período dos convênios as “Associações de Crédito e Assistência Rural”⁴⁸ estaduais, organizadas como sociedades civis, sem fins lucrativos. O sistema de controle destas Associações era exercido por diferentes conselhos compostos por beneficiários e patrocinadores.

O modelo de extensão rural americano tinha como meta informar e persuadir os agricultores para a adoção de práticas que estivessem em consonância com o novo modelo de produção que se instalava exigindo o aumento da produção de alimentos.

Difundia-se intensivamente a idéia de que técnicos e os cientistas, é que melhor sabiam o que era melhor para os agricultores. Inicialmente os técnicos utilizavam-se de muitos recursos audiovisuais, projetores e câmaras no desenvolvimento das ações. Num segundo momento partiu-se para um modelo de adequação voltado as populações subdesenvolvidas (FERRAZ e MENDONÇA, 2005).

O novo modelo proposto, o “difusionista-inovador”, estava embasado em trabalhos de sociólogos e antropólogos, especialmente de formação inglesa, tendo como proposta conseguir no menor prazo possível a mudança comportamental dos habitantes através da adoção de práticas consideradas cientificamente válidas para a solução de seus problemas. Isto reverteria em desenvolvimento econômico e social, ao alcance de todos.

Contudo, a operacionalização deste modelo, exigia um manejo específico à realidade rural local. Para tanto, foram agregadas à extensão rural e a extensão social, cuja função era a organização da comunidade ou a organização do bem-estar social.

⁴⁸ As ACAR expandiram-se rapidamente por todo o território brasileiro.

Segundo FERRAZ e MENDONÇA (2005), a base material da ação educativa da extensão era a empresa familiar. A família rural era uma unidade sociológica sobre a qual os projetos de ensinar a ajudar a si mesmo deveriam surtir efeitos.

Para ela os acontecimentos políticos desde a era Vargas até a posse de Juscelino, tornaram evidentes as bases populistas sobre as quais se assentava o regime; logo os americanos que supervisionavam a extensão rural perceberam que a iniciativa só se tornaria viável com o efetivo apoio do governo federal⁴⁹.

Neste período, assinala FONSECA (1985), funda-se, de fato, a prática extensionista brasileira. Para FERRAZ e MENDONÇA (2005), esta prática estava embasada numa visão empírico-positivista da realidade, permeada pela ideologia liberal⁵⁰, que se operacionalizava numa proposta comunitarista e educacional⁵¹, e não vislumbrava os interesses reais e imediatos das populações rurais.

FERRAZ e MENDONÇA (2005) compreende que, tanto o modelo “clássico” quanto o “difusionista inovador”, são empíricos positivistas, pois partem do princípio de que as mudanças nas sociedades rurais se dão por intervenções técnicas, e não por alterações nas estruturas sócio políticas e econômicas dessas sociedades.

A partir da compreensão deste elemento, a extensão rural, que está no cerne norteador do Programa Paraná 12 Meses, que é também o fio mestre condutor do Programa de Vilas Rurais, analisar-se-á a questão da extensão enquanto mecanismo de intervenção do aparelho estatal através dos técnicos que implementam as políticas sociais.

WOORTMANN (1983), em seu artigo: a transformação da subordinação, também fornece elementos para a análise da extensão rural no contexto das vilas rurais. No artigo, o autor analisa aspectos centrais à reprodução das condições de produção de um grupo camponês do agreste e sertão sergipano, enfatizando as articulações entre a lavoura camponesa e o desenvolvimento histórico da pecuária. Mostra como a evolução dessa articulação se relaciona à ação do Estado, pela via dos serviços de

⁴⁹ Nesta fase foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).

⁵⁰ Permeada pela ideologia liberal porque, o que se veiculava para fins de aprendizagem, era um ideal de sociedade liberal, entendida como mais democrática, a idéia de equilíbrio social harmonioso entre o meio rural e o urbano.

⁵¹ Embora a intervenção extensionista partisse de problemas concretos das comunidades rurais, ela propunha a administração dos problemas numa perspectiva alheia aos interesses imediatos das comunidades como o acesso à terra e melhores condições de trabalho. O objetivo era destruir os saberes próprios das populações e substituí-los por um saber externo ao grupo.

extensão rural, interferindo diretamente sobre o saber tradicional e o processo de trabalho do lavrador camponês, que percebe o programa como a “dominação”.

Esta percepção entre os vileiros não é concebida de forma clara, como mostra o depoimento que segue:

Nóis tá feliz. Muito bão. Agora nós tem o nosso lote aqui. A moradia, nós pode prantá o que nós qué em cima. O técnico da Emater vem e exprica como é que nós deve fazê (R.Z., 48 anos).

Da mesma forma, o técnico extensionista faz uma avaliação positiva desta presença na vila em questão, conforme depoimento abaixo:

No primeiro momento, o morador da vila rural pela sua procedência estava totalmente excluído de sua cidadania. Não possuía atenção especial das pessoas. Nas vilas rurais, com a ação da extensão rural as pessoas passaram a ter um contato com o “estado”, sem necessariamente ser um atendimento imediato de suas expectativas. Assim, formou-se um laço de confiança entre o extensionista e o vileiro, que em alguns momentos do programa esteve bastante forte (EXTENSIONISTA 1).

Esta maneira de visualizar o morador da vila rural, enquanto agente de interação no processo, e não somente como um produtor a ser doutrinado, conforme demonstra a pesquisa relatada por WOORTMANN (1983), também é compartilhada por um outro técnico extensionista atuante no programa, o qual relata a seguinte experiência:

Nos primeiros anos de instalação da vila, o extensionista rural, principalmente o da Emater-Pr significa o elo de ligação do vileiro com o Programa. É nessa época que são elaborados os projetos de fomento agrícola e de geração de renda, são ministrados cursos de capacitação em técnicas de cultivo dos lotes, criação de pequenos animais, organização comunitária, aproveitamento de alimentos e outros. A expectativa dos vileiros com relação a esse técnico está relacionada com a possibilidade de liberação de recurso financeiro por parte do Estado. Nesses primeiros meses o extensionista, é o técnico mais presente na vila, razão pela qual os moradores tendem a responsabilizá-lo pela viabilização econômica do programa. Passada essa fase existe uma certa acomodação, tanto do vileiro quanto do extensionista. Os moradores que conseguem identificar alguma alternativa de renda no lote continuam sempre demandando a assistência técnica, como por exemplo os feirantes. Os demais procuram o extensionista para obter informações da Cohapar, ou para intermediar conflitos entre moradores (EXTENSIONISTA 2).

WOORTMANN (1983, p. 214) expõe, ainda, que ao se fechar o ciclo agropecuário, que estava mais avançado em alguns municípios e menos em outros, vê-se um momento tendencialmente crítico para a reprodução do campesinato, instala-se na região um programa de extensão rural voltado para o “produtor de baixa renda”. Tal programa operava basicamente através da concessão de créditos subsidiados, assistência técnica e criação de mecanismos de comercialização que deveriam eliminar os intermediários tradicionais. Paralelamente, desenvolveram-se atividades de educação sanitária e assistência nutricional. Os objetivos do programa eram, resumidamente, os de elevar os níveis de renda e melhorar o estado nutricional da população “de baixa renda”.

Para o autor, o projeto seguiu a mesma linha de outros programas: foi instituído sem conhecimento prévio da população sobre a qual se propunha a atuar. Como se tratava de um campesinato e não apenas de produtores de baixa renda, como muitos pensavam, qualquer “solução” não poderia ser buscada apenas em termos quantitativos de elevação de produtividade, sem considerar a existência de uma lógica de produção e reprodução camponesa. Assim, estava implícito no programa, ainda que de forma inconsciente estava uma nova modalidade de subordinação. De um lado o programa ativa a lógica e as estratégias desenvolvidas pelo campesinato; de outro, buscava-se integrá-lo no chamado complexo agro-financeiro-industrial.

MARTINS (2000), ao falar sobre as hesitações da modernidade faz também uma observação acerca do trabalho do extensionista:

Os estudos sociológicos sobre as resistências à mudança e, sobretudo, as políticas oficiais de difusão de inovações e a pedagogia do extensionismo engajam até mesmo a universidade na missão de impor o moderno compulsório e de demolir e depreciar a força crítica da tradição (MARTINS, 2000, p. 30).

De fato, o trabalho de extensão rural tem muitas faces e objetivos diversos, em consonância com cada tempo em que se emprega, contudo, observa-se que o grande diferencial entre o caso estudado por Woortmann e o caso a que se propõe analisar neste estudo, reside no fato de que na primeira experiência relatada, os agricultores já

eram os donos das propriedades, possuíam redes sociais de relacionamento. De alguma forma, mesmo que precariamente, já estavam socialmente incluídos (MARTINS, 2002). Já o morador de vila rural nada possuía, e passa a ser dono da propriedade, mesmo com restrições contratuais, visto que só se tornaria dono, efetivo proprietário, após o pagamento de trezentas parcelas. Porém, a partir de uma intervenção direta do Estado, se estabelece um modelo de relação de dependência ou de subordinação consentida, que era parte de um processo que o conduziria à posse da propriedade.

A “apropriação” que o vileiro faz da propriedade na Vila Rural (casa e terreno) é plena à medida que ele não demonstra preocupações com o fato de, legalmente, ainda não ser o seu dono, pois, para isso, teria de quitá-la. Mesmo assim, esta é parte definitiva e marcante no processo de reconstrução de sua trajetória de vida, que fora desviada no passado por conta de situações adversas ocasionadas pela impossibilidade de inserção no novo modelo de produção que se firmava. Assim, por terem que deixar o meio rural, juntamente com os pais e outros familiares, o programa não representou escolha do modo de vida, mas sim, uma imposição do momento que passava. Assim ao negar a “benéfica” do estado, ele faz um movimento de resistência à subordinação imposta, ressignificando o conceito de propriedade dado ao programa.

Nota-se que o vileiro, ao falar da Vila Rural, faz menção ao programa como uma conquista obtida através de sua luta ao longo da vida, buscando um pedaço de terra. Resiste à idéia de que o estado lhe “deu” o espaço que hoje ele ocupa sem, contudo estar se sentindo em posição de conflito diante do fato de que o Estado está presente e se faz presente nesta ação através de seus organismos mediadores. Contudo, é importante notar que o discurso dos técnicos de Estado, ainda hoje ao se referirem às pessoas atendidas por programas sociais, utilizam-se de termos como “beneficiários”, o “Estado doando”, o “Município concedeu”; na verdade todas falas impregnadas de um significado conservador que entende o direito social como benefício e não como direito. Abaixo pode-se observar o relato do morador que traz para si o mérito da conquista de seu sonho.

Nóis tem um teto pra mora, pra mim isso aqui representa tudo, tudo isso que eu quis na minha vida eu não consegui agora...Sempre lutei por isso...sempre lutei por isso. Há anos,

por onde...por onde venho passando. Era essa a mentalidade. Aqui deu, não é grande, mas é um pedaço de terra. (A.B., 60 anos).

Já no relato de WOORTMANN (1983, p. 221), a intervenção do Estado significou para os envolvidos um ataque ao papel de pai de família, pois naquele contexto, a idade e o saber tinham suas representações. Desta forma quando o técnico assume a transmissão do saber, negando o papel socialmente instituído para o pai, ele está negando a construção institucional familiar da relação entre o saber e a agricultura.

O esforço de introduzir “pacotes tecnológicos” implica em negar o conhecimento camponês e o processo de trabalho do sitiante. Implica, pois, em atacar a própria categoria *pai de família*. Se o saber do pai é negado, o filho já não deverá aprender com ele, mas com um técnico, freqüentemente de sua própria idade. Num contexto camponês, saber e idade encontram-se estreitamente relacionados (WOORTMANN, 1983).

Observa-se que neste caso há a contestação ou a negação da forma de reprodução camponesa experienciada até então; o morador da vila rural por sua vez, teve também uma experiência camponesa, acumulou o saber camponês apreendido do pai ou do avô, porém já se submeteu a uma nova cultura, a urbana. Ao retornar para o campo, ele já não está mais submetido àquele modelo, assim aceita com certa naturalidade a intervenção do extensionista, objetivando reavivar conhecimentos ou então a aprender novas técnicas de produção.

Atualmente, com a mudança de governo do estado, o programa de vilas rurais deixou de estar na pauta de prioridades da extensão rural; o afastamento do aparato intervencionista do Estado é percebido pelos moradores. E por ter acontecido de maneira abrupta, deixou muitas dúvidas, faltando aos moradores a clareza se este afastamento estaria relacionado a uma diretriz política, conforme nos relata uma moradora:

Os curso tá tudo parado, a “Z”⁵² não vem mais, ela tem raiva dessa vila. Ela pegou raiva, agora nem vem mais aí. Ela pegou raiva, porque é uma gente muito ruim que tem aqui dentro... Ela tem raiva... raiva, nem qué que fala. Faz tempo ela não vem mais (C. Z., 50 anos).

Um dos moradores que estava presente no momento da entrevista descrita acima, complementa a fala dando a sua versão para o afastamento da equipe, em especial de um dos técnicos da extensão rural:

Quando tem curso, vem gente de fora. Lá da Pioneira⁵³, se enfia aqui no meio, mete as mão, mete a boca...Que nem quando tinha curso de pão e bolacha, ela me contou...Tinha um rolo preto⁵⁴, lá da Pioneira. Vem ali se enfia junto né, e daí num sei lá...parece que a “Z” falou que num é mais pra vim no meio (R.Z., 48 anos).

Evidencia-se na fala dos moradores, em diferentes momentos, um forte elemento relacionado à discriminação racial, como se pôde constatar - no depoimento anterior, ou em outras situações - o constrangimento das pessoas em abordar a questão, como na fala da moradora H.M. de 38 anos, descendente de alemães, motivo historicamente conhecido que, de certa forma, faz vir à tona o receio em abordar esta questão, como mostra seu depoimento:

Aqui é um lugar de vida tranqüila. Não tem racismo, essas coisas né. Até agora que eu sei. E pra quê melhor? Eu penso tá bom...

Contudo quando questionada acerca da discriminação racial, ela argumenta:

Olha que tem ...tem. A gente ouviu falá, mas comigo não né. Mas a gente ouviu mesmo. Mesmo na Escola, que nem a Val mesmo que tem o piá dela; meu Deus do céu! É muito racismo, muita gente chama de preto, de neguinho safado. Na escola mesmo tem racismo, só que esse ano as professoras mesmo proibiram. Isso tem que acabar!

⁵² Denominação fictícia, para identificar um dos profissionais técnicos extensionistas que atuava na organização comunitária.

⁵³ Bairro populoso da cidade de Toledo, e que é muito estigmatizado ainda hoje em função de sua história operária e principalmente pelas características étnicas que apresenta.

⁵⁴ Referência a irmã de uma das moradoras da vila rural.

As questões raciais assumem, neste grupo, sentidos que vão além da ordem questão racial, elas dizem respeito também à posição social, tanto que pessoas de cor branca referem-se ao racismo, ao “ser negro” como uma condição e não como um fato, conforme pode-se notar na fala do morador:

A Vila Rural ela foi bem vinda aqui pra muitos morador de Concórdia, por causa da mão-de-obra. Mão-de-obra aqui é essencial, porém ali né, nem todos, mas tem pessoas ali de Concórdia, desculpe a expressão da palavra, porque o que a gente tem que dizê tem que dizê né, senão você sai fora da linha e não acerta mais a linha, aqui a gente, gente é...considerado...negro...negros. Aí tem pessoas lá que não gosta de nós por nós ser “negros”. Não é eu sou negro..., é a Vila Rural ser negra. Tem racismo na escola. Se a gente faz um almoço aqui, macarronada, risoto né “não vou comê lá, porque lá... é as nega lá que faz. Isso é um problema sério isso aí devia ser consertado esse problema aí né, porque o negro é negro, mas ele trabaia, ele tem mão, tem braço, tem perna, tem saúde, trabaia pra todo mundo. Todo mundo aí é servido dos nego aí (A.B., 60 anos).

A existência do conflito não traz, em si, somente questões raciais para a discussão, traz também as questões culturais, tanto que em entrevista com a Direção da Escola Municipal Duque de Caxias e seus professores, estes admitiram o problema, acrescentando ainda que, de fato, as crianças que vieram para a escola cujos pais residem na Vila Rural, trouxeram para as crianças de Concórdia do Oeste hábitos muito diferentes dos quais estas estavam acostumadas. Esse seria um motivo de preocupação para pais e professores, além das questões de discriminação racial que, segundo os professores, já sendo tratada didaticamente nas relações cotidianas. Contudo deve-se considerar que estes professores também nasceram, cresceram e trabalham naquela localidade, sendo, portanto, frutos e agentes de informação no interior do mesmo grupo. Apesar da relevância deste tema não se aprofundou esta discussão por não estar diretamente vinculada à proposta deste trabalho, porém considera-se relevante, em outros momentos, retomar esta discussão que, por certo, apresentaria uma grande riqueza de variações para estudo.

4.4 O ESPAÇO DA VILA RURAL E O PROJETO DE UMA NOVA RURALIDADE

Compreender o mecanismo de inserção social de um projeto como o das vilas rurais, que busca o equilíbrio entre as questões do mundo urbano e rural, requer que se considere o ritmo acelerado das transformações ocorridas nas relações sociais e de trabalho nas últimas décadas, inclusive a divisão da subsistência das famílias em fontes de renda de trabalho urbano e rural.

Todas essas transformações tornam cada vez mais difícil a delimitação clara das fronteiras entre a cidade e o campo. Contudo, pode-se dizer que o campo não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção urbano-industrial.

Porém, os efeitos destas mudanças sobre as populações têm repercussões distintas. Logo não é possível falar de ruralidade como um conceito geral, capaz de definir todos os universos culturais, sociais e econômicos que temos hoje no território nacional (CARNEIRO, 2002). De modo geral, o avanço e a consolidação do modelo capitalista no campo estimularam a diversificação da produção, de maneira a adequá-las ao mercado consumidor.

Ao expandir-se o modelo de produção capitalista no campo, houve também uma significativa expansão das atividades não-agrícolas, a exemplo do turismo rural, das feiras, rodeios, e empreendimentos imobiliários com finalidade de moradia. Assim, o rural passa a ser compreendido com o valor simbólico a ele atribuído, gerando um contraponto perante todo o artificialismo tecnológico das cidades.

Ao mesmo tempo em que os valores inerentes a um modo de vida campestre são veiculados com o objetivo de atrair consumidores urbanos, um conjunto de valores de caráter essencialmente urbano passa a integrar e a permear as relações sociais nas áreas rurais. Este processo teve seu início a partir da derrota dos antigos regimes da Europa, quando o centro do poder que estava no campo foi deslocado para a cidade, assim como a agricultura migrou para a indústria.

Para MOREIRA (2003), as visões que se tem hoje do campo foram projetadas pela burguesia industrial e urbana, que construiu o rural como um mundo a ser transformado, seja pelos processos civilizatórios burgueses, seja pelos processos de

modernizações e tecnificações, fazendo emergir um processo de desqualificação dos saberes e outras racionalidades distintas da racionalidade técnico-científica.

Na verdade, os espaços rural e urbano ao longo do processo histórico vêm sendo transformados e impregnados de conteúdos atribuídos através da ciência, do Estado, do cotidiano e da literatura, como WILLIAMS (1989) argumenta ao descrever a forma como esta mudança foi incorporada à literatura:

Esta consciência silenciosa do corpo físico, esta libertação de energia natural em oposição às frustrações de uma civilização mecânica, calou fundo numa imaginação confusa. Tinha-se o ato físico simples, a vida palpitante da terra, e tinha-se também, igualmente disponível, à volta à natureza, a fusão tranquilizadora (...) Assim, o campo como lugar de trabalho estava voltando a ser – porém de modo diferente – um lugar de regeneração física e espiritual. Agora, tinha-se a vida palpitante da natureza isolada, ou o ritmo sazonal dos processos vitais básicos. Em si, nenhum desses sentimentos era novo. O que havia de novo era a fusão dos dois de modo a originar uma estrutura de sentimentos em que a terra e suas criaturas – animais e camponeses quase em pé de igualdade – constituíam uma afirmação de vitalidade e de possibilidade de repouso consciente contrastada com a ordem mecânica, as rotinas artificiais, das cidades (WILLIAMS, 1989, p. 339).

Tamanha a incerteza e indeterminações desses espaços que urbano e rural acabam ficando em posição de complementaridade, unificados imaginariamente na natureza da vida.

Ao referir-se à ruralidade DURAN (1999) considera que sua diversidade reduz a credibilidade de definições abstratas que lhes são atribuídas quando confrontadas com ruralidades, espaço temporalmente concreto, surpreendentemente variado na história. WILLIAMS (1989) amplia o reconhecimento da diversidade às formas sociais urbanas, às urbanidades da política, da administração, das religiões, do comércio, dos transportes. O autor não reconhece a possibilidade de se falar de uma identidade, um abstrato para a ruralidade ou a urbanidade, conforme mostra o trecho abaixo:

A forma de vida campestre engloba as mais diversas práticas, de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais, e sua organização varia da tribo ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comuna rural, dos latifundiários e plantations às grandes empresas capitalistas e fazendas estatais. Também a cidade aparece sob numerosas formas: capital do Estado, centro administrativo, centro religioso, centro comercial, porto e armazém, base militar, pólo industrial. O que há em comum entre as cidades antigas e medievais e as metrópoles e conurbações modernas é o nome e, em parte, a função, mas não há em absoluto uma relação de identidade. Além disso, em nosso próprio mundo, entre os tradicionais extremos de campo e cidade existe uma ampla gama de concentrações humanas: subúrbio, cidade-dormitório, favela, complexo industrial (WILLIAMS, 1989, p.11-12).

Observa-se que a disseminação do urbano aliado à globalização fez emergir a ruralidade como construção social sem um território tão claramente definido, dando a ruralidade significados como: forma de vida ou modelo alternativo de sociedade dos movimentos ecologistas, inspirando projetos coletivos para o enfrentamento dos problemas sociais e econômicos.

Esta visão manifestada no imaginário da sociedade contemporânea traduz-se perfeitamente na proposta do programa de vilas rurais, que traz explicitamente em seus manuais oficiais a idéia de conciliação entre o rural e o urbano, e a possibilidade estimulada da pluriatividade, além de que a própria organização espacial da vila reproduz os antigos vilarejos rurais, com casas muito próximas, e uma visão geral de todas elas, favorecendo a integração e as relações sociais.

4.5 A INSERÇÃO DA PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

Atualmente no Brasil, revelam-se e destacam-se duas dinâmicas nos espaços rurais: por um lado, a ocupação do espaço rural por outras atividades econômicas não agrícolas associadas à revalorização do mundo rural como espaço de lazer ou residência. De outro lado, a valorização do campo como lugar de trabalho e de vida (CARNEIRO, 2002, p. 224).

WANDERLEY (2000) expõe que, além dos aspectos mencionados por Carneiro, observa-se também o reconhecimento da agricultura familiar como ator social do processo de desenvolvimento econômico, reforçado pela primeira política estatal da história brasileira voltada à agricultura familiar: o PRONAF⁵⁵; além da implantação de assentamentos de reforma agrária.

Esta também é outra característica do Programa de Vilas Rurais, em que há um forte apoio estatal para que a agricultura familiar encontre mecanismos de manutenção através da agricultura familiar, como se verifica nos projetos de fomento agrícola e geração de renda que foram ofertados aos moradores das vilas rurais em todo o Estado

⁵⁵ Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar, lançado em 1998 no Governo Fernando Henrique Cardoso.

do Paraná, através de um macro projeto, o Paraná 12 Meses, que dispunha de várias linhas de créditos para as mais variadas categorias de produtores familiares.

Já na implantação das vilas rurais havia a liberação de um recurso de R\$ 1.000,00⁵⁶, por família. Esse recurso poderia ser investido, a critério dos moradores, em atividades agrícolas, como compra de implementos, sementes, insumos, construção rural, aquisição de pequenos animais ou outras alternativas consideradas prioritárias pelos próprios moradores.

No caso da Vila Rural Salto São Francisco, após diversas reuniões com os técnicos da Emater, responsáveis pela elaboração do projeto, deu-se à escolha pela construção de uma instalação de 24 metros quadrados, em alvenaria, dividida em um compartimento usado como paiol, duas baias para criação de suínos, além de um cercado de tela para galinhas.

Em outras vilas do Estado, os moradores optaram por adquirir animais ou implementos, porém quando estes se viam em dificuldades financeiras, era a primeira coisa da qual se desfiziam, como forma de minimizar a crise. Outro problema gerado por este tipo de empreendimento, é que os projetos elaborados eram aprovados somente uma vez, assim quando os lotes eram abandonados ou revendidos, o morador da vila rural levava consigo os animais ou equipamentos que adquirira através do projeto, deixando o morador substituto sem o bem, e sem o direito de reivindicá-lo.

Desta forma a idéia do paiol, implantado na Vila Rural estudada, apresentou-se como uma boa alternativa, pois além do bem ficar agregado ao imóvel, ele também apresentava outras vantagens, sendo útil para guardar equipamentos, produção colhida e pequenos animais.

Observada a iniciativa de construção dos paióis, efetivada na forma de mutirão pelos próprios moradores, visto que o recurso do fomento viabilizava somente a compra dos materiais, bem como as diretrizes do Programa e a organização produtiva que lá se encontra, torna-se pertinente olhar para esta realidade com a perspectiva da pluriatividade.

Esta na verdade tem sido uma forte tendência em muitas regiões do país. Podendo significar tanto um mecanismo de estratégia de reprodução social das famílias

⁵⁶ Hum mil reais.

que não têm condições de se manterem exclusivamente com a atividade agrícola, como também pode expressar uma mudança no padrão de exploração agrícola (CARNEIRO, 2002, p. 225).

Contudo segundo GRAZIANO (1998), os dados sobre a população economicamente ativa (PEA), em áreas classificadas pelo IBGE⁵⁷ como rurais, mostram a tendência à diminuição do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas e o aumento destas em outras atividades suplementares de rendas, o que possibilita sua permanência no meio rural.

A pluriatividade está associada não só às atividades de serviço como também combinada à multifuncionalidade, alimentando, a partir disso, as discussões em torno das características que a ruralidade assume no momento. Contudo, a dificuldade em definir as delimitações dos espaços tidos como rurais no Brasil não se restringe às questões acima apontadas, mas vai além, considerando-se o significado a ele atribuído pelo órgão oficial de Estado, responsável pela estatística populacional⁵⁸.

Segundo CARNEIRO (2002, p. 225), o referido instituto define o rural como área de atraso, e de carência dos serviços públicos e sociais. Neste sentido, vê-se que disseminado, a partir dos órgãos oficiais, o reforço à idéia de um meio rural pobre, carente, onde nenhum avanço se encaixa.

Neste sentido MARTINS (2002), ao falar do futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural, faz uma análise da forma com que a sociologia rural tratou da questão do desenvolvimento rural no país. Para ele, houve uma produção voltada à difusão de inovações, cuja prioridade era a própria inovação, sendo que a temática da modernização acabou sendo um valor para os sociólogos rurais e não necessariamente para as populações rurais, porque, para elas muito freqüentemente a modernização tem significado desemprego, desenraizamento, desagregação da família e da comunidade, dor e sofrimento. Martins destaca ainda que, desde os anos sessenta, a modernização forçada do campo e o desenvolvimento econômico tendencioso e excludente nos vem mostrando que esse modelo imperante de desenvolvimento acarretou um contra desenvolvimento social responsável por formas perversas de miséria antes conhecidas em muitas partes do mundo. As favelas e

⁵⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁵⁸ IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

cortiços desta nossa América Latina e de outras partes, constituem enclaves rurais no mundo urbano, transições intransitivas, desumanos modos de sobreviver mais do que de viver. O mundo rural está também aí, como resíduo, como resto da modernização forçada e forçadamente acelerada, que introduziu na vida das populações do campo um ritmo de transformações social e econômica gerador de problemas sociais que o próprio sistema em conjunto não tem como remediar (MARTINS, 2002).

MOREIRA (2003, p. 117), apresenta também uma argumentação que vai ao encontro das ponderações feitas por Martins. Segundo ele, a agricultura familiar sempre foi tida no Brasil, como um setor excluído do progresso social, como uma espécie constante em nossa história econômica e cultural. Assim este setor passa a ser visto como se a exclusão do progresso fosse uma de suas características “naturais”, vinculando a agricultura familiar à noção de garantia da subsistência, mantendo a propriedade.

Neste sentido MARTINS (2002, p. 222) vai além, dizendo que debita-se sobre as populações rurais uma suposta e nunca comprovada resistência para as mudanças e a modernização, bem como o verdadeiro desastre que se seguiu ao período mencionado acima, assim sendo recaiu sobre as vítimas, a culpa.

Contemporaneamente, alguns fatores têm contribuído para que novas dinâmicas fossem estabelecidas no campo das ruralidades. A expansão crescente dos meios de comunicação, o acesso ao mundo da mídia eletrônica, através da grande colocação de antenas parabólicas, facilitando o acesso aos programas de televisão e telefonia celular rural, logo estreitaram-se as relações entre o universo urbano e rural.

Neste mesmo contexto, vê-se cada vez mais o campo sendo transformado em espaço de lazer, ou de residência fixa de pessoas de camadas médias da população urbana, que mudam-se para o campo buscando qualidade de vida.

Para CARNEIRO (2002, p. 226), a associação destas duas questões, somadas ao discurso dos ecologistas na década de 90⁵⁹, contribuíram infinitamente para a construção de uma nova vertente de representações sociais sobre o rural; que a partir

⁵⁹ Moreira (1999), coloca que a contemporaneidade ecológica tem adicionado a concepção dominante da agricultura familiar, a necessidade de gerar renda suficiente para manter a família e usar os recursos naturais de forma sustentável.

de então passa a ter uma valorização positiva nos aspectos de seu patrimônio cultural e espaço social.

MOREIRA (1999), ao analisar a agricultura familiar, seus processos sociais, e a competitividade discute a revalorização do pequeno produtor rural, através de temas como o da sustentabilidade da economia e da ecologia. Ao abordar a desvalorização ideológica cultural da agricultura familiar, coloca que a subordinação cultural é difusa e mutante, assim como o são muitas das significações sociais. Para ele “os significados que a cultura dominante atribui às formas sociais da agricultura familiar tornam-se elementos importantes na configuração de suas relações com o conjunto da sociedade” (MOREIRA, 1999, p.192).

Vê-se que a inferioridade atribuída ao mundo rural e por extensão ao produtor familiar, é de fato uma construção histórica onde muitos elementos sociais interagem, e a ser exteriorizada através das vias de comunicação da cultura dominante, acaba por ser interiorizada na consciência camponesa tornando-se uma verdade idealizada (MOREIRA, 1999, p. 192).

Emerge a partir desta consciência camponesa, agora revalorizada pelo discurso dos ecologistas, um rural idealizado como espaço de contato com a tranqüilidade, a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida. Essa imagem idealizada do campo, favorece e estimula o surgimento do turismo rural, que acaba por desencadear nos moradores do campo mudanças em seus costumes, hábitos e práticas cotidianas, fazendo surgir inclusive o reavivamento de festas, danças e celebrações das comunidades que a muito estavam deixadas de lado, contudo esse reavivamento ocorre muito mais para satisfazer os turistas do que como necessidade espontânea do grupo camponês.

A inserção deste processo faz surgir à diversificação e ampliação do mercado de trabalho. As necessidades recém postas, tornam cada vez mais complexas as relações, fazendo com que as famílias, que até então eram especializadas em processos agrícolas, tenham que reorganizar-se pluriativamente.

Contudo, CARNEIRO (2002, p. 226) compreende que este processo de inserção da pluriatividade, especialmente a turística, não fará com que a unidade familiar agrícola deixe de existir. Para ele o que ocorre é um redirecionamento do

trabalho, ou seja, parte das pessoas da família continua a dedicar-se a agricultura, enquanto as demais incorporam outras funções.

MARTINS (2002), porém vai além, ele atribuí também aos pesquisadores o compromisso de dar ao campo, e ao homem do campo, bem como as relações que ali se estabelecem, uma visão diferenciada como coloca:

as populações rurais, mais do que instrumentos da produção agrícola são autoras e consumidoras de um modo de vida que é também um poderoso referencial de compreensão das irracionalidades e contradições que há fora do mundo rural. São uma reserva importante de um tipo de inovação e criatividade que tende a ser destruído e que pode desaparecer (MARTINS, 2002, p. 225).

Assim, Martins chama a atenção para os processo de construção social dos conceitos e imagens que são projetadas para o mundo rural, observando que este não é um mundo à parte, descontextualizado, tampouco pode ser relegado a “maldição” de jamais desenvolver-se ou inserir-se em novas dinâmicas sociais. Os novos modelos de produção na agricultura familiar são antes de tudo formas contemporâneas de inclusão do mundo rural aos novos tempos da produção.

4.6 PROJETOS DE FOMENTO E GERAÇÃO DE RENDA NA VILA RURAL SALTO SÃO FRANCISCO

Uma vez mais, o governo de Jaime Lerner (PFL) mostrou estar afinado as demandas contemporâneas do mercado. Percebendo a força com que as experiências de pluriatividade e multifuncionalidade tomam o espaço rural na atualidade, o governo do Estado vislumbrando ter os moradores das vilas rurais inclusos em projetos desta natureza estimulou diversas intervenções através da extensão rural, buscando motivar ações empreendedoras que gerassem renda dentro da perspectiva da pluriatividade.

Para a Vila Rural Salto São Francisco⁶⁰, foram elaborados cinco projetos, um de fomento agrícola, já descrito neste trabalho, e outros quatro de geração de renda:

⁶⁰ As demais vilas rurais do Estado também tiveram seus projetos.

cozinha comunitária, plantio de uva, materiais e equipamentos para irrigação e equipamentos para produção de alimentação animal.

A cozinha industrial, que tinha como objetivo possibilitar a produção coletiva de produtos alimentícios para revenda foi implantada no interior da sede da associação⁶¹ de moradores, com recursos para a obra advindos da Secretaria Municipal da Agricultura, adequado a todos os critérios de vigilância sanitária, possibilitando a venda dos produtos.

Os equipamentos para a cozinha comunitária⁶², foram adquiridos visando implantar uma cozinha para produção artesanal de pães,ucas, bolachas, doces e queijos, que posteriormente seriam comercializados na Feira Municipal. Importante observar que no período que antecedeu esta fase, foram realizados cursos com o SEBRAE⁶³, acerca de gestão de pequenos negócios, finanças e empreendedorismo; e com a EMATER cursos de preparo de alimentos.

Após implantada a cozinha, as mulheres manifestaram preferência por trabalhar em casa, fator que inviabilizou o projeto coletivamente, contudo algumas utilizaram-se do conhecimento para produzir e comercializar os produtos, incrementando a renda familiar.

Quanto aos equipamentos adquiridos, estão sendo utilizados durante as festas ou jogos promovidos pela associação. O valor investido neste projeto foi de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), destinados às vinte e oito famílias residentes na Vila Rural.

O projeto de implantação dos parreirais surgiu por uma motivação do grupo ocasionada por dois fatores evidentes: um dos moradores estava trabalhando em uma propriedade rural próxima a Vila Rural, cujo proprietário estava iniciando investimentos nesta cultura em função da perspectiva que na época se tinha, de que naquela região seria implantada uma vinícola. Esta experiência nos é relatada pelo morador mentor da proposta para a Vila Rural, quando fala de suas expectativas com relação à Vila Rural:

⁶¹ Processo de construção coletiva, já descrito no tópico 4.0 deste trabalho.

⁶² Foram adquiridos: forno, fogão, freezer, cilindro elétrico e outros utensílios.

⁶³ SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, fundado em 1972 tem por objetivo trabalhar pelo desenvolvimento sustentável das pequenas empresas, auxiliando-as através da capacitação, organização de feiras e negócios.

Graças a Deus nós tem esperança de arcanjá mais, porque eu trabaiei três ano... com uva, e agora também eu tenho trezentos pé de uva prantado né! Então a gente cada vez mais que fazê uma coisinha pra vê se dá certo (T.A.S., 53 anos).

Nota-se que o morador não faz menção à influência que teve no processo de escolha dos demais moradores, provavelmente isso ocorra em função da própria história de vida, e também pela cultura ideológica que sempre teve que tomar como verdadeira: a condição do subordinado. Este morador, traz em sua história de vida muitas abnegações e a marca da plena exclusão no seio do grupo a que pertencia, como relatou muito timidamente em seu depoimento, quando questionado acerca de suas origens familiares:

Eu num tinha pai ... (faz um breve silêncio, engolindo a saliva) Sinceramente...não tem fio sem pai né. Mas nus caso eu num tinha né...e minha mãe também era mãe sortera né. Então eu fui criado mais pelas casa dus otros, porque eu morei em...por vários lugar, e aí foi indo, aí chegou uns certos tempo e eu inventei de...de...fazê uma rocinha, e aí eu tinha uns parente meu que me ajudo, e eu comecei trabaiano né (T.A.S., 53 anos).

Na verdade este não é o único morador que relata história de dificuldades e limitações muito precoces pelas quais passou, fator que consideramos importante para as relações que estes vivenciaram ao longo de suas vidas.

Quanto ao projeto, foram investidos R\$ 6.332,50 (seis mil trezentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), distribuídos igualmente entre dez moradores. Com o recurso foram adquiridas mudas, palanques de eucalipto, arame e catracas.

O que se observa é que nem todos se dedicaram ao cultivo da uva, porém muitos têm feito suas primeiras colheitas, tendo obtido recursos extras para implementar a renda familiar.

Em seguida, outros onze moradores da Vila Rural, participaram do projeto de aquisição de um forrageiro⁶⁴, para alimentação animal, onde foram investidos R\$ 7.194,00 (sete mil , cento e noventa e quatro reais).

⁶⁴ Forrageiro: equipamento movido à energia elétrica, utilizado para moagem de grama, alfavaca e milho, utilizados para a composição de ração animal de engorda.

Na avaliação dos técnicos do programa, este foi o projeto que mais retorno trouxe, em termos de geração de renda. Isto se confirma na fala de uma das entrevistadas ao falar da principal fonte de renda que a mantém na Vila Rural, conforme mostra o trecho abaixo:

Eu? Eu planto milho, mandioca, um pouco de amendoim. Eu faço confinamento de gado, isto é a minha renda, por ano né. Engordo um boizinho. No ano passado engordemo cinco ternero ali. Eu faço tudo, faço quirela, pasto tudo...pico a silagem né...com a máquina, e daí eu engordo, depois vendo e daí eu empato. Porque eu trabalhava fora... eu não vou mais trabalhá fora. Com esse dinheiro eu pago água, luz, prestação da casa né...Não tenho prestação atrasada...nada, ta tudo em dia. Luz também não. Nunca me cortarem até hoje! (C.C., 56 anos).

Apesar da satisfação dos moradores, segundo a avaliação técnica da EMATER, a área de terra disponível para os moradores da Vila Rural tornam o equipamento subutilizado. Na época da elaboração do projeto foi apresentada a proposta de aquisição deste em conjunto ou parcerias em duplas de vizinhos próximos, porém não houve acordo e acabou-se adquirindo um para cada família.

O último projeto desenvolvido, proposto e implementado ainda no governo de Jaime Lerner, foi o de irrigação. Neste foram investidos R\$ 4.310,00 (quatro mil trezentos e dez reais) distribuídos entre sete famílias. Foram adquiridos materiais de construção, bomba de água, caixas para água e mangueiras para irrigação.

Este material deveria ser utilizado para a instalação de sistema de abastecimento alternativo de água. Esta era uma antiga reivindicação do grupo, já que a água disponível na Vila Rural, tem custo elevado, inviabilizando o uso para irrigação. Como muitos moradores já tinham um poço raso perfurado em seus lotes, acreditou-se que, de fato, o projeto que tinha como meta ampliar a produção de hortaliças e moranguinhos para a venda na Feira Municipal, fosse concretizado. Isto não aconteceu, e os materiais adquiridos permanecem amontoados na propriedade.

Cabe retomar as discussões apresentadas no segundo capítulo deste trabalho, onde abordou-se a implantação das políticas sociais no Brasil, seus atrelamentos político-partidários e a descontinuidade dessas políticas mediante as trocas de governo.

Esta característica de descontinuidade das políticas mediante as trocas de mando a frente dos poderes, fica evidente no contexto das vilas rurais, visto que ao findar-se o governo de Jaime Lerner, em dezembro de 2002, extinguem-se também as intervenções dos agentes de Estado no interior destas, cessando também as linhas de fomento e crédito para esta modalidade. Outro fator agravante refere-se às características verticais dos projetos, ou seja, suas propostas e implementações partem dos gestores públicos sem uma prévia consulta das pessoas que irão ser atendidas, além de que nestes projetos são desconsiderados também os fatores culturais, sociais, geográficos e econômicos das mais diversas regiões.⁶⁵

Mesmo assim o que se pode constatar hoje na Vila Rural Salto São Francisco, é que o fato de as famílias terem hoje uma casa e possibilidade, para qual foram capacitadas, no sentido de buscar alternativas que garantam sua permanência no programa através da exploração de suas potencialidades em pluriatividades, é visível a melhora nas condições de vida e renda.

Esta melhora não é só uma constatação de caráter técnico, os próprios moradores têm esta percepção, que apesar da ausência do aparato estatal que lhes serviu de apoio para os primeiros tempos na Vila Rural, hoje eles estão mais preparados para o enfrentamento do cotidiano. É o que relata uma das entrevistadas, que hoje após oito anos no programa, aumentou sua casa em área igual a original, tem pequenos animais, antena parabólica e todos os utensílios básicos para a casa. No período de seleção ela morava em uma casa alugada, construída em madeira com muitas frestas, poucos móveis e uma visível fragilidade em dispor de alimentos e roupas:

A Vila Rural é aquilo que eu pensei...é mesmo! É só você ponha no capricho. É aquilo mesmo que pensei, que a gente trabaiano, não precisaria eu trabaia fora, eu podia cuidá da casa e ganhá o dinheirinho. Isso é aquilo que eu sempre pensei, e deu certo. Se o tempo ajudasse é isso mesmo. A Vila Rural é isso, basta você ter vontade de trabalha que dá. (H.M., 38 anos).

Este relato além de mostrar o sentimento da moradora em relação as possibilidades que tem hoje, faz lembrar também de outra questão relevante no que diz

⁶⁵ Ver Anexo D: Fotos da Vila Rural Salto São Francisco na Atualidade.

respeito ao modelo de produção e relações de trabalho estabelecidas no interior da Vila Rural, no que diz respeito a dinâmica familiar de trabalho. Quando foram para lá em junho de 1997, grande parte dos moradores do sexo masculino, estavam sem trabalho fixo, e muitas das esposas trabalhavam na condição de diaristas, domésticas, cuidadoras de idosos e outras atividades ligadas ao lar.

Nestas condições, tanto técnicos, quanto as diretrizes do programa, deduziam que esta dinâmica fosse mantida. Logo as mulheres permaneceriam em atividades fora da propriedade e os homens assumiriam integralmente os cuidados com o terreno e os pequenos animais. Contudo, após um certo período houve a inversão destes papéis, os homens partiram para atividades fora da propriedade, atuando como diaristas em outras propriedades, ajudantes de pedreiro, operadores em uma agroindústria localizada nas proximidades, que atua na produção de fécula de mandioca, enquanto que as mulheres foram assumindo a área de terra, trabalhando também com a venda de produtos artesanais como queijos, doces, crochê, perfumes, gás butano, fichas telefônicas, roupas, lingerie e enxovais⁶⁶.

Desta forma os homens assumiram a gerencia do lote, sem estar em tempo integral dedicado a ele, enquanto mulheres, jovens e crianças permaneceram no lote, implementando propostas oferecidas através dos cursos de extensão rural, desenvolvendo atividades que implementaram suas rendas.

Nestes termos, pautados nos autores já citados, compreende-se que ao discutir os aspectos da nova ruralidade camponesa, deve-se ter claro que não há um modelo cristalizado e homogêneo. Há, sim, uma visão de mundo que se pauta em relações sociais específicas históricas e temporais, que ao interagirem recriam os espaços do mundo natural e social, produzindo dinamicamente, novos conhecimentos e questões para serem analisadas.

O espaço da Vila Rural Salto São Francisco, é por certo um espaço dinâmico onde se criam e se recriam novos modelos e novas relações que estão contextualizadas nos conceitos que se tem de ruralidade, assinalando, contudo, a necessidade de um olhar específico e diferenciado.

⁶⁶ Importante consultar: KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Rev. Est. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.phpn>. Acessado em: 25 nov. 2004. Neste estudos a autora apresenta características específicas que as mulheres tem demonstrado, nos processos de inserção de novas tecnologias na agricultura.

4.7 A PRESENÇA FEMININA NO ESPAÇO DA VILA RURAL

Diante dos apontamentos feitos nas atividades desenvolvidas na Vila Rural Salto São Francisco, bem como considerando as análises feitas no tópico anterior em que foram tratadas as expressões da nova ruralidade expressa através das relações sociais, familiares e de trabalho constatadas no espaço da vila, julga-se necessária a retomada de algumas questões históricas referentes às mulheres da região sul, visto que a grande maioria das moradoras em questão descendem das etnias predominantes na colonização do sul do país: as italianas e as alemãs.

PEDRO (2001), ao escrever sobre as mulheres do sul do país, num estudo que trata das questões do gênero em todo território nacional, que fora organizado por DAL PRIORI (2001), expõe que seu trabalho não busca traçar um perfil único que identifique a mulher do sul, ou que as diferencie das outras mulheres do restante do país, visto que no sul encontram-se diferentes perfis femininos em diferentes períodos históricos, oriundos de diversas etnias e classes sociais.

Para ilustrar, PEDRO cita Auguste de SAINT-HILARIE, botânico francês que esteve no Brasil, no período de 1816 e 1822, descrevendo em suas anotações todas as percepções que tivera nas mais diversas regiões. Hilarie em seus apontamentos descreve as mulheres do Rio Grande do Sul, como sendo bonitas, e de pele clara, destacando que inúmeras destas mulheres estavam à frente do comando das instâncias, provendo sozinhas com o seu trabalho a sobrevivência da família, isto por conta das constantes ausências de seus maridos. Neste aspecto, é possível estabelecer comparação com o tópico anterior ao se mencionar a surpresa da equipe técnica, quando as mulheres da Vila Rural assumiram a manutenção do lote, da casa e ainda outras atividades de produção, incrementando a renda familiar. Por certo estas mulheres têm incorporado em si as experiências de suas mães e avós que viveram e cresceram inseridas no meio cultural do Rio Grande do Sul.

Lá o afastamento dos homens da casa era freqüente, primeiro em função do modelo de produção que estava pautado na agropecuária extensiva, além das batalhas e conflitos também muito freqüentes. Para a autora estes elementos foram substanciais

para que os homens assumissem o destaque nas guerras e nas atividades políticas, enquanto que as mulheres iam aos poucos rompendo as barreiras dos limites que lhes eram impostos em função das tarefas que se tinha socialmente definidas como masculinas.

Por outro lado, FALCI (2001) ao relatar o espaço do gênero feminino no Nordeste, coloca que apesar de também ter como base a economia pecuária extensiva e o latifúndio, as mulheres de lá eram treinadas para desempenhar o papel de mãe, e das chamadas prendas domésticas. Isso no caso das mulheres de famílias mais abastadas; viúvas e outras mulheres da elite empobrecida que comercializavam bordados, arranjos florais e doces. Já as mulheres pobres dedicavam-se a costura, ou trabalhavam na enxada desenvolvendo todo tipo de trabalho que então era considerado masculino, elas o faziam assim como as negras escravas.

PEDRO (2001, p. 288), referindo-se às mulheres de Santa Catarina, lembra que a colonização iniciada no vale do rio Itajaí em 1850 teve no trabalho das mulheres um forte apoio, enaltecido especialmente pelos coordenadores das colônias, visto que naquele momento a manutenção dos hábitos e dos costumes alemães dependia das mulheres, que lhes oferecia em um lugar tão inóspito, o conforto mínimo que somente com as prendas domésticas poderia ser melhorado.

Esta presença feminina teve influência direta na forma de organização das casas, a estética dos mobiliários, e a apresentação de quintais.

Com a acumulação das riquezas, já no final do século XIX, início do século XX, tornou-se viável a formação dos núcleos urbanos.

A partir do momento que se formam estes núcleos, a antiga casa que incluía o trabalho agrícola e o doméstico, ou ainda, uma oficina, comércio e o lar, modifica-se. Na nova casa, localizada, em geral, no centro do núcleo urbano, a função da mulher passou a ser a de zelar pela casa; sendo híper-valorizada pela fabricação de produtos caseiros. Esse modelo feminino afastava cada vez mais a mulher dos interesses econômicos que garantiam a riqueza da família (PEDRO, 2001, p. 290).

Vê-se, no sul do país, que estes elementos contribuíram para que o trabalho “das mulheres fosse “valorizado”⁶⁷, especialmente o trabalho doméstico, que era alvo

⁶⁷ Dentro daquele contexto histórico, com os juízos de valor que norteavam as relações do período histórico.

de críticas tanto de homens como de mulheres, visto que naquela cultura o homem deveria ser capaz de manter sua mulher. Além disso, havia um certo consenso de que as mulheres não precisavam e não deviam ganhar dinheiro em espécie (FALCI, 2001, p. 250).

Após as crises políticas dos primeiros anos da proclamação da república, profundas mudanças puderam ser observadas no *corpus* social, desde a configuração dos espaços físicos até a acomodação das camadas mais pobres da sociedade que, aos poucos, foram sendo expelidas para longe dos centros das cidades.

A inserção de mulheres e crianças no trabalho das fábricas que estavam se estabelecendo, ia aos poucos distanciando a imagem idealizada das mulheres que havia sido construída socialmente pelas elites urbanas. Em Curitiba, no Paraná, observa-se, neste período a valorização da figura materna, a qual, segundo o ideário positivista presente naquela região, deveria ser instruída para aperfeiçoar o esposo e educar os filhos para a humanidade.

Através de textos jornalísticos, fazia-se uma verdadeira apologia da mulher imigrante; além disso, havia uma tradicional prática de desqualificação do elemento nacional, bem como das mulheres luso-brasileiras. Atribuía-se às imigrantes de origem polonesa, alemã e italiana as características de mulheres ideais para constituir família, pois eram consideradas mais qualificadas e capazes de desenvolver, com dedicação e esmero, as atividades domésticas.

Este modelo feminino, impregnado de resquícios idealizadores, teve seus desdobramentos, muitos dos quais perduram até a atualidade, tanto que segundo GIULANI (2001), acreditou-se por muito tempo que a mobilização das mulheres trabalhadoras, fosse muito difícil, visto que sua inserção no mercado de trabalho era considerada irregular e provisória, prevalecendo a convicção de que elas eram as principais depositárias e reprodutoras dos valores patriarcais dominantes na sociedade brasileira.

A realidade da Vila Rural Salto São Francisco, agrega muitos dos elementos acima citados. A grande maioria das moradoras é migrante dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo descendente de origem alemã e italiana.

Todas relatam suas experiências familiares, dividindo o tempo entre os afazeres do campo, a ordenha das vacas e a organização da casa. Quando exerceram atividade remunerada atuaram também nas funções do lar, ou em propriedades agrícolas.

Notam-se essas características no relato da entrevistada, falando da casa de seus pais, e o que fazia lá:

O pai era o dono da terra, eu ajudava de tudo. Carpi, quebrá milho, debulhá milho. Era tudo manual, não era que nem agora.... Nos fim de semana cuidava da casa.... No fim de semana a casa ficava limpinha (H.M., 38 anos).

Da mesma forma quando fala da organização do trabalho na família que constituiu:

A gente foi morá pra Rondon lá a gente cuidava de gado leitero. Depois de lá a gente se mudou pra Maracajú dos Gaúchos, lá também a gente cuidou de gado leiteiro (H.M., 38 anos).

Atualmente na Vila Rural, a moradora entrevistada é responsável pelo cuidado dos pequenos animais; cuidados com a capina do solo, além da ordenha, da produção de cucas e pães, e de todo o trabalho doméstico. Seu marido trabalha como pedreiro e seu filho mais velho cursa o segundo ano de turismo, numa faculdade particular como bolsista. Conforme relata

Quem cultiva a propriedade aqui é eu né... os filhos ajudam, quando eles num tem trabaio fora (H.M., 38 anos).

O papel feminino designado no espaço rural, bem como a associação à etnia também estão presentes na fala das moradoras conforme o relato de uma delas:

A gente era tudo de origem alemã, a gente era tudo da lavoura. A gente era tudo da roça. Antes de ir pra escola a gente conhecia o cabo da enxada. Isso em Santa Catarina. Porque eu vim do Rio Grande com três anos. Tinha três anos feito quando meu pai entrou ali em Santa Catarina... Puro mato. Não tinha nada, nem se quer uma tabuinha ou um prego não existia. Só mato (C.C., 56 anos).

Esta mesma moradora nos relata as dificuldades, e as exigências do trabalho rural familiar:

Lá em Santa Catarina nós arrendamos terra... a gente plantava milho, fíjamos essas coisas a gente plantava né... Coltivamos 130 sacas entre fíjamos e soja. Nos últimos você não agüentava mais quase. A gente estava entregue. Sabe lá as terras são assim (aponta a posição inclinada do solo) e pra tu coltivar tudo e montar tudo, e de manhã cedo criava o dia, e no que tu enxergava os pés de soja ou fíjamos tu estava na lavoura. De noite no escuro se tinha lua até dez e onze horas patando soja... era tudo a muque, tinha só as trilhas de antigamente né.(C.C., 56 anos).

Essa participação efetiva da mulher nos processos de colonização de toda a região, especialmente do Estado de Santa Catarina, que é tratado por PEDRO (op. cit., p. 288) é evidente. Para a autora na divisão sexual das tarefas, cabia às mulheres de Blumenau não só o trabalho doméstico, mas também boa parte do trabalho considerado produtivo, sendo que a colonização iniciada no Vale do Rio Itajaí em 1850⁶⁸, teve no trabalho feminino seu apoio.

Da mesma forma, com que organizou a Vila Rural, onde a escassez de mão-de-obra, causada especialmente pelo fato de os casais serem ainda jovens e os filhos pequenos, não foi possível a separação do trabalho em atividades masculinas ou femininas.

Esta condição da participação efetiva e indiscriminada no processo, deram a elas o conhecimento acerca do projeto e suas diversas fases. Percebe-se esta abertura para a manifestação das opiniões durante o processo de entrevista; observações que Brenneisen também faz ao analisar a organização cotidiana em um assentamento rural no Oeste do Paraná:

⁶⁸ Período em que ocorre a aplicação e regulamentação da Lei das terras, que apesar das consistências definiu as terras devolutas e estabeleceu critérios de legislação da propriedade territorial.

Embora se trate de famílias camponesas nos moldes tradicionais, com todas as relações de autoridade pré-estabelecidas historicamente, acreditamos que pelo fato de serem mais jovens (a média de idade dos assentados é de 37 anos) essa relação embora timidamente, já se torna mais atualizada, com uma abertura maior para o diálogo e à participação da mulher em assuntos que antes restringiam-se aos homens (BRENNEISEN, 1994, p. 142).

De fato, percebe-se que tanto homens, como mulheres e outros familiares presentes aproximavam-se do entrevistado, contribuindo com dados e opiniões. Observou-se, contudo, que as falas das mulheres passavam por um crivo de permissão do marido, de forma especial aquelas falas que se referiam ao futuro da propriedade e da família. Ficou evidente que o planejamento da vida daquelas famílias passa necessariamente pelo mundos masculinos, que divide com a mulher somente o afazer cotidiano; como mostra o depoimento de uma das mulheres entrevistadas, que concedeu a entrevista ao lado do marido e de duas filhas; durante suas falas houve interferências, mas estas não fluíam para a possibilidade de questionamento quanto à posição da mulher na casa.

Sobre a possibilidade de deixar a Vila Rural, a entrevistada assim se manifesta:

Não eu não. Da minha parte não. Num sei o João, assim pra vende, pra ir embora pra cidade (olha para o marido)... não. Se fosse vende só se fosse com a expectativa da melhora né (A.O., 47 anos).

Na verdade, as mulheres que foram entrevistadas diretamente não manifestaram descontentamento com relação a essa submissão ainda existente e ainda velada. Ao manifestarem mágoas, o fazem trazendo questões afetivas, relacionadas à corporeidade e à feminilidade. Entre lágrimas, com olhares distantes, elas reclamam apenas o reconhecimento de sua importância no seio da família por parte de seus companheiros, que nada manifestam. A experiência relatada por outra entrevistada, viúva e com um outro companheiro, revela que, apesar do pouco tempo que reside com ela, também faz interferências na entrevista participando desta por um longo tempo.

Nóis tinha comprado um pedacinho pra nós, então de terra, mas infelizmente meu marido pauliô tudo fora; levando nos lugares onde não era necessário. Sabe aqueles lugares.... Nesta época eu só tinha só o piá né. Perdi três filhos entre o mais véio e a mais nova... fiquei trinta

e três dias internada, a primeira vez. Depois eu tava de novo daí me deu aborto. Lava roupa no sol quente na água do rio... e o outro faleceu, nasceu mais não durou vinte e quatro horas... Depois de tudo eu fiquei com uma mão na frente e a outra atrás, e em 1999 eu já era separada (C.C., 56 anos).

Após essa fala, a moradora chora muito e pede desculpas pelo choro. Esta ética imputada ao feminino é abordada por FALCI (2001, p. 269) quando diz que a mulher do nordeste estava sujeita a um intenso nível de violência nas relações conjugais no sertão. Não uma violência física, mas uma violência do abandono, do desprezo, ocasionado pelas escolhas feitas apenas com bases econômicas e políticas.

MENEZES (2002), em seu estudo a respeito das pessoas que vivem, trabalham e migram, no mundo das usinas de açúcar do Nordeste, Agreste e Sertão, faz também menção a um desses momentos de choro durante a entrevista, comentando também o instrumental metodológico utilizado para a realização da entrevista, a autora relata:

Outro aspecto de entrevistas semi-estruturadas e histórias de vida são os sentimentos que emergem durante o ato de lembrar. Para algumas pessoas é um momento de alegria, enquanto, para outras, de tristeza. Um homem começou a falar sobre sua infância e desatou a chorar. Lágrimas escorriam por sua face e ele emudeceu. Isto chocou-me e interrompi a gravação de imediato... Este caso mostrou que a preparação prévia nem sempre garante que a pessoa estará descontraída durante a entrevista, ou propensa e emocionalmente preparada para relatar sua história (MENEZES, 2002, p. 41).

WANDERLEY (2003), em seu estudo acerca de como as populações, indivíduos, famílias, grupos sociais, envolvidos em processos de reforma agrária vivenciam a experiência, também faz menções e, de certa forma, enfatiza a presença do choro nas entrevistas realizadas. Ao relatar esses episódios, a autora chama atenção para o fato de que em ocupações, os sentimentos de vergonha e medo estão muito presentes, pois existe a preocupação das pessoas em serem confundidas com delinquentes, fato que é pouco considerado nos estudos sobre movimentos sociais. Para WANDERLEY (2003, p. 240-241) os atores que participam de atos como em ocupações de terras ou prédios, sentem uma forte necessidade de justificá-los socialmente, de forma a assegurar a legitimidade de suas ações.

Na verdade, todos os trabalhos mencionados sugerem que a presença do choro pode ter vários significados: sentimento de culpa, perda, arrependimento ou raiva. No caso das mulheres, de maneira especial, a presença do choro pode revelar que os longos “calar-se” diante da vida, talvez seja uma herança ainda existente nos casamentos mais antigos que ainda perduram, visto que os hábitos e as crenças, os costumes e os valores fundadores do meio camponês repetem-se de norte a sul do país; fazem parte da vida das mulheres da Vila Rural, tendo elas vindo de qualquer região do país que seja.

4.8 O ACESSO A TERRA: PRIORIDADE MASCULINA

No tópico anterior falou-se acerca da presença masculina no planejamento e gestão da propriedade familiar rural e também da relação de submissão, ainda que sutil, que as mulheres ocupam no dia-a-dia, mesmo atuando diretamente na produção e em outros processos de geração de renda.

As raízes históricas do campesinato nas regiões coloniais do sul do país, que foram reproduzidas por muitas gerações de agricultores familiares trazem à tona o padrão cultural, que atribui à mãe o papel de repassar para as filhas o aprendizado do protocolo do casamento.

WOORTMANN (1995, p. 157), em sua tese de doutoramento, enfatiza o casamento como uma das categorias mais importantes no contexto de análise do campesinato. Segundo ela, entre os camponeses casar não é uma simples gestão de escolha individual; “a rigor não são apenas dois indivíduos que se casam, mas duas famílias que entram em acordo. Trata-se de um *affaire de famille*”.

STROPASOLAS (2004), ao questionar os valores culturais na agricultura familiar, colocando em relevo as diversas representações do casamento, afirma que: “diferentemente de outras categorias sociais, o camponês é ou procura ser, de maneira geral, proprietário da terra, dono dos meios de produção, trabalhador; e chefe de família, sendo este o ator principal”.

Contudo, apesar da unidade agrícola familiar ser organizada como se fosse coletiva, traz também inseridas suas contradições. Segundo PAULILO (2000, p. 4), nas

regiões coloniais em que predomina a agricultura familiar, há um padrão de sucessão que comporta variações e exceções, contudo os filhos homens são prioridade em receber as terras como herança, enquanto as mulheres a recebem com o casamento.

Esta temática também é tratada por SANT'ANA (2004) quando analisa as estratégias dos produtores familiares em relação à divisão de herança e à sucessão, bem como as formas para aquisição de novas áreas.

Para ele, comumente a divisão da herança é patrilinear, associada ainda a preconceitos que pesam contra a mulher. Seu trabalho não é valorizado quando solteira, pois mesmo que esteja trabalhando com a família, e especialmente em atividades domésticas, as áreas de terra adquiridas, ou partilhadas são registradas em nome dos irmãos homens, e ao casar freqüentemente não lhe oferecem oportunidade para continuar com o marido na propriedade do pai (SANT'ANA, 2004, p. 7).

WOORTMANM (1995, p. 336) ao abordar a exclusão das mulheres, expõe que a justificativa pauta-se no argumento de que, ao se casarem, elas recebem a herança do marido e que a terra é vista como um patrimônio a ser mantido pela família, pois só o homem “carrega” o nome da família.

Ao entrevistar os moradores da Vila Rural, é possível encontrar relatos de partilha em suas vidas pregressas, de inúmeras formas, contudo verifica-se que os atuais moradores não foram herdeiros da propriedade do pai.

Para SANT'ANA (2004, p. 8), a escassez de terra e de recursos faz com que as estratégias de divisão da herança busquem manter apenas uma parte dos filhos na propriedade, mas de forma viável, em termos de produção e renda. Isto, segundo ele, é realizado pela ética do trabalho, que exclui da sucessão aqueles que não participam da construção/ampliação de outras alternativas de reprodução social, mesmo que desiguais, para os não herdeiros, que poderia ser a cedência de um dote ou o estudo, pois ao receber estudo o este estaria abrindo mão de sua parcela de herança.

Esta constatação do autor também se faz verdadeira no universo da pesquisa; a fala de um dos moradores da Vila Rural, confirma esta prática em sua família:

A propriedade era nossa. Aqueles dez alqueires que o pai comprou, depois então foi feito o inventário, daí nós passemos pros dois fio mais novo. Num dianteva reparti que ia dá $\frac{1}{2}$ arquere pra cada um. Nós doemos pros dois mais novo pra cuida da mãe quando o pai

faleceu, depois daí eles ficaram com os dez alquere e cuidando da mãe. O que eles fazia era deles, nós num tinha nada que se mete nos negócio deles (A.B., 60 anos).

Existem ainda casos de famílias que no auge da modernização da agricultura, ao final dos anos sessenta, venderam toda a propriedade, para migrar para outras regiões, como o Paraná. No entanto, a falta de conhecimento ou habilidade em lidar com recursos financeiros acabou dissipando os recursos dessas famílias, que tinham o intuito de adquirir uma propriedade maior, capaz de abrigar todos os filhos com suas respectivas famílias. Assim nos relata o morador, cujo pai tinha onze filhos:

Os meus irmãos na época foram casando e morando lá, depois foram pagando arrendamento fora. Era três arqueres, só que o arquere lá de Minas Gerais, lá pro lado do Nordeste da Bahia é o arquirão, e aqui no Paraná é o arquere paulista. Dá o mesmo tamanho. E depois que eu me casei daí veio meu irmão... um dos mais velho, veio pro Paraná e gosto do Paraná. E aí vortô pra trais, e fazia comentário que o Paraná era bão né. Aí meu pai vendeu aquele sítio. Dividiu um pouco de dinheiro, com aqueles que ia ficá lá né, e o resto nós veio embora.

Mais nós num vendemo tudo à vista, aquelas terra que dava pra compra já tinham aumentado, não compramo mais, e aí fiquemo pagando renda. Depois meu pai adoeceu, a gente gastou um tanto com ele, do mesmo dinheiro que é o resto né, e acabando ninguém comprou mais nada... e aí fomo morá nas terra dus outro (O.L.F., 64 anos).

A questão da herança vincula-se diretamente à relação que se estabelece com os bens e com a propriedade, em toda a América Latina. Neste sentido DEERE e LEON (2004) apresentam um estudo que trata das diferenças de gênero em relação à propriedade fundiária na América Latina.

Para a autora, a desigualdade de gênero na posse de terras está relacionada à preferência masculina no momento da herança, ao privilégio masculino no casamento, ao viés masculino em programas comunitários e estatais de distribuição de terras.

Neste sentido, é relevante ressaltar que o programa de Vilas Rurais, regulamentou a documentação dos terrenos em nome preferencialmente do homem da família, mesmo que em muitos casos, a maioria, ambos estivessem em igualdade de condições: desempregados; ou em outros casos, a mulher trabalhando e o marido desempregado, o fato que chama a atenção é que, para os programas habitacionais urbanos, a preferência da documentação recai sempre sobre a mulher, pois na avaliação

dos técnicos dos programas ela é mais propensa em manter as prestações em dia, bem como manter o bem.

Estas observações não estão formalmente descritas nos manuais de nenhum dos programas, mas cultural e tecnicamente presentes nas avaliações dos agentes de política de estado. E de certa forma, tornam-se uma verdade que as pessoas conhecem sem saber definir a origem; exemplo disto é a fala de uma moradora da Vila Rural viúva, a respeito de sua expectativa quando fez sua inscrição e o fato de temer não ser selecionada em função do seu estado civil, conforme relata:

Eu fui cuidá uma noninha de oitenta ano, pra cá do seminário (Seminário localizado na estrada de acesso para a Vila Rural), ali em baixo. Ali naquele matinho pra cá daquela curva, ali aquela noninha eu cuidei... um ano e pouco. Daí me deram a conta também. E enquanto que tava lá eu fiz a inscrição pra Vila Rural aqui. Eu escutei aquela reunião que tinha né, mas era casais, mas eu num sô casais, eu sô sozinha. O que que eu vou fazer lá naquela reunião eu pensei ... (C.C., 56 anos).

De fato, houve muitas interrogações nas reuniões da Comissão Municipal, que selecionava as famílias para o Programa, as dúvidas recaíam em torno da capacidade de uma mulher viúva, com uma filha pré- adolescente, em manter o terreno.

Não se considerou, naquele momento, a história de vida que a trouxera até ali, os começos e recomeços a que se submetera para se manter com dois filhos pequenos, durante longo período de sua vida.

Superadas as resistências da equipe técnica, essa moradora fez excelente adaptação na Vila Rural, membro ativa da associação de moradores, ocupou, por diversas vezes, funções na direção desta. Tendo se destacado perante o grupo quando uma das vizinhas perdeu o marido, logo após a mudança para Vila Rural, ela serviu como referência e apoio à família.

Quanto ao seu futuro na Vila Rural é incisiva em afirmar:

Já veio gente aí, pedi pra eu fazê um preço, só que o meu lote num tem preço por enquanto. Só tem que ser muito difícil pra eu saí daqui (C.C., 56 anos).

Por certo um dos grandes conceitos que permearam a trajetória desta entrevistada, foi o conceito cultural de que a agricultura comporta, socialmente, uma função masculina, independentemente do quanto as mulheres nela trabalhem.

A maioria das mulheres trabalhadoras rurais tem limitações para ascender à propriedade da terra, principalmente por imposições de ordem cultural, existindo, na prática, um predomínio do direito masculino na herança da propriedade. O acesso a terra, tem na cultura camponesa um forte significado. O hábito de passá-la para os homens da família faz com que o predomínio de propriedade permaneça masculino. (ABRAMOVAY, 2000, p. 352).

Esta cultura reproduzia-se, inclusive, na política de reforma agrária, em que se utilizava uma linguagem obscura quanto à inclusão das mulheres; atualmente porém, houve mudanças neste sentido, passando-se a adotar o nome do homem e da mulher nos documentos das propriedades.

A observância de incorporação igualitária de critérios referentes à questão de gênero teve o seu marco inicial no ano de 1971, quando o México retirou de sua legislação de reforma agrária os critérios discriminatórios.

Em seguida, a Nicarágua, Brasil e Honduras também implementaram medidas de correção às suas legislações, no sentido de extrair os itens discriminatórios contra a posse de terra por parte das mulheres.

Porém, ABRAMOVAY (2000, p. 352), chama atenção para o fato de que o acesso à tecnologia para as mulheres agricultoras é praticamente nulo, na medida em que prevalece a concepção de que o homem é o principal ator a trabalhar com a terra, desconsiderando dados que apontam a crescente presença das mulheres em grande parte dos trabalhos na lavoura. Da mesma forma, as capacitações são dirigidas aos homens, treinando-os para o processo produtivo enquanto as mulheres são capacitadas para os cuidados com a casa e os filhos. Desta forma não se questiona a divisão sexual do trabalho, e reforça-se a invisibilidade do trabalho feminino tornando ainda mais lento a passagem da cultura da posse masculina das terras.

Para DEERE e LEON (2004, p. 16), nos novos códigos que seguem estritamente princípios neoliberais⁶⁹, a propriedade da terra potencial é investida em

⁶⁹ Equador, Honduras, México e Peru.

todas as “pessoas físicas ou jurídicas”, implicitamente estabelecendo que homens e mulheres podem ser proprietários de terra e beneficiários de Programas estatais⁷⁰, além da fundamental importância de haver dispositivo como a escrituração conjunta ou o reconhecimento da condição da mulher chefe de família.

No Brasil, associada a todas as demandas já expostas, no que se refere à questão das mulheres e à distribuição da herança camponesa, a pesquisa trouxe à tona elementos muito atuais na ampliação da discussão desta questão.

Verificou-se que, com exceção de um dos entrevistados, não houve nenhuma menção à questão da propriedade adquirida: lote da Vila Rural, enquanto bem passivo de herança. As pessoas declaram não ter interesse em deixar ou vender o terreno, especialmente por julgarem-se “velhas” para novos empreendimentos.

Percebe-se que, de certa forma, todo o valor, gratidão e o orgulho que sentem em relação a terra, trata-se na verdade de um resgate que estes estão fazendo com suas histórias de vida e com a figura paterna.

As expressões faciais, os olhares distantes, as lágrimas, falam de uma relação de dívida; do filho que retomou aquilo que o pai perdeu. E aí parece romper-se o fio que os liga ao campo; quando convidados pela entrevista a projetar um futuro, projetam-no somente para si, recebendo os netos na Vila Rural, mostrando as plantas e animais; seus filhos, por sua vez, são referidos como trabalhadores na cidade. Este é o ponto frágil, sensível de um futuro muito incerto, afinal, desta forma a história seria repetida com um final diferente, pois não estaria então plantada nestes filhos a semente de esperança de que o campo é um bom lugar.

O único entrevistado que fez esta projeção – dizendo que seu projeto de futuro é deixar a casa e o lote da Vila Rural, como herança, para o filho – tem, na verdade, duas questões que o diferenciam dos demais: primeiro, o casal só tem um filho; segundo, sua mulher é herdeira em sistema de uso fruto de uma outra propriedade rural, onde vivem os pais dela, muito próxima à Vila Rural.

Contudo a uma outra família, com expectativa de receber uma colônia de terras por parte da mulher, cujo filho mais velho está cursando Turismo e não há

⁷⁰ Mesmo sendo um progresso em relação às leis de reforma agrária do passado, que faziam com que apenas os chefes de família fossem os beneficiários, essa legislação não é tão favorável quanto os códigos agrários que estabelecem que homens e mulheres têm direitos iguais à posse da terra e esses últimos países incluem Bolívia, Brasil, Colômbia, Honduras, Nicarágua e outros.

indícios, falas ou qualquer sinal, por parte de ambos, que projete o futuro dos dois filhos no campo.

Observou-se, porém, que o filho do casal que deseja vê-lo no campo, deixou os estudos há muito tempo e, segundo relatos dele próprio e dos pais, tem dificuldade de aprendizado. Este pode ser o fator que limite nos pais as expectativas de que ele venha a ter outra profissão.

Sabe-se, porém, que em função da faixa etária dos filhos, para grande parte dos pré-adolescentes, jovens, adultos e crianças, caberão ainda observações futuras. CARNEIRO (2004, p. 3) aponta para essa perspectiva, pois – em trabalho que analisa a questão dos jovens e o padrão de herança e sucessão numa colônia italiana do Rio Grande do Sul- sugere que não há mais uma regra a seguir, fica em casa aquele que tiver “mais aptidão” para a agricultura e “menos vocação para os estudos”. Pressupõe, também, que a antiga e tradicional regra de que o mais novo deveria ficar, passa a não prevalecer em função dos projetos individuais e das aptidões pessoais. No caso da região estudada a flexibilidade é também limitada pela necessidade de um sucessor. Nos casos de morte ou invalidez do pai, há sempre um filho que retorna a casa para dar continuidade ao projeto familiar de exploração agrícola.

Dados da pesquisa da autora apontam que não há registros naquela região de venda de propriedade, devido à ausência de um sucessor, pois o compromisso moral com a família é ainda muito forte, proporcional ao reconhecimento da “ajuda” familiar, o que cria uma situação de dívida, jamais quitada.

Cabe no caso da Vila Rural, por não ser uma propriedade familiar de longo período, e também em função da pouca idade dos filhos, acompanhar os desdobramentos futuros.

4.9 PROPRIEDADE, LIBERDADE E AUTONOMIA

Invariavelmente o morador da Vila Rural teve em sua vida pouco espaço para o exercício da liberdade e da autonomia, pois trabalhara ao lado do pai, em uma época em que os valores sociais davam a este a plena autonomia em todas as decisões familiares. Além disso, neste período dos anos 60, 70 até o final da década de 80, o regime militar, que comandava o país e, indiretamente, todas as relações sociais, em nada favorecia para que as pessoas obtivessem liberdade ou autonomia.

Deve-se considerar, ainda, o modelo das relações que se construíram historicamente desde o Brasil Colônia até às populações rurais, pois ali o trabalho escravo e a exploração pautavam as formas de trabalho que iam sendo construídas. Vítimas de um sistema dominador e explorador, homens e mulheres negras, mulatos e ex-escravos construíram, em paralelo, um mundo idealizado, onde a grande busca era a liberdade.

Mais tarde, em função das mudanças que ocorriam no cenário político mundial, vinha à tona a eminência de profundas mudanças no modelo de produção colonial que, às vésperas de terem seus escravos abolidos, esperava-se a colocação nos postos de trabalho daqueles que haviam sido excluídos do trabalho nas fazendas⁷¹, por serem considerados desclassificados em função de sua origem. No entanto, a colocação desta parcela da sociedade não aconteceu, e uma vez mais estes foram desclassificados em detrimento da importação da mão-de-obra.

Para BRENNEISEN (2002, p. 251), o que se ocultava por trás da opção por imigrantes era a desqualificação, por parte dos fazendeiros, dos “brasileiros” ou caboclos, além da mentalidade senhorial, que permanecera intacta mesmo após a abolição da escravatura, quando se procurou oferecer aos trabalhadores brasileiros o mesmo tratamento dado aos escravos.

Para os imigrantes recém-chegados, o tratamento também não era muito diferente, muitos eram colocados a trabalhar em condições precárias subjugados aos seus patrões, que lhes vendiam alimentos a preços exorbitantes, manipulando um sistema financeiro, interno nas fazendas, onde o imigrante sempre estava em dívida.

⁷¹ Para maiores detalhes ver: KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

Esse conjunto de fatores aviltantes e degradantes afastou os homens livres, que fizeram a escolha de viver de forma itinerante, em vez de estarem submetidos ao trabalho assalariado oferecido pelos senhores da terra. Estabelece-se, pois, a partir disso, um ponto de convergência entre o trabalhador livre e os imigrantes recém-chegados, uma vez que ambos almejavam liberdade e autonomia.

O imigrante que veio ao Oeste do Paraná apostou e o fez em busca de uma vida nova, de terras e de trabalho por conta própria. Os imigrantes trabalhadores em lavouras cafeeiras almejavam, ainda, saldar as dívidas contraídas com o fazendeiro, a fim de conquistar sua liberdade e outros objetivos. Sendo assim, tanto o homem livre nacional como os imigrantes, buscavam sempre a preservação da liberdade. O desejo de ser dono da própria vida, de ser livre são elementos presentes ainda hoje no imaginário social do povo brasileiro (BRENNEISEN, 2002, p. 252).

Por certo o morador da Vila Rural não ficou intacto a este processo histórico no qual ele sempre esteve inserido, ora como espectador, ora como protagonista, porém de maneira geral este trabalhador aproxima-se muito do perfil do trabalhador livre nacional, quando comparado ao trabalhador rural integrante de movimento social. Isto porque o morador da Vila Rural não expressa suas indignações, frustrações e anseios; apresenta-se como ser resignado, passivo, aceita e busca justificar pacífica e pacientemente as contínuas migrações, demissões e privações as quais esteve submetido ao longo de sua vida.

Neste sentido, aproxima-se largamente do trabalhador descrito por MARTINS (2000) ao se referir à história dos pobres da terra no Brasil.

É infelizmente, ainda, uma história de sujeições. Não soa a sujeição à opressão do latifúndio, da servidão que há nela, más, também, da falta de liberdade e de condições para dizer a própria palavra. O silêncio dos pobres não vem apenas da clausura cultural em que vivem. Vem também da usurpação da palavra, do querer e do esperar por parte daqueles que, ao pretenderem generosamente ser solidários, acabam impondo-lhes um novo e mais grave silêncio, o da fala postiza e inautêntica, anômica (MARTINS, 2000, p. 69).

No caso da Vila Rural Salto São Francisco, a fala postíça à que se refere Martins⁷² é muito clara e evidente. A despolitização dos moradores – bem como sua história de vida e de cultura – reforça, para alguns dos moradores entrevistados, a idéia de um Estado benfeitor, e de pessoas caridosas que lhes deram oportunidades no decorrer de suas vidas.

Neste sentido, outra observação muito pertinente nos é fornecida por MARTINS (2000) quando supõe que politicamente somos de vocação liberal, mas de um liberalismo fundado nas tradições do poder pessoal e do clientelismo político.

MENEZES (2002), em seu estudo acerca dos migrantes das usinas de açúcar no Nordeste, também fala das concepções de algumas das pessoas entrevistadas, e, em algumas vezes, percebeu a manipulação do próprio grupo, no fornecimento de informações com vistas a obter favores, conforme nos mostra o relato:

O clientelismo estava presente no discurso de Marlene, que freqüentemente mencionava que o remédio indicado pela vizinha era muito caro e ela não tinha recursos para adquiri-lo. Ela tentava sensibilizar-me para obter ajuda. Alguns informantes manipulavam a sua posição social inferior na construção não só de discursos, mas também de expectativas, interesses e demandas diante do pesquisador. Nestes casos, ocorrem situações com traços clientelistas (MENEZES, 2002, p. 36).

A autora lembra ainda que esta é uma prática enraizada, em todos os níveis de relações que se tem no Nordeste brasileiro, ricamente discutida na literatura sociológica, aliás, nos apontamentos da autora vê-se que, de fato, a relação pautada na ajuda por troca de favores, tanto pode partir do Estado, ou ente político em relação às populações atendidas, como pode ser gestado e nutrido no seio destas comunidades, que, muitas vezes, vendem seus votos e afeições em troca de favores.

MARTINS (2000, p. 52), ao discutir a modernidade, também aborda a questão do clientelismo; para o autor, o cidadão, em inúmeros casos, torna-se uma imitação, pois seu comportamento eleitoral e político é subjugado por deveres de lealdade, próprios da dominação pessoal e do clientelismo. Esta conduta, por ser desprovida de crítica social consistente, não revela a verdade sobre a real opção de vida do indivíduo.

⁷² Quando Martins usa o termo fala postíça, ele está se referindo as lideranças do Movimento Sem Terra, porém utilizamos esta terminologia por ver nela a possibilidade de expressar as observações feitas neste estudo.

Paralela e complementarmente às inquietações do mundo moderno, vê-se que ao usurpar das pessoas a autonomia, o Estado tira-lhes também parte de sua auto estima. Para os moradores da Vila Rural Salto São Francisco, todos os projetos frustrados, os negócios que não deram certo, as migrações constantes, a falta de recursos materiais, a impossibilidade de acesso aos bens sociais, são situações incorporadas por eles como fracassos pessoais.

Neste sentido, um dos pilares do ideário liberal se reproduz, pois o liberalismo apregoa que todos os homens têm direitos iguais, logo aqueles que foram dedicados e trabalhadores o bastante terão tudo o que o outro conquistou. Nega-se no discurso do Estado que as oportunidades das pessoas restringem-se de acordo com sua condição material de chegar até elas.

Assim o morador de Vila Rural, que também fora trabalhador volante ou agregado, busca e almeja, tão-somente ter autonomia e possibilidade de escolhas, com o intuito de provar a si e a sociedade que também é capaz de progredir, mesmo que o limite para este progresso esteja limitado à posse do lote.

Desta forma encontra-se ressignificado, no interior da Vila Rural Salto São Francisco, muitos dos valores fundadores do ideário liberal, embora não tenha havido no seio deste grupo uma história de organização política ou de movimentos sociais. A ausência desta organização política faz com que suas falas não se fixem a um propósito, a uma direção; permanecem, sim, associadas a emoções e sentimentos em vez de se estruturarem como objetivos políticos consistentes.

Ouve-se entre eles, com muita frequência, a expressão “liberdade”, fator que motivou a pergunta: “O que é a liberdade para você?” Invariavelmente as respostas, estiveram associadas aos propósitos da autonomia, como se pode perceber na fala de uma das moradoras, abandonada pela mãe aos doze anos de idade; e que por orientação da família com quem vivia, cujo vínculo com sua família de origem era o compadrio, casou-se com quinze anos de idade, hoje é mãe de dez filhos e durante toda sua vida trabalharam como assalariados em grandes fazendas, primeiro nas plantações de hortelã e posteriormente nas monoculturas de trigo e soja.

Durante as entrevistas a moradora não demonstrou nenhum sentimento de mágoa, perda ou ressentimento com relação ao seu passado, deixando claro com falas e

gestos que não tem preocupações com o futuro, sente-se protegida pelo marido que seus padrinhos escolheram, e aceita o destino que teve sem questionamentos, para ela a liberdade é:

Acho que é quando a gente tá no que é da gente. A gente pode prantá ... num tem esse negócio, dos outros vim dá palpite: “Ah! Por que você prantô isso, num era pra prantá isso”. Sê pode prantá o que sê qué. Também tem feira. Eu planto de tudo, eu mando na feira. Se vendeu, vendeu, se não vendeu traz de volta. A gente tá no que é dos outros é difícil. Naquele tempo que agente morou lá na Maripá,⁷³ mesmo, tanto tempo lá ... e a gente não tinha nada (A.O., 47 anos).

Durante a entrevista, as três filhas menores e o marido da entrevistada, estiveram presentes. Observou-se que apesar da postura resignada da esposa, existe entre ambos cumplicidade, e a entrevistada tem no interior da família, voz, assumindo certa liderança nas decisões familiares, contudo o faz com muita sutileza.

Esta moradora, assim como outros entrevistados entendem a liberdade, e a definem como uma possibilidade de escolha, a condição de dizer não e o controle de si perante o outro, independente de quem seja esse outro. Desta forma, a liberdade lhes dá, segundo sua compreensão, a condição de igualdade, não nos aspectos sócio-econômicos, mas no aspecto da dimensão humana, pois de certa forma para estas pessoas em suas falas e expressões, fica presente a idéia de que quando desprovidos de referências, com o endereço fixo, casa própria estes sentem-se inferiores e sub julgados àqueles que lhes compram seu serviço. Há uma percepção de que a compra de sua mão-de-obra é também um favor, um benefício que o fazendeiro ou sitiante lhe faz. Neste sentido, fala um dos moradores:

Ser livre é... significa muita coisa né. A gente vai trabalhá, se a gente pode é trabalhá pruma pessoa a gente vai, se você mora de favor dele, você é obrigado ir. Mesma coisa que um empregado, às vezes tá cansado, tá doente, mas ele tem que batê cartão (O.L.F., 64 anos).

⁷³ Fazenda de propriedade de um dos colonizadores de Toledo, onde a família trabalhou por quatorze anos.

Este morador traz um novo elemento: a idéia que se tem do trabalho assalariado, ele próprio jamais trabalhou como tal, porém deixa subentendido que o trabalho rural, por não ter certos métodos de controle o fazem mais livre que aquele.

Percebe-se que, para essas pessoas que hoje vivem na Vila Rural Salto São Francisco, a liberdade é tida como uma possibilidade de insubordinação, de resistência, traduzida na idéia de que a liberdade é fazer o que se quer e deseja, sem o compromisso de fazer dela um agente de emancipação.

4.10 O SIGNIFICADO DA TERRA PARA O TRABALHADOR RURAL DA VILA RURAL

Para o morador da Vila Rural Salto São Francisco, a partir do momento em que através de um processo de escolha, que ele acredita ser sorteio, mas que no entanto fora um processo de escolha técnica que buscou os perfis que se julgava adequado ao programa, o trabalhador rural entende que foi reconhecido como cidadão, não sendo mais um a depender da caridade pública na busca de cestas básicas, moradia, roupas e outras necessidades.

Para estes trabalhadores o acesso a propriedade da terra aconteceu como um desdobramento em decorrência do seu trabalho e dedicação. Ter onde morar era um grande sonho depositário da esperança de dias melhores para toda a família.

O acesso a moradia, aliada a possibilidade de voltar a lavoura, como proprietário surgiu para estes trabalhadores como uma possibilidade de solução para os problemas de sua família, vislumbraram a possibilidade de transpor a subordinação de sua força de trabalho, dos limites da reprodução física e social. Sentiram que de alguma forma estavam sendo vistos pelo Estado. Contudo, este Estado na sua compreensão passava a lhes ver como sujeitos dignos e autônomos.

A inserção no Programa, trouxe para os trabalhadores, novas situações, que também não eram tão novas, mas sim repetitivas. De uma hora para outra tiveram de deixar o local onde viviam, alguns em casas cedidas, outros em casas alugadas ou em casas das propriedades onde trabalhavam.

Para trás ficaram vizinhos e amigos que com eles dividiam as aflições do cotidiano, porém na vida destas pessoas o rompimento brusco das relações sociais já vinham acontecendo em suas vidas a muito tempo. Muitos relatam situações em que tiveram que deixar sítios e fazendas durante a noite por determinação dos proprietários, em função das mais diversas causas.

Vindos dos mais diferentes locais, ao chegarem na Vila Rural, os trabalhadores rurais passaram a identificar-se a partir do projeto de fazer a Vila Rural prosperar. Para colaborar com este processo foram inseridos os técnicos mediadores do Estado, aos quais coube a função de facilitar a socialização das famílias, encaminhar projetos e “vender”⁷⁴, a idéia do Programa e o discurso do Estado.

Nota-se ainda que a presença dos agentes mediadores do Estado, relaciona-se diretamente a distribuição de recursos financeiros para assistência social e técnica, dando-lhes por conseqüência, a condição de conduzir e liderar o grupo, mesmo assim observa-se que no caso específico da Vila Rural Salto São Francisco, os técnicos do Programa adotaram uma posição de motivadores para que o grupo buscasse suas próprias lideranças, restringindo suas atuações nas habilidades que de fato lhes era pertinente, direcionando seu trabalho para ações de interação, motivadores da organização comunitária, assessoria técnica e apoiadores morais e afetivos dos grupos recém formados.

Apesar da limitação dos recursos aos quais os moradores tiveram acesso, nota-se que foram de fundamental importância para a consolidação simbólica do projeto de produtor familiar.

A promoção de encontros, seminários, visitas, dias de campo e reuniões, constituíram-se em instrumentos indispensáveis para que o grupo percebesse suas dificuldades, interesses divergentes, possibilidades e limitações derivadas da internalização de regras e visões de mundo inerentes ao espaço cotidiano das relações por eles vividas até aquela data.

O contato entre si e em nível de igualdade de posição com outros produtores rurais e outras organizações da sociedade contribuíram para a construção de novas representações sobre o mundo social e suas identidades.

⁷⁴ Adotamos esta terminologia a partir da compreensão da lógica liberal capitalista, da venda de produtos. Assim entendemos que o Estado através de seus órgãos e mediadores vende idéias e projetos.

Nota-se, contudo, que os elementos de organização política no grupo são praticamente inexistentes. Advindos de lugares muito diferentes, os trabalhadores passaram a se conhecer nas primeiras reuniões organizadas, não tendo pois, história de lutas sociais em comum, como acontece nos acampamento e assentamentos do movimento sem terra.

Composto por categorias diversas (bóia-fria, meeiro, ex-produtores, trabalhadores de indústria e arrendatários), todos os trabalhadores tinham como meta ter um lugar para viver. Com suas famílias; a busca desse sonho acalentado por anos e anos ao longo da vida destes trabalhadores é assim descrito:

Para mim isso aqui representa tudo. Tudo isso que eu quis na minha vida e eu não consegui... consegui agora. Sempre lutei por isso, sempre lutei por isso, há anos, por onde venho passando. Sempre trabalhava assim pra comprá um pedaço de terra.... Era essa a mentalidade (A.B., 60 anos).

Outro morador considera que:

Toda a vida eu sonhava ser proprietário de um pedaço de terra. Só que era um sonho que (...) eu pensava que nunca ia ser realizado. Tinha dias que a gente às vezes desconfiava né, mas a esperança é a última que morre, e essa eu nunca perdi. Foi rolando, rolando até que aconteceu (O.L.F., 64 anos).

Vê-se que os trabalhadores rurais tinham em suas vidas um firme propósito: voltar a ter a posse de um pedaço de terra. Contudo não possuíam vínculos com movimentos religiosos ou políticos que lhes auxiliassem na construção de um projeto estratégico para alcançar este fim, de fato a posse do terreno na vida rural acontece em suas vidas de maneira ocasional, da mesma forma como não foi realidade para outra dezena de inscritos para o Programa:

Isso aqui já deu muita mudança pra mim. Os projetos que a gente conseguiu, as coisas que a gente participou, os encontros. A gente ficou aprendendo. Vivendo e aprendendo né (C.C., 56 anos).

O depoimento da moradora, reforça nossas considerações. Ao ocuparem o espaço da Vila Rural Salto São Francisco, os trabalhadores Rurais tiveram o seu sonho, o desejo tão esperado enfim concretizado. A partir daí ocorre uma abertura para a inserção e a construção de novos sonhos.

Esse espaço tão visado por técnicos do Estado, passa então a possibilitar-lhes a vivência de práticas pedagógicas e políticas, que apesar de estarem associadas às práticas de um Estado liberal, com fortes traços do conservadorismo, traz em si suas contradições a ponto de ter que estimular nesse grupo e em todos os produtores familiares o exercício da versatilidade, para que estes sobrevivam ao sistema de consumo e produção. Desenvolver estas características requer também o desenvolvimento da prática da expressão pessoal e grupal, organização de metas, projetos coletivos e liderança.

Desta forma o próprio Estado, através de sua intervenção faz emergir a busca por melhores condições de vida na Vila Rural, como mostra a fala de um dos entrevistados:

Eu nem pensava o que ia esperá aqui né. Eu só pensava que tinha que trabaiá nela da melhor maneira possível né. Só que eu nunca pensei assim de alguém me ajudá, de governo me ajudá ... ou de vim uma entidade ali e me ajudá. Não eu nunca pensei assim. Só pensei em trabaiá a terra, produzi, pode cria os animais ali... tal. Um porquinho, umas galinhas né, vaquinha de leite, essas coisas assim eu pensei muito. Agora pedi ajuda, esperá ajuda do Governo... nunca pensei isso ali (A.B, 60 anos).

Observa-se que esses agricultores de fato buscam o reconhecimento no aspecto humano, pois sentem que grande parte de suas vidas ficou para trás, num sentido manifesto de quase abnegação, percebe-se que há a colocação de um ponto final na história de trabalho na lavoura na condição única e exclusiva de trabalhador assalariado. A insegurança e o medo que os afligia agora tem proporções muito menores.

Para eles o significado que a propriedade, especificamente a terra tem em suas vidas vai muito além dos conceitos de mercado e da teoria econômica, ela tem uma

representação histórica ligada aos vínculos e a afetividade. Na terra eles vêem a garantia do amanhã, a segurança como relata o morador:

Então que nem a gente, já tá de idade, já tem a morada certa, então a gente fica na morada da gente... e vai... vai esperamo os fio cresce né... Se uma pessoa num é estudado ele vai saí do sítio? Vai pra cidade né? Fica meio difícil pra ele (T.A.S., 53 anos).

Apesar desta compreensão da terra ser a referência de segurança, o morador da Vila Rural Salto São Francisco não faz menção a esta, como um recurso a ser transferido para os filhos como herança, para eles esta faz parte de suas vidas, enquanto que projetam para os filhos a necessidade de sair em busca de seus projetos, como mostram os depoimentos:

Pra mim é importante que tô aqui, tenho a minha casa. Sabe que fiquei sozinha, quando a filha foi ... mas também ela vive aqui a gente não pode dá o sustento pra ela. Eles têm que faze a sua vida também, só que quando vem pra casa, o que a gente tem a gente ajuda eles também né. Pra mim foi muito importante ganhá minha casa ali, um lote (C.C., 56 anos).

Ao falar das projeções que faz quanto ao futuro na Vila Rural Salto São Francisco, o tempo está limitado a sua existência não há ainda referência à herança:

Eu quero é mantê isso aqui tudo arrumado, bonitinho, prantá as coisa, cultivá... tudo pra gente se mantê. Porque futuro aqui ninguém faz né. Da terra sai o alimento. Acho que é mantê isso e vive assim (A.B. 60 anos).

Este morador fala de um futuro no sentido de ampliar o que hoje ele possui, para ele não há esperança de que fatos novos possibilitem-no a acumular riquezas, além da clara existência de um pensamento de instantaneidade visto que por muitas vezes teve de deixar tudo para trás e seguir em busca de outro lugar para viver.

Outro aspecto de importante relevância diz respeito à relação que os trabalhadores estabelecem com a propriedade, em função da prestação que é paga⁷⁵, como relata o morador:

Eu num tinha nada, eu pagava aluguel e vivia de favor dos outros. E a gente foi contemplado com essa área de terra e essa casa, então eu sinto muito orgulho, porque eu tô pagando uma coisa que vai ser meu um dia (O.L.F. 64 anos).

Esta fala traz à tona uma das questões que retornam freqüentemente nas falas dos moradores, o sentimento de incapacidade frente ao atendimento do poder público na distribuição de cestas básicas e outras necessidades. Quando inclusos em um programa em que por si são capazes de pagar por ele, há um sentimento de orgulho e capacidade pessoal.

Mesmo que o valor das prestações seja muito menor que o valor do bem, no caso a propriedade na Vila Rural, o trabalhador não tem a preocupação em fazer este cálculo, pois para ele, em função de sua cultura de homem do campo, atribui a terra um valor distante dos valores que modelo liberal atribui a ela. Para eles a terra é o resgate de suas histórias familiares, um reencontro com hábitos, costumes e crenças que seus pais, avós e eles próprios perderam em função da modernização na agricultura e das mudanças nas relações de trabalho no campo.

Para eles, trabalhadores, a terra representa a materialização de suas vidas e de seus sonhos.

⁷⁵ Hoje a parcela é de R\$ 30.00

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A esfera política tem como peculiaridade a produção e a distribuição do poder, enquanto a esfera econômica produz e distribui riqueza e renda. Contudo a partir do momento em que o Estado assume o papel de distribuidor de renda por meio de transferências, estas passam a ter um caráter eminentemente político em vez de econômico.

Essa política foi introduzida a partir de avanços e definições nas leis dos países, cujo enfoque estava na afirmação dos direitos civis que marcaram também o início dos regimes políticos liberais.

No entanto, apesar desta proximidade histórica observamos na Vila Rural por nós analisada, que a questão dos direitos civis é ainda um conceito muito distante do cotidiano dos trabalhadores rurais. Em seus depoimentos, muitos deles fazem menção, em alguns momentos, a um “Estado benfeitor” que lhes deu a morada, o lugar do sustento.

Observamos que, nas entrevistas, enquanto falávamos diante da formalidade natural que ocorre nos primeiros momentos, visto que o trabalhador rural, não está habituado a esta prática, invariavelmente eles se referiam à casa e ao terreno da Vila Rural como uma conquista, fruto do seu trabalho depois de longos anos de migrações constantes, e mudanças de vida decorrentes desse processo. Porém após algumas narrativas acerca de sua infância, seu casamento, seu modo de vida, muitos dos entrevistados deixavam vir a tona expressões como: “ganhá essa casa”, “ganhá esse lote”, “quando eu ganhei isso aqui”; ou ainda menções nominais a pessoas que atuavam profissionalmente no Programa como responsáveis pelo seu acesso à Vila Rural.

Neste sentido, verificamos que persiste ainda, no interior desta comunidade, velhos conceitos político-clientelistas, embora com restrições.

De modo geral a condição de vida das famílias analisadas teve significativa melhora nas condições de habitação, alimentação, vestuário e participação na comunidade, porém em muitas outras Vilas Rurais do Estado, estudos constataram que os moradores ainda têm dificuldade de acesso aos bens básicos de consumo.

Observou-se, ainda, a maneira sutil de apropriação do saber profissional inseridos naquele contexto, pelo governo Lerner. Este reuniu, no espaço das Vilas Rurais, conceitos fundamentais do neoliberalismo, retomando ainda velhas práticas profissionais, como a extensão rural a fim de promover a coesão do grupo e dos órgãos do Estado em prol deste projeto.

O momento da pesquisa, foi, por certo, especial; contudo tanto pode revelar como camuflar resultados, por ser exatamente um período pós-campanha eleitoral, sendo que o governo foi assumido pela oposição política dos oito anos de Jaime Lerner, fator que favorece a omissão de seu nome e seu governo.

Há que se considerar, porém que o fato de os moradores assumirem terreno e a casa da Vila Rural como uma conquista pessoal, não implica que durante uma nova campanha eleitoral não haverá direção do voto justamente por esse motivo, pois as campanhas eleitorais reavivam a memória, trabalham com sons, imagens e tocam os sentimentos das pessoas com muita propriedade.

Constatou-se, sobretudo, que o ideário liberal está manifesto na maneira de pensar e agir dos moradores da Vila Rural Salto São Francisco, contudo há uma ressignificação dos valores conceituais, uma apropriação das idéias que assumem novos significados; assim, a propriedade tão valorizada por eles não é a propriedade do grande produtor capitalista e sim um espaço onde os sonhos são plantados por meio do trabalho, que organiza a vida social e familiar. Não há a preocupação, por parte daqueles moradores, em acumular bens, pois em suas vidas o futuro sempre foi muito incerto.

No estudo a Vila Rural analisada deixou entrever toda uma gama de complexidades que envolve os programas sociais; trouxe para a superfície a dimensão humana das políticas sociais, revelando as lutas pessoais de cada um, ao longo de suas vidas, fazendo refletir acerca do curso das políticas sociais. Por meio desta pesquisa, foi possível, também, acompanhar o curso de vida de pessoas que - na década de 70, em função de uma política agrícola que privilegiou os grandes proprietários - foram expulsos do campo.

A realização deste trabalho, por muitas vezes, confrontou-se com limitações pessoais e da própria pesquisa que nos propúnhamos realizar. Por conta disso, muitas questões importantes que foram constatadas, deixaram de receber neste trabalho, a análise que lhes cabia, das quais destacam-se as seguintes: as questões raciais relacionadas também às questões de classe, a percepção masculina do trabalho feminino, a percepção feminina de suas condições sociais e de trabalho, as dificuldades de relacionamento no interior da Vila Rural, a presença de fofocas, o relacionamento com os moradores de Concórdia do Oeste, os conflitos no âmbito escolar. Por fim, a necessidade de um estudo comparativo entre um caso da vila rural que se avalia como positivo e outro que apresenta maiores dificuldades nos níveis de qualidade de vida dos moradores como também as questões de ordem técnicas e operacionais, a fim de que fossem mensurados os pontos fracos a serem melhorados em favor das populações assistidas pelos programas sociais.

Certamente esta pesquisa não deu conta de abranger a vasta gama de relações que estabelecem-se cotidianamente entre as pessoas e o Estado, através de seus mediadores, porém apontou muitas possibilidades de realização de estudos mais aprofundados, que poderiam contribuir com o desenvolvimento da atividade política a nível regional, estadual e nacional, visto que a pesquisa trouxe ampla visibilidade da dimensão humana das políticas sociais.

Acreditamos que o trabalho dá conta de alertar a cada profissional atuante na implementação de políticas sociais, de que, por trás das questões sociais onde se atua, existe uma grande maioria dos sujeitos das políticas sociais, vítimas de migrações involuntárias, conflituosas, expulsão do lugar de residência, desraizamento cultural, desestruturação identitária e religiosa, rejeição, afeto e dificuldades de inserção no lugar de chegada.

Em geral, os sujeitos os quais destinam-se as políticas sociais, não estão vivendo em condição de privação em conseqüências de uma livre escolha. A maioria dessas pessoas foram impelidas a abandonar a própria terra, o próprio bairro, buscando melhores condições de vida, fugindo de situações de violência estrutural e doméstica.

Assim o primeiro e grande desafio para os mediadores do Estado em contato com as pessoas atendidas pelas políticas sociais é ver nelas um “ser humano com direitos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas. São Paulo: Editora 34, 2000.

ALMEIDA, Jalcione. A busca da autonomia na agricultura: estratégias, limites e possibilidades. In: **Cadernos de Sociologia: produção familiar, processos e conflitos agrários**. Porto Alegre, v.6, 1996.

_____. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

ALVES, Gustavo Biasoli. Discurso e reforma do estado no governo Collor. Tese de Doutorado. UFRGS. Programa de Pós Graduação em Ciência Política. Porto Alegre, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo 1. Brasília: CEAD, 1999.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BACHOFEN, Johann Jakob. O direito materno. In: ELGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Trad. José Silveira Paes. São Paulo: Global, 1984.

BEHRING, Elaine Rossetti. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. In: **Manual de capacitação em serviço social e política social**, módulo 3, Brasília: UNB, 2000.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubistcheck: desenvolvimento econômico e estabilidade política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BERGER, Peter; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social. In FORACCHI, Marialice M; MARTINS, José de Souza (org.). **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

BERGER, Peter; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **O poder do simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1989.

BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Ângela Ferreira. **Reconstrução da ruralidade e desenvolvimento socioambiental**. In: VI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, ALASRU. Porto Alegre, 2002.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Lutas pela terra no Oeste Paranaense do movimento ao assentamento: limites e contradições de um projeto coletivo de produção**. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado) – Pontífice Universidade Católica.

_____. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (1):360, jan.-abr. 2004.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades; Ed 34, 2001.

CARNEIRO, Maria José . Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma nova abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto José (org.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

CARNEIRO, Maria José. **O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. Instituto de Economia. Projeto Rurbano. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/dowlo/rurbano.html>. Acesso em: 11 out. 2004.

_____. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos>. Acesso em: 24 nov. 2004.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

DAVID, Solange R. A.; RODRIGUES, Isabel C. Identidade, memória e patrimônio: uma construção coletiva com os moradores das vilas rurais Paraná. **Revista Geo Notas**, v. 5, n. 4, dez. 2001. ISSN 1415-0646.

DEERE, Carmen Diana; LEON, Magdalena. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais mais na reforma agrária brasileira. **Rev. Est. Fem.**, n. 1, v. 12, p. 175-204, jan./abr. 2004.

DEGENNSZAJH, Raquel Reichelis. Organização e gestão das políticas sociais no Brasil. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo III. Brasília: UNB, 2000.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Trad. M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUMONT, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da sociedade moderna. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DURÁN, F. E. Velhas e novas imagens sociais de ruralidade. **Revista Sociedade e Agricultura**, n. 11, Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 1999.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trad. José Silveira Paes. São Paulo: Global, 1984.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FALEIROS, Vicente de P. **A política social do estado capitalista**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. **Capacitação em serviço social**. Módulo 3. Brasília: UNB, CEAD, 2000.

FERRAZ, Rosani; MENDONÇA, Cristianne. Extensão Social: ontem e hoje. **Revista Extensão Social**. Disponível em: <<http://www.emater.rj.gov.br/revista/hist.baixo>>. Acesso em: 14 nov. 2005.

FERREIRA, Lúcia. M. A (org.); ORRICO, Evelyn G. D. **Linguagem, identidade e memória social**: novas fronteiras, novas articulações. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FERREIRA, Ângela D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 18, abr. 2002.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura**: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná na década de 70. Curitiba: Livraria do Chain: Concitec: IPARDES, 1988.

FRIEDRICH, Engels. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Trad. José Silveira Paes. São Paulo: Global, 1984.

FONSECA, Maria Teresa Lousada. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

GARCIA JUNIOR, Afrânio R. **Sul: o caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Rio de Janeiro: Marco Zero, Brasília: CNPq, 1989. p. 285.

GIULANI, Paola Cappelin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GRAZIANO, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. A industrialização e a urbanização da agricultura. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 7, n. 3, p. 2-10, jul.-set. 1993.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

GOFFMAN, Erving. A. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HAGUETE, Teresa M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 9. ed., Petrópolis: Vozes, 2003.

HEREDIA, Beatriz M. A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p. (Estudos sobre o Nordeste, 7).

HEUTER, Edward B. Raça e cultura. In: MCLUNG, Lee. **Princípios de sociologia**. cit. 3ª parte. Trad. Francisco M. D. Leão; São Paulo: Herder, 1962.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. In: Coleção **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

IANINI, Otávio. Relações de produção e proletariado rural. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Arioaldo (orgs.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Nacional, 1976.

IPARDES. **Avaliação do impacto sócio econômico da atividade vilas rurais**: 1ª etapa. Curitiba, PR, 2000.

JAHNEL, Teresa Cabral. **As leis de terra no Brasil**. Boletim Paulista de Geografia. 1987. p. 112.

JOUVENEL, B. **O pensamento político clássico**: A teoria de Rousseau sobre as formas de governo. São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1992.

KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Rev. Est. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.phpn>. Acessado em: 25 nov. 2004.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **Agricultura familiar**: do mito à realidade. Campinas: Unicamp, 1998.

LANE, Silvia T. M. **Psicologia social**: o homem em movimento. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LAURELL, Asa Cristina. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

LIMA, Jacob Carlos. **O trabalho autogestionário em cooperativas de produção**: a retomada de um velho paradigma. XXVII Encontro Anual da ANPOCS. Out./2003.

LOCKE, John. **O segundo tratado sobre o governo civil**. Capítulo V. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOUREIRO, Sthéfani A. G. **Identidade étnica em re-construção**: a ressignificação da identidade étnica de adolescentes negros. Belo Horizonte: O Lutador, 2004.

LUKÁCS, Georges. **História e consciência de classe**. Porto: Elfos, 1989.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MARTINE, George. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARQUES, Martha I. M. Terra e modernidade em assentamentos de reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. **Significados da terra**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. (Org). **Travessias:** a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** Coleção Universidade Popular. 6. ed. São Paulo: Global, 1987.

MASSELLI, Maria Cecília. **Extensão rural entre os sem-terra.** Piracicaba/SP: UNIMEP, 1998.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes:** um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: Edufpb, 2002.

MÉRQUIOR, José Guilherme. **Socialismo e liberalismo.** Apontamentos de aula. Disponível em: <<http://www.pensadoresbrasileiros.home.comcast.net>>. Acessado em: 26 dez. 2005.

_____. **O liberalismo:** antigo e moderno. Trad. Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade.** Trad. Alberto da Rocha Barros. 2 ed.. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991. (1991, p. 17)

MINAYO, Maria C. S. (Org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar:** processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

MOREIRA, Roberto José. (Org.); COSTA, L. F. C. **Mundo rural e cultura.** Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

MOREIRA, Roberto José. **Cultura política e o rural na contemporaneidade.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. CPDA. Núcleo de Estudos em

desenvolvimento sustentável e ruralidades. Agosto/2003. Disponível em: <<http://www.ruralidades.org>>. Acesso em: 24 out. 2005

MORGAN, L. H. Sistema de consangüinidade e afinidade da família humana. In: ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. José Silveira Paes. São Paulo: Global, 1984.

NADAL, Maria Vilma Rodrigues. Urbanização do Paraná: o fenômeno dos anos 70-80. In: **Planejamento regional: fator de desenvolvimento nacional**. São Paulo: FAUUSP, 1996.

NARDI, Henrique Caetano. Resenha crítica: A genealogia do indivíduo moderno e os suportes sociais da existência. **Revista Psicologia e Sociedade**, n. 14. jan./jun. 2002.

NAVARRO, Zander. (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. (1993, p. 20)

NEVES, Delma Pessanha. A construção do futuro e a redimensão do passado. **Revista de História Regional**, v. 2, n. 1, 1997.

NORBERT, Elias; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

OLIVEIRA, Jelson. A farsa das vilas rurais: agora é plano de Governo de Serra. **Revista Espaço Acadêmico**, a. II, n. 17, out. 2002. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br>. Acesso em: out. 2005.

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. **Contraponto**, Niterói, n. 2, p.103-114, nov. 1977.

PARANÁ. Governo do Estado. **Projeto Paraná 12 meses: manual de campo**. [s.i.: s.n.], 1998.

_____. Governo do Estado. **Normas operacionais do Programa de Vilas Rurais: Vilas Rurais: O Paraná Planta Idéias: O Brasil Colhe Exemplos**. [s. i.: s. n.], 1995.

_____. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. **O Paraná Planta Idéias: Vila Rural: O Brasil Colhe Exemplos**. Serviço Gráfico da Emater-PR. [2000?].

PARANÁ, ESTADO. **Plano de ação**. Curitiba, 1983-86. p. 64-65.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 53, Editora Cortez, mar. 1997.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Movimentos de mulheres agricultoras: Terra e matrimônio. **Cadernos da Pesquisa**, Florianópolis: UFSC, n. 21, p. 1-17, jun. 2000.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PENNA, Maura. Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. In: SIGNORINI, Inês. **Língua(gem) e identidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2002.

PESSANHA, Delma Neves. A construção do futuro e a redimensão do passado. In: **Revista de História Regional**, v. 2, n. 1, 1997. Disponível em: <www.rhr.uepg.br/v2n1/delma.htm>. Acesso em: out. 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Do contrato social. Trad. Lourdes Santos Machado. Coleção **Os Pensadores**. Porto Alegre: Globo, 1973.

SANT'ANA, Antonio Lipido; COSTA, Vera Maria Henriques de Miranda. Produtores familiares e estratégias ligadas à terra. **Rev. Econ. Social. Rural.**, Brasília, n. 4, v. 42, out./nov. 2004.

SENNETT, Richard. **Autoridade**. São Paulo: Record, 2001.

SIGNORINI, Inês et al. **Língua(gem) e identidade**. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SOBRAL, Germano L. A. Imagens do migrante nordestino em São Paulo. **Travessia: revista do migrante**, a. VI, n. 17, p. 19. 1993.

SOUSA, Regina Sueli. Políticas sociais setoriais e por segmento. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo 3. Brasília: UNB. CEAD, 2000.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 1987.

SPOSATTI, Aldaíza. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

STEIN, Rosa Helena. Implementação de políticas sociais e descentralização político-administrativa. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Mod. 3. Brasília: UNB.CEAD, 2000.

STROPASOLAS, Valmir L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 253-267, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielop.php?script=sci-artext&pid=S0104-026X200400113>>. Acesso em: out. 2005.

TOLEDO, Henrique de La Garza. Neoliberalismo e Estado. In: **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

VALE, Osvaldo T. **O general Dutra: a redemocratização de 45**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e meio ambiente**. 2. ed. Curitiba: UFPR, 2002.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 2, out. 2003.

_____. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga. In: MARTINS, José de Souza. **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. **A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. Disponível em: <<http://www.168.96.200.17/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2005.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1992.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na literatura**. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOORTMANM, Ellen. **Herdeiros parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. Brasília: EDUNB; São Paulo: Muricel, 1995. p. 157.

_____(org). **Significados da terra**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, n. 87. Brasília: Universidade de Brasília. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

_____. A transformação da subordinação. **Anuário antropológico**, n. 81. Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

YAZBECK, Maria C. A política social brasileira nos anos 90: refileantropização da questão social. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 164, p. 37-51, jul./ago. 1996.

YOSHIDA, Iraci da Silva Menezes (org). **Com licença somos os distritos de Toledo: projeto repensando os distritos de Toledo**. Toledo: Prefeitura do Município de Toledo: SMED, 1988.

ANEXOS

ANEXO A
DADOS IBGE 2000

Tabela 3.3.2.21 - Domicílios particulares permanentes, moradores em domicílios particulares permanentes e média de moradores por domicílio particular permanente, por situação do domicílio, segundo as Mesoregiões, as Microrregiões, os Municípios, os Distritos, os Subdistritos e os Bairros – Paraná.

Mesoregiões, Microrregiões, Municípios, Distritos, Subdistritos e Bairros (1).	Domicílios particulares permanentes			Moradores em domicílios particulares permanentes			Média de moradores por domicílio particular permanente			Código da Unidade Geográfica
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio		
		Urbana	Rural		Urbana	Rural		Urbana	Rural	
Total.....	2 664 276	2 209 536	454 740	9 471 669	7 736 947	1 734 722	3,56	3,50	3,81	41
Toledo.....	27 909	24 554	3 355	97 893	85 628	12 265	3,51	3,49	3,66	4127700
Concórdia do Oeste...	263	83	180	916	243	673	3,48	2,93	3,74	412770008

FONTE: Censo Demográfico 2000 - Resultados do universo

ANEXO B

**DECRETOS QUE CONSTITUEM AS COMISSÕES
MUNICIPAIS DE VILAS RURAIS**

ANEXO C

ARQUIVO FOTOGRÁFICO E RECORTES DE JORNAIS



FIGURA 1 – Reunião com os futuros moradores da Vila Rural durante a construção desta em maio de 1997



FIGURA 2 – Técnicos da EMATER e COHAPAR durante as obras em reunião com os futuros moradores



FIGURA 3 – Grupo de moradores no interior de uma Unidade familiar nas primeiras semanas de julho de 1997 quando iniciaram a mudança



FIGURA 4 – Solenidade de inauguração da Vila Rural Salto São Francisco, sob a mesa cesto contendo primeiros produtos colhidos na Vila Rural ao lado um kit com utensílios domésticos doados pelo PROVOPAR estadual para cada uma das famílias

FOTO: Amarildo Zorzzo



FIGURA 5 – Público presente na solenidade de inauguração, logo à frente os alunos da Escola Duque de Caxias de Concórdia do Oeste
FOTO: Amarildo Zorzzo



FIGURA 6 – Foto produzida pela Secretaria de Assistência Social do município de Toledo, para uso em materiais institucionais, mostra um casal em atividades do dia-a-dia
FOTO: Amarildo Zorzzo



FIGURA 7 – Vista panorâmica da Vila Rural nos primeiros meses de sua ocupação
FOTO: Amarildo Zorzzo



FIGURA 8 – A foto mostra dos moradores da Vila Rural Salto São Francisco durante curso de formação de lideranças que era realizado pela Secretaria da Criança e Assuntos da Família; tendo duração de 10 h em um final já nos primeiros meses; o local é uma sala de aula da Escola Duque de Caxias de Concórdia do Oeste



FIGURA 9 – Primeiro Encontro Estadual de Vilas Rurais realizado no Norte do Estado do Paraná (não foi possível o registro preciso da localidade), neste evento foram deslocados 80 moradores das três vilas rurais da cidade de Toledo.



FIGURA 10 – Idem



FIGURA 10 – Exposição de produtos feitos nas Vilas Rurais como forma de geração de renda, esta aconteceu no I Encontro Estadual de Vilas Rurais



FIGURA 11 – Idem

FIGURA 12 – Grupo de moradores na residência de uma das famílias, no encerramento do curso de artesanato em jornal. O curso foi realizado pelo Departamento de Desenvolvimento Social da Secretarias de Assistência Social através do Programa Estação do Ofício



FIGURA 13 – Idem

Bem Vindos a Toledo



I SEMINÁRIO REGIONAL DE VILAS RURAIS

Realização:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EMATER - PR

ANEXO D

FOTOS DA VILA RURAL SALTO SÃO FRANCISCO NA ATUALIDADE

FIGURA 1 – Vista panorâmica do povoado de Concórdia do Oeste



FIGURA 2 – Aspectos do relevo da região de Concórdia do Oeste no alto ao fundo a Vila Rural Salto São Francisco



FIGURA 3 – Vista da Igreja Católica de Concórdia do Oeste



FIGURA 4 – Vista da Igreja Evangélica da Confissão Luterana no Brasil em Concórdia do Oeste

FIGURA 5 – Associação de moradores de Concórdia do Oeste, local onde funcionam: posto de correios, administração distrital e Unidade Básica de Atenção à Saúde



FIGURA 6 – Aspectos das residências no povoado de Concórdia do Oeste



FIGURA 7 – Vista da entrada principal da Escola Municipal Duque de Caxias e Estadual de Nova Concórdia



FIGURA 8 – Via principal de acesso à Vila Rural Salto São Francisco



FIGURA 9 – Vista frontal do salão comunitário da Vila Rural Salto São Francisco. Aqui estão instalados os equipamentos da cozinha industrial, nos fundos fica o campo de futebol. Importante observar que o estilo arquitetônico e as cores da pintura eram definidos através de projetos elaborados por técnicos do governo do Estado do Paraná

FIGURA 10 – Vista do galpão construído em todas as propriedades com recursos de fomento. Neste caso específico a família recentemente o dividiu em duas partes nos fundos faz silagem e cria pequenos animais, e na frente transformou o espaço para um quarto para o filho mais velho



FIGURA 11 – Nesta propriedade observamos as videiras viabilizadas através dos projetos de geração de renda, já em formação, a cobertura do solo foi feita com amendoim garantindo uma renda extra em outro período do ano.

FIGURA 12 – Nesta outra propriedade observamos também a diversidade da produção.
Ao fundo plantio de café e milho e a frente mandioca



FIGURA 13 – Uma trabalhadora rural nas atividades diárias alimentando um novilho. Neste pequeno espaço ela engorda três novilhos e mais de quarenta frangos, que são vendidos para abate nos períodos em que escassa o trabalho na região



FIGURA 14 – Casa com a arquitetura original ainda mantida



FIGURA 15 – Casa já totalmente reformada e ampliada, assim como esta existem muitas outras. no interior da Vila Rural que já foram ou estão passando por reformas